

Avante!

Concentração da CGTP hoje às 15 horas nos Jerónimos

O trabalho vai à Cimeira



A manifestação
contra a
precariedade,
pelo emprego
de qualidade vai
levar à Cimeira
da UE a

exigência de
respostas aos
problemas reais
dos trabalhadores
portugueses.

● Domingos Mealha
Pág. 5

Agressão à Jugoslávia

Confissões de uma guerra suja

Centrais

● Jorge
Cadima



Moçambique

Ajudar à reconstrução

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu, pediram a anulação total da dívida externa a Moçambique, lamentando a chocante lentidão da ajuda internacional.

Pág. 20

Do Pacífico ao Atlântico

Muros sem vergonha

Perante o silêncio cúmplice dos ditos defensores da democracia, Washington está a construir um muro de betão armado entre as duas Américas.

Pág. 25

Reportagem

Em busca do emprego perdido

Desemprego e precariedade dominam ao sabor do patronato, afectando sobretudo os jovens, que representam 30 por cento do total de desempregados.

● Isabel Araújo Branco

Pág. 8

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Gratismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A, - 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

**GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU**
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Carvalhas recebe representantes
dos Sem Terra

Resumo

15 Quarta-feira

Trabalhadores manifestam-se em frente à AR contra a aprovação do OE para 2000 ● A Presidente do Parlamento Europeu, Nicole Fontaine, pede uma reacção da Presidência Europeia em relação às acusações feitas pelo governo angolano contra Mário e João Soares ● Os membros da coligação PS/PCP da Câmara Municipal de Lisboa manifestam solidariedade com João Soares sem ser aprovada nenhuma moção de protesto ● O primeiro-ministro chinês lança um apelo a Taiwan para não votarem nos candidatos independentistas.

16 Quinta-feira

É aprovado na Assembleia da República, com os votos do BE e PS, um protesto contra o governo de Angola pelas «acusações não fundamentadas» feitas à família Soares ● Sérgio Vieira de Mello admite a realização de eleições democráticas em Timor Leste no ano de 2001 ● A ONU refere suspeitas de existir uma força militar albanesa organizada a partir do Kosovo ● A Bulgária desmente a acusação de ter fornecido armas à UNITA, tendo o primeiro-ministro anunciado a formação de uma comissão de inquérito para investigar as acusações.

17 Sexta-feira

O PCP pede uma audição parlamentar com os ministros da Justiça e da Administração Interna com o propósito de se obterem informações pormenorizadas sobre os sistemas de espionagem global das comunicações ● O Ministério Público alemão confirma a intenção de ouvir em tribunal várias pessoas envolvidas no caso dos financiamentos ocultos da CDU ● Kumba Ialá, Presidente guineense, demite o procurador-geral da república da Guiné-Bissau, Amine Saad ● Washington anuncia uma redução das sanções ao Irão, afirmando poder vir a importar pistácios e tapetes ● A China afirma estar disposta a negociar tudo com Taiwan menos a independência.

18 Sábado

A Comissão de Assuntos Constitucionais aprova o projecto de lei que prevê considerar como crime público a violência doméstica ● Durante a sessão de encerramento da Conferência de ministros da Educação e do Trabalho da UE, António Guterres defende a associação entre as políticas

de educação e emprego ● O candidato independentista Chen Shui-bian ganha as eleições presidenciais em Taiwan ● Cerca de 50 mil chilenos exigem o julgamento de Pinochet, durante uma iniciativa a favor dos desaparecidos durante a ditadura militar.

19 Domingo

A Confederação Europeia dos Sindicatos Independentes afirma-se a favor da criação de um sindicato para a polícia portuguesa ● O avanço terrorista albanês no Sul da Sérvia leva o Exército jugoslavo a tomar medidas de segurança, alertando a Nato para a possibilidade de serem feitos reféns membros da Aliança no Kosovo, caso haja «uma escalada da agressão» contra a Jugoslávia ● Tem lugar a segunda volta das eleições presidenciais no Senegal ● O governo israelita aprova o mapa da próxima retirada militar da Cisjordânia ● No Uganda uma seita religiosa pratica o suicídio colectivo, tendo morrido cerca de 470 pessoas.

20 Segunda-feira

Grupo de teatro brasileiro, em digressão pela Europa divulgando a luta e apelando ao apoio do Movimento dos Sem Terra é recebido por Carlos Carvalhas ● Durão Barroso anuncia o apoio do PSD a Ferreira do Amaral na sua candidatura às presidenciais ● As eleições presidenciais no Senegal dão vitória ao liberal Abdoulaye Wade, pondo fim a 40 anos de poder do Partido Socialista ● Fátima Roque, em carta enviada a Kofi Annan, desmente as acusações que lhe foram dirigidas sobre o seu controlo de fundos da UNITA ● O Presidente eleito de Taiwan, Chen Shui-bian, declara estar disposto a negociar com Pequim o princípio de «uma só China».

21 Terça-feira

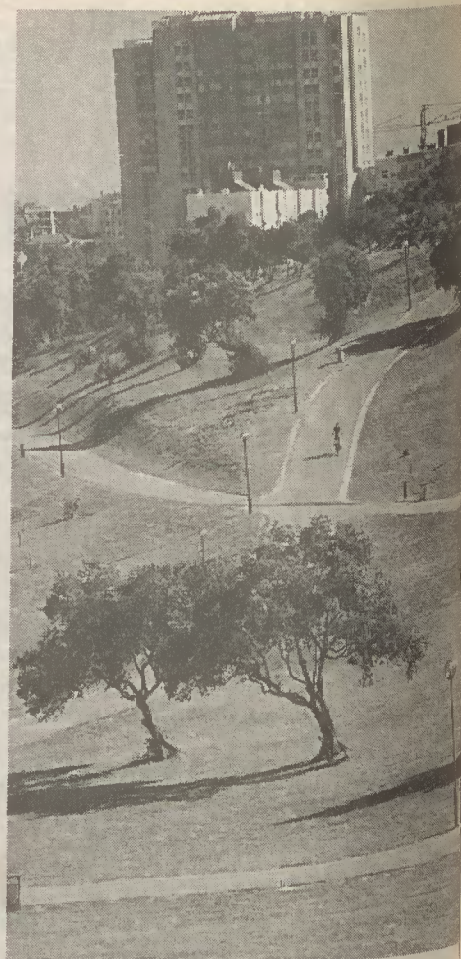
Carlos Carvalhas recebe Vale e Azevedo, Presidente do SL Benfica, que se deslocou à sede do PCP ● Várias organizações europeias anunciam iniciativas de protesto, a realizarem-se durante a Cimeira em Lisboa, contra a situação actual de empregabilidade ● Washington e Nova Deli assinam um acordo que visa a aproximação das relações entre os dois países ● São desmentidas em Moscovo as declarações de Putin, afirmando que não haverá qualquer tipo de negociações com independentistas tchecos com «as mãos manchadas de sangue» ● Tem início o julgamento dos jornalistas angolanos Rafael Marques e Aguiar dos Santos.

Aconteceu

Bicicletas em Lisboa

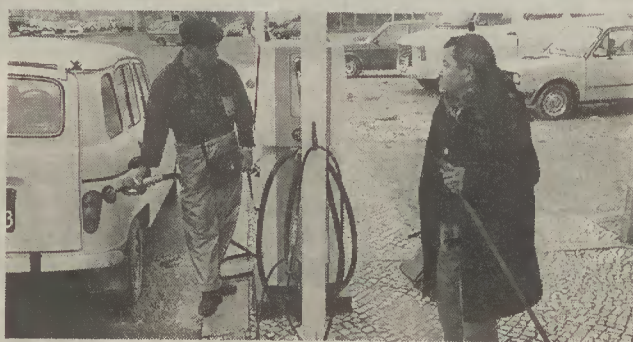
O Município de Lisboa e a Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta (FPCUB) assinaram esta semana um Protocolo visando o incremento da utilização da bicicleta na capital portuguesa, o que «não constitui uma contradição, mas um sinal de progresso», segundo o vereador Rui Godinho,

dinamizador deste protocolo como responsável pelo Pelouro de Ambiente e Espaços Verdes, assinalando a importância de «se criar alternativas no espaço urbano para recuperar zonas de lazer que um urbanismo errado sonhegu». Implementação de ciclovias e zonas cicláveis, criação de estruturas para parqueamento de bicicletas, marcação de circuitos de interesse turístico, recreativo e cultural, definição de passeios regulares de bicicleta são algumas das medidas a implementar de imediato, criando assim condições de segurança para o número crescente dos utilizadores de bicicleta na cidade de Lisboa. Por parte da FPCUB, o protocolo foi assinado pelo presidente desta instituição, José Manuel Caetano.



A paz ou a morte segundo Putin

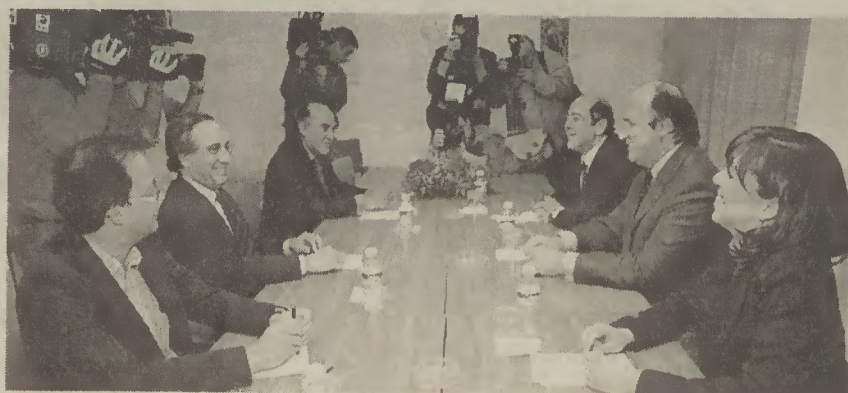
O presidente interino russo, Vladimir Putin, deslocou-se inesperadamente a Grozni, capital da Tchetchénia, para afirmar, pela primeira vez, que estava pronto a negociar a rendição dos rebeldes independentistas, neste momento com 1500 homens entrancheirados nas montanhas e preparados para uma guerra de guerrilhas, colocando a questão nestes termos: «Estamos prontos a iniciar negociações mesmo com essas pessoas [os guerrilheiros], para solucionar os problemas do território», mas todos os que recusarem esta «oferta» serão «estrangulados no local». Putin deslocou-se a Grozni a bordo de um dos mais modernos caças russos, sentado no lugar do co-piloto e comendo para as câmaras de televisão a imagem de um «homem de acção», numa clara manobra eleitoralista para as eleições presidenciais do próximo domingo, que Putin pretende ganhar, acrescentada pela própria «oferta» de negociações, que inesperadamente altera o discurso de aniquilação total dos independentistas na Tchetchénia até aqui defendida por Putin.



Vale e Azevedo recebido no PCP

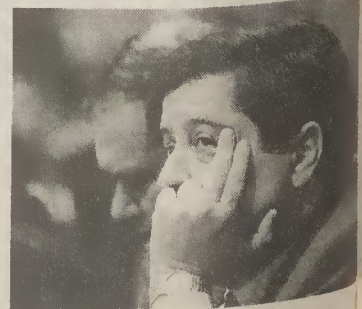
O presidente da direcção do Sport Lisboa e Benfica visitou os partidos políticos com representação parlamentar aos quais deu conta de problemas que actualmente se colocam ao clube. Vale e Azevedo foi recebido pelo secretário-geral do PCP, na sede da Soeiro Pereira Gomes. Carlos Carvalhas, que se encontrava acompanhado por Jorge Cordeiro, da Comissão Política, e João Saraiya, do Comité Central, esclareceu, no final

do encontro: «Recebemos a direcção do Benfica, a seu pedido, e ouvimos com toda a atenção as questões que nos foram expostas, que são graves e complexas, algumas das quais, como é sabido, estão em tribunal. Pela nossa parte reafirmámos o nosso desejo e exigência de transparência dos actos públicos e nomeadamente dos actos praticados pelas empresas públicas, e o nosso empenho na dignificação do desporto.»



PSD lança Amaral nas presidenciais

Pela voz do líder, Durão Barroso, o PSD anunciou o seu apoio à candidatura de Ferreira do Amaral às próximas eleições presidenciais. Segundo resultou do último congresso do PSD, Durão Barroso ficou mandatado pelo conselho nacional do partido e pelo próprio congresso não apenas para escolher o candidato do partido às próximas eleições presidenciais, mas também para negociar apoios a candidatura do PSD com outras forças políticas «fora da área do PS». Foi o que Durão Barroso também fez ao telefonar a Paulo Portas, presidente do PP, comunicando-lhe a escolha do ex-ministro das Obras Públicas do PSD para candidato deste partido e



fazendo saber pelos órgãos de comunicação social, através das inevitáveis «fontes do PSD», que o PP de Paulo Portas «fica com a responsabilidade» de impedir, ou não, «um candidato federador do centro e da direita». Questionado sobre a matéria, Paulo Portas respondeu que não discute tais assuntos «na praça pública».

Combustíveis aumentam

Confirmando os rumores que se vinham acumulando nos últimos tempos, o Governo de António Guterres vai aumentar os combustíveis já no próximo mês de Abril, prevendo-se um agravamento na ordem dos 20\$00 por litro de combustível, tanto em relação à gasolina como ao gasóleo. O ministro da Economia e

Finanças, Pina Moura, procurou justificar estes aumentos com o agravamento contínuo do preço do crude no mercado internacional - situação que teria tornado «inadiáveis» estes aumentos -, elidindo, mais uma vez, qualquer explicação sobre o não abaixamento dos preços no consumidor português quando se verificou uma queda continuada do crude, tal como «esqueceu» que o próprio Guterres, nessa altura, justificara o não abaixamento dos preços do combustível com a garantia de que eles não seriam aumentados quando subisse a cotação do crude.

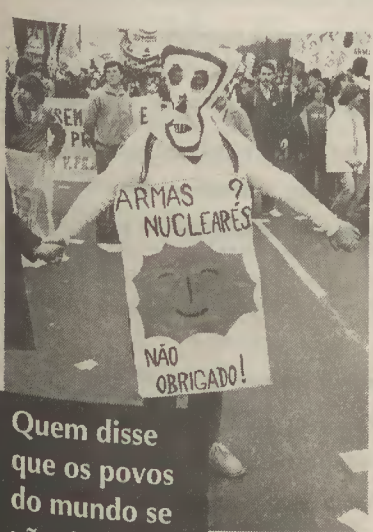
Crónica Internacional

• Jorge Cadima

A disputa dos recursos

O General Loureiro dos Santos, deu uma espantosa entrevista ao «Diário de Notícias» de 13 de Março. É inevitável, garante, uma nova guerra mundial. E porquê esta catástrofe inevitável? Esclarece o Sr. General: «não podemos esquecer que na base de tudo isto está a disputa dos recursos mundiais». E explica melhor: «é natural que, face aos Estados Unidos, haja outras potências. E estou a pensar na China, em especial. A China é a nova potência emergente, mas é possível que a muito longo prazo (...) a Rússia tenha essa capacidade». Ou ainda o mundo islâmico reúne «capacidade para se opor ou desafiar os Estados Unidos. E os Estados Unidos precisarão de actuar. Isso não será para já, mas dentro de 15, 20 anos é praticamente inevitável». E como será esta guerra, na opinião de Loureiro dos Santos? «Tem de haver formas novas de fazer a guerra. Possivelmente as outras armas de destruição maciça vão passar a ter um papel muito mais importante, nomeadamente a arma biológica. A arma atómica continuará a ser uma arma muito importante, (...) mas para as grandes potências deixará de ser um obstáculo» (!) E além disso: «Começam a aparecer tecnologias, nomeadamente nos EUA, que vão permitir tornar os teatros de operações invulneráveis a ataques de mísseis adversários. O que altera completamente os raciocínios estratégicos». Ler para crer, parafraseando S.Tomé.

Ficamos chocados. Mas ao menos o Sr. General poupanos a desculpas «humanitárias»: a guerra mundial é inevitável porque os Estados Unidos não toleram concorrentes. Os recursos mundiais têm de ser controlados pelos EUA. Nem que seja com armas atómicas. Ainda nos assalta a esperança de que o Sr. General não esteja a defender que assim seja. Homem de contactos importantes nos



Quem disse que os povos do mundo se vão deixar destruir nos delírios do imperialismo?

meios da NATO (os EUA, mas cada vez mais também a União Europeia), terá decidido dizer frontal e abertamente aquilo que ouve discutir com cada vez maior frequência, para gerar um sobressalto de indignação que acorde consciências adormecidas e leve à mobilização pela paz?

Infelizmente, as palavras do Sr. General sobre o nosso país não sustentam esta tese optimista: «num conflito desse género (...) é evidente que Portugal será um país que não joga nada. Como não jogou

nada na II Guerra Mundial. (...) Contudo, há uma série de outros conflitos intermédios, de baixa intensidade, de média intensidade, que existem já hoje e que vão continuar a existir, onde Portugal tem um papel importante. (...) Está ao nosso alcance. E podemos ter aí um papel importante, no meio duma aliança».

Ou seja, enquanto aguardamos que os EUA nos fritem com as suas guerras para controlar os recursos mundiais, poderemos entreter-nos a combater guerras de «baixa/média intensidade» que a NATO ache por bem. Que magnífico projecto nacional! Mas estará a Pátria em perigo? O Sr. General garante: «Não são credíveis ameaças às nossas fronteiras de soberania que se desenvolvam num prazo curto», mas poderá haver «situações de instabilidade em áreas do nosso interesse próprio, portanto nas nossas antigas colónias». Só que brincar às guerras (sub-sub-) imperiais sai caro. Razão pela qual teremos que passar a gastar mais com a guerra. Os actuais «escassíssimos 1,3% do PIB» que Portugal gasta em despesas militares são «absolutamente inexplicáveis». É verdade que o Ministro da Defesa do Governo PS já anunciou querer passar a gastar 1,3% do PIB «mas acho que mesmo assim é pouco», diz Loureiro dos Santos.

Há, porém, algo que falta na entrevista do Sr. General: a Humanidade. Quem disse que os povos do mundo se vão deixar destruir nos loucos delírios de controlo dos recursos mundiais do imperialismo?

Editorial

GENERALIZAÇÕES PERIGOSAS

Não surpreende mas preocupa a intensa difusão da ideia, falsa e perversa, de que «os partidos são todos iguais». Essa ideia é componente de uma linha de desvalorização e descrédito dos partidos que, em última análise, empurra para a «conclusão» de que os partidos são instituições antiquadas, desnecessárias, porventura prejudiciais – «conclusão» perigosa e, tanto mais estranha, quanto se sabe que ela provém de gente que reduz a democracia à sua vertente política e considera o multipartidarismo como um dos dois pilares básicos do sistema político por excelência... Tal ideia visa, no entanto, óbvios objectivos imediatos, nomeadamente o de procurar esconder a diferença protagonizada pelo PCP. Daí as contradições patentes na forma como os produtores e difusores dessa ideia avaliam o PCP: apreciado enquanto um dos vários partidos existentes, é «igual» aos outros (porque «são todos iguais»); quando visto isoladamente, é «pior» do que todos os

“O funcionamento democrático do PCP decorre dos seus objectivos e do seu projecto”

outros (porque é diferente). Sendo certo que, por efeito do poder dos meios que a difundem e do primarismo dos argumentos que a suportam, essa falsa ideia é, ainda, tida por verdadeira por muita gente, também é verdade que ela tem vindo a perder credibilidade à medida que a prática do PCP se impõe e facilita a esclarecedora separação das águas.

Na sua última edição, a revista «Focus» - numa peça intitulada «Partidos pouco democráticos» - procede a uma interessante apreciação do estado da «democracia interna» nos diversos partidos nacionais. Tomando como ponto de partida o exemplo de um congresso partidário e a saga do «militante anónimo» (aquele que não faz parte do «“jet-set” partidário», nem é barão nem «baronete» nem candidato ao que quer que seja) ao qual, «às duas da manhã», é concedido o privilégio de usar da palavra perante uma plateia montada para mil pessoas» mas onde não se encontram mais do que «uns 50 congressistas», o texto explica que «durante a tarde, os caciques regionais amealharam tempo de intervenção de militantes que desistiram, tendo conseguido falar durante 10, 20, 30 minutos. Ele, o militante anónimo, quando atingir os dois minutos de discurso será alertado pelo presidente do congresso para terminar» - e remata: «É a chamada democracia interna a funcionar».

Perante tão elucidativo relato, logo nos salta à memória o recente congresso do PSD. De facto

é dele que se trata, dizem-nos os autores da peça que, recorrendo a uma lamentável e perigosa generalização, acrescentam: «mas é assim em todos os congressos». Eis-nos perante a tal ideia de que «os partidos são todos iguais»...

É certo que o referido relato do congresso do PSD serviria, mais barão menos barão, para descrever um congresso do PP ou do PS - mas é evidente que nada tem a ver com um congresso do PCP. Como se vê, aliás, nas declarações de dirigentes dos vários partidos ouvidos pelos autores do texto. Não há razões para duvidar da afirmação de que, no PP, «houve direcções, na história recente, que chegaram a substituir as estruturas locais por comissários da direcção»; nem da informação de que «no PS há toda a liberdade, mas também há quem se autocensure com medo de se prejudicar por discordar (...) pelo que a democracia que se tem é limitada e condicionada»; muito menos haverá razões para pôr em causa o reconhecimento, por quem disso sabe, que «o regulamento do congresso (do PSD) é um atentado» democrático. E não há uma só razão para duvidar da afirmação feita pelo dirigente comunista ouvido pela «Focus» - Ruben de Carvalho - de que no PCP «há uma prática de grande democracia interna» - e muito menos se o dirigente comunista, a propósito dos «medos» existentes nos outros partidos, acentua incisivamente: «Alguém acredita que um delegado sindical, que sofre pressões enormes dentro de uma empresa, chega ao Partido e tem medo de defender uma opinião?». É evidente que «os comissários da direcção» do PP, e o conceito rosa de «toda a liberdade» num quadro de «democracia limitada e condicionada», e o «atentado» que é o regulamento do congresso laranja, são exemplares dos atropelos democráticos do funcionamento interno desses partidos. E é evidente que o PCP é diferente.

Quando insistimos na profunda democracia interna existente no PCP - e no esforço permanente de a aprofundar - estamos não só a dizer uma verdade mas também a sublinhar um traço distintivo, a marca de uma diferença, aliás visível a olho nu para quem não queira ser cego. E esse funcionamento democrático do PCP decorre, naturalmente, dos seus objectivos e do seu projecto: um partido que luta pela transformação da sociedade, que ao velho sistema dominante contrapõe um projecto de sociedade novo, liberto de todas as formas de exploração e opressão, é um partido diferente de todos os que têm como objectivo suceder-se na gerência do sistema dominante. Atente-se na prática diária do PCP, no conteúdo da sua intervenção; observe-se o processo de preparação do XVI Congresso, o estímulo à intervenção aberta e frontal dos seus militantes, à sua participação democrática e criadora - e facilmente se constatará a enorme diferença existente entre tal prática e a que predomina nos restantes partidos. E aos que persistem na difusão da ideia de que «os partidos são todos iguais», continuaremos a dizer e a demonstrar que o PCP é diferente dos que são todos iguais.

Actual O fundo da questão

● Vítor Dias

Podem muitos atribuir ao regime angolano os maiores defeitos e vícios que lhes apetece. E, nesse campeonato, pode até Miguel Portas levar a taça para casa ao considerar aquele regime «*tão mau como os piores*» (DN,16/3), num julgamento sumário que, ao menos objectivamente, põe o MPLA ao nível dos talibãs do Afeganistão.

Mas, em nome de um módico de seriedade, entre quem assim pensa, escreve e fala, ninguém devia estar isento de enfrentar alguns factos incontornáveis que nenhuma opinião que tenham sobre o regime angolano podem alterar ou sepultar.

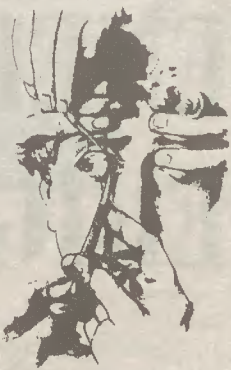
Desde logo, o facto de em Angola terem sido feitas eleições em 1992, numa altura em que, sem grande escândalo por parte de muitas potências e opiniões ocidentais, ainda não estava sequer reconhecido na África do Sul o elementar princípio «um homem, um voto».

Depois, o facto de o MPLA, apesar de ter ganho as eleições legislativas e a possibilidade (largamente exercida por partidos políticos na Europa) de governar sozinho, até ter aceite formar um governo de unidade nacional com a participação da UNITA.

De seguida, o facto de ter sido a UNITA a não aceitar os resultados eleitorais, numa claríssima recusa de transferir-se da luta armada para a luta política num quadro democrático.

Acresce ainda o facto de, enquanto o Governo angolano procedia à integração de militares da UNITA nas Forças Armadas nacionais, já a UNITA não procedia à desmilitarização e ao acantonamento a que se tinha comprometido, antes mantendo milhares de homens em armas, com o óbvio propósito de conservar o domínio de vastas zonas do território e de se apropriar das respectivas riquezas.

E, como matriz de tudo isto e muito mais, subsiste o facto crucial de ter sido sempre a UNITA a violar todos os sucessivos acordos (Bicesse, Gbadolite, Lusaca) que subscreveu, como foi sendo reconhecido, até à completa falta de paciência e, por fim, aplicação de sanções, por todas as entidades e instâncias que tiveram de lidar com



o problema - do Governo do PSD ao Governo do PS, da «troika» (Portugal, Rússia, EUA) à ONU.

A continuação da guerra em Angola é, sem dúvida, uma tragédia horrível. E ninguém nos bate na dorida consciência das suas devastadoras consequências, seja no plano primeiro do imenso sofrimento das populações, seja no plano de tudo quanto de

perverso e condenável ela seguramente favorecerá.

Mas é exactamente por assim ser que não adianta fugir aos tais factos incontornáveis que dão sigla e rostos às grandes responsabilidades pela continuação da guerra.

A não ser que alguns pensem que o governo legítimo de Angola devia aguardar de braços cruzados pela vitória militar da UNITA e pelo consequente banho de sangue. Mas então tenham a coragem de o dizer.

Hino à alegria e o mais que se segue

● Aurélio Santos

Um mergulho na história do capitalismo dá para lhe sentir o cheiro explorador, farejador de lucros, com o intencionalismo latente, permanente e determinado de ladrão profissional. Do trabalho às ideias (que também significam trabalho, quantas vezes dificilmente acumulado) o capitalismo é, desde meados do século XVI, o grande roubador da riqueza feita de actividade humana.

Não sei quantos europeus pensaram no significado simbólico do hino da UE. Schiller, há dois séculos, escreveu palavras de um intenso lirismo e deu ao seu poema o nome de «Hino à Alegria». Beethoven escolheu-o para um coro que ficou célebre no mais belo andamento da sua 9.ª sinfonia.

A apropriação deste hino pelos bruxelentos eurocratas faz-me pensar no parasitismo congénito do capital. Ao contrário do socialismo, o capitalismo não possui qualquer ideal que vise o bem estar desta sociedade que engendrou ao longo de séculos e vai mantendo dominada. Sem ideias próprias a não ser a da acumulação de cifrões, o capitalismo promete em desdobramento eufórico um mundo feliz e eterno para quem aceite com obediência a sua avançada principal: explorar, para uns quantos escolhidos privilegiados; ser explorado, para a grande, esmagadora maioria que efectua o trabalho real a fazer mover mundo.

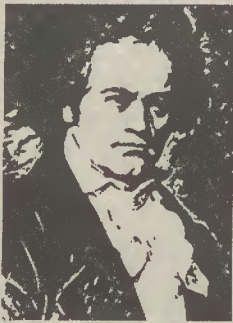
É sintomático que entre duas propostas em confronto - o capitalismo e o socialismo - (as terceiras vias ainda tentam, mas não

conseguem senão derrapar) só este último seja atacado enquanto sistema a construir. E apresentado como ideia utópica de sonhadores loucos, levada à prática por ditadores cruéis. Esta campanha anticomunista é uma espécie de vacina pelo terror. E, nos últimos dez anos, abocanhou raivosamente a experiência breve tentada na construção do socialismo, em menos de um século, enquanto o capitalismo, após quase quatro séculos de dominação, arrasta agora o mundo à sua própria insobrevivência, sem lugar para a alegria contada e cantada por Schiller e Beethoven. Tal como na lenda em que o lacrau pediu à rã para o ajudar a atravessar o rio. A meio da corrente cravou-lhe no dorso o veneno do seu ferrão, dizendo-lhe enquanto ambos se afogavam: «Que queres? Não posso fugir à minha natureza»...

Que o nosso mundo não se resigne a ser a rã transportando docilmente o lacrau capitalista.

Também nós, como Schiller e Beethoven, estamos a ser roubados. Quando o hino afirma que todos os homens se tornarão irmãos vivendo a alegria da fraternidade e vencendo os golpes que os querem dividir, lembro-me de um outro grito alegre e promissor que rasgou ao mundo um novo horizonte no nosso século: «Proletários de todos os países e povos oprimidos: uni-vos!»

O mais importante ainda é o que se vai seguir na história. E af a nossa voz conta. Na letra e na música.



Como se fosse uma tara...

● Anabela Fino

A 21 de Março de 1960, em Sharpeville, na África do Sul, a polícia abriu fogo sobre uma manifestação de negros que protestavam contra o *apartheid*, matando 69 pessoas. O governo sul-africano, de minoria branca, ilegalizou depois os principais partidos negros (Congresso Nacional Africano, Partido Comunista), e prendeu os seus dirigentes. Nelson Mandela foi condenado a prisão perpétua.

Passados 40 anos, muita coisa mudou, mas o Dia Internacional contra a Discriminação Racial, que nesta data se assinala em homenagem às vítimas de Sharpeville, continua a ter toda a razão de ser.

O racismo é um fenómeno generalizado que tende a agravar-se. Portugal também não escapa à regra, como sucessivos estudos vêm demonstrando. O mais recente, divulgado esta semana por investigadores do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, revela que «as crenças racistas se organizam em Portugal de

forma semelhante à dos outros países europeus», e que «os factores que estão na sua génese não são, significativamente, diferentes daqueles que subjazem ao racismo subtil ou flagrante noutros países».

O fenómeno do racismo e do seu desenvolvimento coexiste na Europa com uma outra realidade que especialistas da ONU têm vindo a analisar: o decréscimo da população activa no velho continente, que levará dentro de 50 anos à

necessidade de «importar» 159 milhões de pessoas para garantir a estabilidade demográfica.

É curioso verificar que estes estudos, preocupados com a mão-de-obra que vai faltar a médio prazo quando o que agora escasseia é o trabalho, raramente se debruçam sobre a mão-de-

-obra que hoje se troca por outra mais barata e sem direitos - a dos imigrantes. Pouco se fala dos «excedentes» nacionais, como pouco se fala das degradantes condições de vida e de trabalho dos que, por nada terem, aceitam qualquer coisa. E menos se fala ainda em como tudo isso é caldo de cultura da discriminação, potenciadora por seu turno de fenómenos de violência, geradores de mais racismo e xenofobia. Mas fala-se de racismo, como se fosse uma tara.

Também não se fala das causas da pobreza que obriga os imigrantes a deixar os seus países, como não se fala de quem lucra com essa miséria. Como se tudo isto fosse uma fatalidade. Como se ninguém tivesse culpas no cartório. Como se num mundo cada vez mais rico em que existem cada vez mais pobres a palavra exploração estivesse ainda por inventar. Não se trata, naturalmente, de desculpar o racismo. Mas fenómenos destes não se combatem sem combater as causas, e isso não se faz sem mudar de sistema. Ora é isso justamente que o capitalismo não quer.



Frases

“Europa “unida” pelo desemprego”

(Manchete sobre a Cimeira Europeia, em «Expresso-Emprego», 18.03.00)

“O Partido Popular já não existe”

(Jorge Ferreira, CDS/PP - «Expresso», 18.03.00)

“O “dinheiro de plástico” constitui uma multiplicação da circulação fiduciária estatal realizada pelo sistema bancário essencialmente em seu proveito. (...) O incentivo à constituição de novas contas (...) e à sua movimentação através de cartões corresponde a assegurar um aumento gigantesco dos depósitos na banca e da capacidade de os gerir.”

(Ruben de Carvalho - «Diário de Notícias», 17.03.00)

“Que o Governo PS ama os banqueiros, já se sabia. Que queira fazer de nós parvos, é excessivo.”

(idem, ibidem)

“Governar, hoje, é gerir o realismo. O ideal do estadista moderno é ter a desenvoltura de Tony Blair, a tenacidade de José Maria Aznar e a lábia de Bill Clinton: tudo somado, dá uma excelente receita eleitoral.”

(José Pedro Barreto - «Semanário Económico», 17.03.00)

“Quando estamos no Governo não podemos ser Verdes puros.”

(Joschka Fischer, ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, citado em «Público», 20.03.00)

“Em tempos de Quaresma, Guterres anda em via-sacra, mas os crentes resistem à penitência. Continua a sonhar com milagres de rosas, outrora símbolos de regalo e prazeres...”

(António José Teixeira - «Diário de Notícias», 18.03.00)

“O PS descobriu de vez as vantagens do “outsourcing”: quando quer fazer passar um orçamento incompetente, contrata o PP e, quando precisa de uma moção “politicamente correcta”, fornece-se no Bloco de Esquerda.”

(João Carreira Bom - «Diário de Notícias», 19.03.00)

“O Savimbi, se estivesse em Portugal, e votasse, era capaz de votar no Bloco de Esquerda.”

(João Soares - «O Diabo», 21.03.00)

“Após ter recebido subsídios em nome de um grupo, Filipe La Féria tornou-se proprietário da Casa da Comédia, que agora explora. O inquilino actual do Teatro para as rendas a La Féria com verbas do Ministério da Cultura, que também custeou as obras recentes no imóvel.”

(Manchete em «Expresso», 18.03.00)

“[Vale e Azevedo] melhorou muito com estes dois anos de exercício da presidência do Benfica, como se viu na SIC: maior fluência no discurso e na diversidade do vocabulário, mais eficácia na argumentação e na agilidade para fugir a questões incómodas.”

(José António Lima, «Altos & Baixos» - «Expresso», 18.03.00)

A manifestação «contra a precariedade, emprego de qualidade» vai levar à Cimeira da UE a exigência de respostas aos problemas reais dos trabalhadores portugueses.

A discussão que hoje e amanhã vão ter, no Centro de Congressos de Lisboa (antiga FIL), os principais responsáveis políticos da União Europeia, vai ser confrontada, logo à partida, com a pública denúncia de que as proclamadas boas intenções não têm correspondência na prática política.

As razões dos trabalhadores confluem hoje para a beira-Tejo

Por iniciativa da CGTP, milhares de trabalhadores concentram-se junto ao mosteiro dos Jerónimos e desfilam depois até à Rua da Junqueira, onde está instalada a Presidência (portuguesa, até Junho) e onde reúnem comissários, ministros e chefes de Estado e de governo dos «quinze».

A CGTP até admite que «o documento-base, apresentado pelo Governo português, traduz um avanço real

do apenas os casos dos ministros Pina Moura e Jorge Coelho, que «têm metros e metros quadrados de propostas e afirmações que vão numa linha prática exactamente oposta»:

defendem que a macroeconomia é sagrada e na sua definição não há que ter em conta o emprego; adoptam posições no sentido de empurrar trabalhadores prece-

mente para fora do mercado de trabalho; e produzem «imensas afirmações» de desvalorização do espaço de emprego da área social.

A realidade

Ao levar a cabo a acção de hoje, de âmbito nacional, a CGTP pretende «mostrar a realidade» do emprego no País. Para tal, as estruturas do movimento sindical unitá-



Concentração da CGTP hoje às 15 horas nos Jerónimos

na formulação de intenções em relação às propostas anteriores da UE» sobre os problemas do emprego, publicamente colocado no topo das preocupações desta Cimeira. Só que, alerta a central – no manifesto para a acção de hoje, que foi distribuído a muitos milhares de trabalhadores desde o final de Janeiro –, aquele documento «é tão vago nos objectivos propostos que suscita, desde logo, a dúvida sobre a vontade política para os concretizar» e, «além disso, é **contraditório com a realidade** nacional e com as práticas patronais e as políticas governamentais que têm sido seguidas no nosso país».

Manuel Carvalho da Silva apontou, em entrevista ao «Avante!» (edição de 2 de Março), alguns exemplos graves, em que as declarações escritas para a Cimeira são contrariadas pela acção do Governo: para os convidados ilustres e a opinião pública, a Presidência portuguesa declara que é preciso **contrariar a saída precoce do mercado de trabalho** e criar empregos para os trabalhadores mais velhos; faz referências à importância de **reflectir sobre o emprego quando são definidas as linhas da macroeconomia**; afirma que **o emprego social deve ser valorizado**. «Mas esta não é a prática», protestava o secretário-geral da CGTP, apontan-

do rio levaram a cabo, durante cerca de mês e meio, um vasto trabalho de recolha de informações – estatísticas, mas também exemplos e casos vivos – ao nível de regiões e de sectores de actividade. Estas informações foram dadas a conhecer, parcialmente, nas últimas duas semanas, tanto em iniciativas de rua, como em contactos com a comunicação social. Um já encontraram eco nas páginas do «Avante!» e são conhecidas dos leitores. Algumas mais estão na edição de hoje. Todas vão confluír esta tarde para a beira-Tejo, levadas por quem sofre o dia-a-dia do trabalho precário, dos baixos salários, do desemprego, das injustiças e ilegalidades patronais geralmente impunes, das promessas eleitorais que se transformam em burlas e das declarações oficiais que encobrem responsabilidades – e também da resistência e da luta, mesmo em condições de grande desigualdade, agravada pelas políticas dos que hoje governam a Europa do capital.

O trabalho vai à Cimeira

• Domingos Mealha



Por Linhas Tortas

Na **Portugal Telecom** a administração reduziu o número de horas que podem ser utilizadas ao serviço da Comissão de Trabalhadores, obrigando esta a ficar com apenas um elemento a tempo inteiro. Para a CT, a perda da disponibilidade total de dois representantes constitui «os custos da verticalidade», pois o engenheiro Carlos Antunes «pretendia uma CT submissa e veneranda a todas as asneiras e aselhices da administração». Recomenda a Comissão de Trabalhadores da PT ao engenheiro «que se desiluda» e não pense que está «a lidar com alguns sindicalistas, afectos ao poder, a quem puxa as orelhas nos encontros de militantes do PS».

Na **Arco Têxteis**, em Santo Tirso, os trabalhadores estiveram em greve, na passada sexta-feira, com uma adesão de 95 por cento e

Represálias

sem incidentes, em luta por um aumento de cinco contos, que levaria os salários para o valor de

69 200 escudos – alguns quadros tiveram aumentos que ultrapassam o valor de um salário destes! Na segunda-feira, foram suspensos todos os elementos da Comissão Sindical e mais alguns trabalhadores. A PT é uma empresa *de sucesso*, privatizada com uma «golden share» do Estado e que floresceu à custa dos investimentos públicos realizados antes do regabofe. A Arco Têxteis está apetrechada com tecnologia de ponta e beneficiou, para tal, de apoios oficiais superiores a três milhões de contos. Mas, se calhar, isto não tem nada a ver com a Cimeira da União Europeia... Espero não levar nenhum castigo! Uf!

•DM

É por isto que lá vamos

Em luta há anos pelo direito ao trabalho e à estabilidade de emprego, professores contratados ou desempregados decidiram acampar junto à antiga FIL, desde a tarde de ontem, integrando-se hoje nas acções da CGTP. Exigem a vinculação e um subsídio de desemprego que contemple a sua situação específica. Na negociação suplementar dos aumentos salariais para a Administração Pública, o Governo não alterou as suas propostas e apenas sistematizou em documento princípios que já decorriam de reuniões anteriores. A Frente Comum de Sindicatos recusou arrastar esta discussão, uma vez que não era admitido pelo Governo alterar a actualização salarial de 2,5 por cento, e deu segunda-feira por concluído o processo, antevendo «um futuro de grande conflitualidade». Para hoje, a Federação da Função Pública convocou uma greve no sector da Saúde, insistindo em que devem ser descongeladas vagas para acabar com a instabilidade de 15 a 20 mil trabalhadores, contratados a prazo até ao final de Março e para os quais o Ministério propôs apenas a prorrogação dos contratos por onze meses. A federação sublinha que aqueles funcionários desempenham funções de carácter permanente, pelo que devem se integrados nos quadros.

Os ferroviários vão estar amanhã em greve, contra propostas de aumentos salariais que variam entre 1,5 e 2 por cento. As administrações da CP, Refer e Emef recusam-se a discutir a redução do horário para 35 horas semanais, bem como o combate à precariedade, que atinge já proporções graves (90 por cento dos trabalhadores da Fertagus são contratados, diz o Sindicato Nacional do sector). Hoje, antes de se dirigirem para os Jerónimos, os trabalhadores da Emef concentram-se junto à sede da empresa.

Também voltam amanhã à greve os trabalhadores da Carris, cuja administração propõe aumentos salariais de 2,6 por cento.

Após vários meses de impasse nas negociações com os representantes patronais do sector, a Fesah/CGTP convocou para hoje de manhã concentrações frente às sedes da Enatur (Pousadas de Portugal) e da Associação dos Hotéis de Portugal, protestando contra propostas «miseráveis» de mais 60 escudos por dia (2,5 por cento).

CES

Reuniu em Lisboa, ontem e anteontem, o Comité Executivo da Confederação Europeia de Sindicatos, em cuja agenda de trabalhos figuraram os temas que merecem o enfoque na discussão da Cimeira extraordinária do Conselho da UE, hoje e amanhã. Para dar conta da discussão e conclusões, foi convocada para ontem à tarde uma conferência de imprensa com a participação dos secretários-gerais da CES, da CGTP e da UGT. No dia 16 reuniram, também em Lisboa, representantes da CGTP e UGT portuguesas e das Comissões Obreras e UGT espanholas, que expressaram o seu apoio à manifestação europeia que a CES convocou para 19 de Junho, no Porto. Dos governos dos «quinze» foi exigido forte empenhamento na redução da precariedade de emprego, refere ainda a Agência Lusa. Na reunião foi analisada a situação social nos dois países, designadamente, os elevados níveis de desemprego, a baixa qualidade do emprego e os baixos salários. Esteve igualmente em foco a situação dos direitos dos trabalhadores. Foram reclamadas também políticas que intensifiquem o crescimento ao serviço do emprego, pelo desenvolvimento e modernização das actividades produtivas, com a participação dos trabalhadores, por políticas salariais que garantam uma mais equilibrada distribuição do rendimento que estimule a actividade económica.

Unilever

Na próxima quarta-feira os trabalhadores do grupo Unilever entram em greve e vão concentrar-se junto à sede, nas Amoreiras. A decisão foi tomada no sábado, num plenário geral que teve lugar na Academia Recreativa e Cultural de Sacavém, com o objectivo de analisar a resposta dos trabalhadores à posição da administração, que se recusa a negociar o caderno reivindicativo – informou o Sinquifa/CGTP, exigindo uma resposta às justas reivindicações apresentadas. O repúdio pela posição da administração fora já expresso em plenários realizados nas empresas, nos dias 1 e 2 de Março.

Poligráfica

Receber as indemnizações a que têm direito é o que pretendem 42 trabalhadores da Poligráfica, que foram despedidos, depois de 20, 30 ou mesmo 40 anos de serviço. A acção dos trabalhadores deu já entrada no Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia e no processo de falência da empresa (M. Ribeiro e Filho, SA), informou o Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa. No entanto, os trabalhadores decidiram continuar a exigir o pagamento dos créditos, no valor global de 106 mil contos, junto dos administradores e sócios (que até assumiram tal compromisso em declarações públicas). Assim, os despedidos decidiram deslocar-se anteontem à Packigráfica (Empresa do Bolhão), em Nogueira, Maia; esta empresa pertence ao grupo Higifarma, ao qual se encontra ligado Fernando Ribeiro, sócio e administrador da Poligráfica.

Levantamento sindical denuncia especial gravidade na grande distribuição

Comércio sem lei

Os super e hipermercados obtêm chorudos lucros à custa de baixos salários, elevada precariedade e violação de direitos dos trabalhadores, acusa o CESP/CGTP.

Continente, Feira Nova, Intermarché, Carrefour, Auchan, Pingo Doce, Lidl e outros nomes sonantes da grande distribuição foram apontados na semana passada, em Lisboa, como empresas onde se vive «um quadro de ilegalidade generalizada». A exemplo do que já tinha feito em Coimbra e em Faro, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal levou para a baixa lisboeta várias provas da sua acusação, com destaque para o levantamento

Selva com cobertura

O sindicato aponta uma série de direitos que decorrem das normas contratuais e da legislação em vigor, mas que, de uma forma generalizada, são ignorados pelas empresas:

- férias durante 22 dias úteis consecutivos, marcadas em época acordada com o trabalhador;
- faltas para assistência à família;

– registo e pagamento do trabalho suplementar e gozo do descanso compensatório...

A lista é longa, nesta selva de ilegalidades. Mas o CESP, denunciando as empresas do sector, aponta a grande causa: «Esta situação resulta da relação de forças que as políticas governamentais têm promovido,

reduzindo direitos e garantias aos trabalhadores e proporcionando aos patrões protecção e cobertura para os reduzirem e retirarem de facto».

De outra forma, não seria possível que nas designadas «unidades comerciais de dimensão relevante» se manti-

As grandes superfícies têm o horário mais liberal da Europa



A acção de dia 15 na Rua Augusta inseriu-se na preparação da jornada de hoje da CGTP

to estatístico efectuado a nível nacional, onde foi feito o retrato das 14 maiores cadeias de super e hipermercados. Mas também foram apresentados testemunhos de trabalhadoras – algumas daquelas que, apesar da precariedade e de todas as formas de pressão patronal, resistem e lutam.

- consultas próprias e pré-natais;
- licença de maternidade de 120 dias;
- duas horas diárias para aleitamento de filhos com idade até 1 ano;
- horários de trabalho adaptados para trabalhadores-estudantes;
- carreiras profissionais e progressões automáticas;

vesse mais de 45 por cento de trabalhadores com contratos a prazo, aos quais ainda se somam 10 a 12 mil contratados através de agências de aluguer de mão-de-obra e que, por imposição das grandes superfícies comerciais, são geralmente pagos pelos fornecedores! Há vários hipermercados e grandes armazéns em que o número de

pessoas contratadas por este processo equivale a um ou dois terços do respectivo pessoal.

O quadro geral tem expressões concretas ainda mais gritantes.

A percentagem de trabalhadores com vínculos precários sobe até aos 63 por cento nas lojas Dia, 60 por cento no Intermarché e Ecomarché, 58 por cento no AC Santos, 52 por cento no Lidl e no Pingo Doce.

A média dos salários-base desce até 54 600 escudos no Modelo, 71 500 escudos no Pingo Doce, 72 500 escudos no Continente, Intermarché e Ecomarché... O máximo que atinge, nos grandes grupos, é o valor de 102 contos, no Recheio.

Os subsídios de refeição não existem no AC Santos, são de 450 escudos no Recheio, 680 escudos no Lidl, 780 escudos no Pingo Doce e no Feira Nova, e 800 escudos no Modelo, Continente e Carrefour.

Quase todas as grandes unidades pertencem na totalidade ou em grande parte a grupos multinacionais. O CESP nota, a propósito, que «muitas destas empresas pagam o dobro dos salários em Espanha, três vezes mais em França e quatro vezes mais na Alemanha, para trabalhadores a exercer as mesmas funções e com produtividade, em muitos casos, mais baixa».

Exemplo

«Portugal não é exemplo, para ninguém, de resolução do problema do emprego», disse o secretário-geral da CGTP, que na acção do CESP falou sobre o levantamento da situação real do emprego no País, feito pela central para a jornada de hoje. Carvalho da Silva recordou, evocando a luta dos caixeiros, em 1971, pela semana inglesa, que persistem hoje «abusos injustificados na abertura do comércio ao domingo», cilindrando valores humanos com o objectivo de «sacar o máximo».

Estudo dos têxteis à medida dos patrões

O que a Associação Portuguesa de Têxteis e Vestuário pretende é «preparar os espíritos dos trabalhadores e da sociedade para acentuar ainda mais a exploração, mantendo os baixos salários, recusando o diálogo e a contratação colectiva», afirma a União dos Sindicatos de Braga, comentando o estudo sobre o sector que foi divulgado na semana passada. De acordo com as notícias, acerca do documento, é possível que, a partir de 2005, cerca de 700 ou 800 empresas do sector encerrem, lançando no desemprego mais de 80 a 100 mil trabalhadores.

Ricas falências

A USB/CGTP, registando

que o estudo foi encomendado pela associação patronal, recorda que os sindicatos, há mais de 15 anos, propuseram a adopção de medidas especiais de protecção ao sector têxtil. Mas, em vez da modernização e reestruturação das empresas, a grande maioria dos patrões preocupou-se «em subtrair à empresa todos os lucros e investir em força na Bolsa, banca, seguros, imobiliárias, e criar grandes fortunas pessoais e ostentações». A União admite mesmo que um grande número de patrões têxteis está entre os principais accionistas dos grupos económicos e detentores de grandes fortunas.

«Na generalidade, os patrões têxteis continuam a

ganhar grandes fortunas e a ostentar provocatoriamente a riqueza, são os principais autores da violação dos direitos, pagam salários miseráveis, encerram empresas e provocam falências para enriquecerem ainda mais e alguns são empregadores de mão-de-obra clandestina e infantil», acusa a USB.

José Alexandre Oliveira, presidente da associação patronal e administrador da Têxtil Riopelle, é pessoalmente desafiado pela estrutura distrital da CGTP a explicar por que motivo a sua empresa apenas aumentou o pessoal em 800 escudos (oitocentos), por que viola «constantemente» os direitos dos trabalhadores (tendo execuções de mais de 50 mil contos no Tribunal de

Trabalho de Famalicão) e por que recusa o diálogo com a comissão sindical.

A USB entende que os patrões «têm ainda tempo de emendar os comportamentos, investir nas empresas e qualificações dos seus trabalhadores, modernizando, reestruturando, promovendo a formação profissional adequada e com seriedade, elevando os níveis salariais, respeitando os direitos».

Ao Governo exige que promova «políticas de apoio a quem cumpre e políticas de fiscalização e punição exemplar a quem usurpa dinheiros públicos e viola direitos contratuais e humanos». Assim, conclui a USB, «de certeza que o futuro será diferente e para melhor».

Rover

Desde 28 de Fevereiro estão em luta, com recurso à greve, os trabalhadores da AM Almeida, concessionária das marcas automóveis Rover, MG e Land Rover para o concelho de Lisboa. Na passada segunda-feira deslocaram-se das instalações da empresa, na Rua de Campolide, até à sede da SINA, principal accionista, exigindo resposta às suas reivindicações: acabar com a discriminação salarial imposta pelo conselho de gerência e acordar aumentos salariais justos, aplicados directamente no vencimento-base.

SSGP

Para exigir melhores salários e carreiras profissionais ajustadas, estiveram em greve às horas extraordinárias e de 4 horas por turno, no período entre 15 e 20 de Março, os trabalhadores da SSGP Vidro Automóvel. A luta resultou da insistência da empresa em aumentar as remunerações através de prémios sobre os resultados comerciais, recusando actualizar os salários fixos, informou o sector de empresas da Comissão Concelhia de Loures do PCP, que expressou publicamente a sua solidariedade com o pessoal da SSGP. Os trabalhadores reivindicam 4,5 por cento de aumento salarial e o fim da categoria de operadores de transformação de vidro, com a subida automática na carreira profissional.

CM Lisboa

A função operária na Administração Pública está a ser alvo de uma estratégia de esvaziamento, que deixa campo aberto aos empreiteiros. Os trabalhadores do sector operário do Município de Lisboa reuniram no dia 16, na Casa do Alentejo, e repudiaram o facto de o presidente e o executivo da CML terem uma «atitude de alheamento e insensibilidade», por falta de uma intervenção junto do Governo e pela «aceitação tácita da portaria 807/99», que favorece aquela estratégia. Após o plenário, os trabalhadores deslocaram-se aos Paços do Concelho, para exigir «que a CML se decida a assumir as suas responsabilidades, com todo o seu peso institucional, no sentido de serem ainda tomadas as soluções necessárias e repostos os equilíbrios relativos na composição das categorias profissionais».

Calçado

Arrastam-se há quatro meses as negociações salariais para o sector do calçado, teimando os representantes patronais em recusar propostas sindicais que representariam apenas mais 166 escudos diários por trabalhador, em média. A Fesete/CGTP, ao fim da 6.ª reunião com a Appicaps (realizada dia 13, depois de adiamentos sucessivos pela associação patronal do sector), decidiu promover a denúncia pública da proposta «miserável» dos patrões: 2,4 por cento, a que acrescentaria mais 2,4 por cento, se os representantes sindicais aceitassem uma proposta de flexibilização do horário de trabalho que deixaria às empresas as mãos livres para «terem ao seu dispor os trabalhadores durante os 12 meses do ano, ora aumentando o horário em duas horas por dia, ora reduzindo o trabalho até um dia por semana».

Setúbal debateu organização O Partido dos trabalhadores

Até 15 de Abril, decorre a campanha nacional «Melhores salários, emprego com direitos, mais valor ao trabalho», com dezenas de iniciativas junto de empresas e serviços (ver Agenda).

O afastamento dos locais de trabalho de milhares de trabalhadores com muitas décadas de luta pela conquista de direitos e melhoria das condições de vida, sendo substituídos por jovens vindos recentemente das escolas e inseridos no mundo laboral sem que a experiência das gerações lhes fosse transmitida, foi um dos assuntos debatidos no passado sábado, no Clube Recreativo Piedense, na Cova da Piedade, por mais de uma centena de quadros da Organização Regional de Setúbal, num encontro sobre «A organização do Partido nos locais de trabalho».

Jorge Pires, da Comissão Política, situou a iniciativa na perspectiva de um balanço de medidas tomadas e a tomar em cada organização com vista à concretização da intervenção do Partido junto dos trabalhadores e nas empresas, sobretudo pela responsabilização dos quadros mais aptos, apoiados com meios necessários.

Prioridade

O encontro foi antecedido pelo levantamento das empresas existentes, procurando-se constituir células onde as não haja (prioritariamente em empresas com mais de 200 trabalhadores), com os olhos postos, por exemplo, na Administração Pública e no Complexo Industrial da AutoEuropa.

Tomando em conta que nem sempre o nível da luta corresponde à gravidade da ofensiva de direita do PS no Governo, o encontro não deixou de registar avanços significativos nas tomadas de posição do Partido, a nível de células de empresa, pelas quais se fortalece a consciência das situações criadas e uma melhor disponibilidade para o combate em defesa dos interesses dos trabalhadores e da própria economia do País.

Foi salientada a importância da difusão dos materiais do



A campanha inclui no dia 30 uma venda especial do «Avante!»

Partido, realçando que a leitura do «Avante!» é indispensável para conhecer as mais diversas situações gravosas do mundo laboral e as muitas respostas de massas lideradas pelo movimento sindical unitário.

Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, a encerrar os trabalhos, salientou que o encontro demonstrou como, estando em preparação o 16.º Congresso, o PCP não verga

perante dificuldades, «não se auto-flagela, pode e sabe tirar partido das possibilidades e potencialidades que permitem a renovação e o rejuvenesci-

mento da nossa organização, não como muitos entendem, mas sim como partido marxista-leninista, no sentido dialéctico e criativo».

«Apesar de todas as transformações, a luta de classes continua a estar na ordem do dia» – afirmou Jerónimo Sousa. – «E se o Partido precisa dos trabalhadores, os trabalhadores precisam deste Partido!»

Viana do Castelo

Os projectos-leis sobre matérias laborais, apresentados pelo PCP na AR, estiveram em debate na sexta-feira, em Viana do Castelo, numa iniciativa promovida pela Organização Regional do Partido no âmbito da campanha nacional de contacto com os trabalhadores, e na qual participaram mais de cinco dezenas de dirigentes e activistas sindicais e em que também interveio Jerónimo de Sousa.

Mereceram especial atenção os projectos que pretendem garantir os direitos dos trabalhadores que, por força de processos de desmembramento, são cedidos ou transferidos da empresa a que estão vinculados para outras do mesmo grupo. Foi feita referência a situações concretas, designadamente nas telecomunicações.

O projecto-lei que procura garantir os créditos dos trabalhadores nos casos de falência das empresas motivou diversas intervenções. Foram feitas sugestões para que, não só o Estado seja responsabilizado pelos atrasos nos processos, como seja dado combate efectivo às falências fraudulentas.

O combate à precariedade, a exigência de melhores salários, a denúncia da política do Governo PS (que desvaloriza o trabalho e os trabalhadores) e a persistência do PCP na defesa do direito do trabalho e no estímulo à luta dos trabalhadores foram considerados como factores determinantes para alterar a situação social e encontrar um novo rumo na política nacional.

Ovar

O aumento crescente da precariedade de emprego foi apontado como um dos traços mais relevantes na fabricação de material eléctrico e electrónico no concelho de Ovar, durante um encontro de trabalhadores do sector, levado a cabo no sábado pelo organismo de empresas da direcção regional de Aveiro do PCP. A iniciativa contou com quase quatro dezenas de participantes, entre os quais se encontram Francisco Lopes, da Comissão Política do Partido, e Ilda Figueiredo, deputada

no Parlamento Europeu. Os comunistas propõem que 2000 seja um ano de luta em defesa dos postos de trabalho (ameaçados por tentativas de redução, sobretudo na Efacec, e pelas ameaças de deslocalização), contra todas as formas de precariedade (contratos a prazo, trabalho temporário, subcontratação...), para que sejam respeitados os direitos dos trabalhadores (horários, reunião, saúde, classificações profissionais), por melhores salários, por mais unidade e participação.

Um marco na luta

● José Ernesto Cartaxo

A precariedade do emprego, nas suas diversas formas, é um fenómeno comum aos países da UE. Contudo, assume em Portugal contornos mais graves, dado que as condições de vida e de trabalho são, reconhecidamente, as mais degradadas do conjunto da União Europeia.

O nível de precariedade em Portugal é bastante elevado e tem vindo a aumentar significativamente, atingindo sobretudo jovens e mulheres. Segundo os dados do Inquérito ao Emprego do INE, num universo de cerca de 3,5 milhões de trabalhadores por conta de outrem, há perto de 670 mil que têm contratos de trabalho não permanentes, isto é, 19 por cento dos assalariados são precários; destes, 467 mil são contratados a prazo e os restantes têm contratos de prestação de serviços, trabalho sazonal ou trabalho pontual e ocasional.

Tão preocupante como estes números é a sua tendência para o crescimen-

to destas formas, através da subsidiação destes empregos, sendo exemplo expressivo o emprego a tempo parcial.

As consequências desta forte precariedade são profundas e têm efeitos extremamente negativos sobre toda a sociedade:

- incentiva actividades produtivas baseadas em baixos salários e na fraca qualidade dos empregos;
- desincentiva a qualificação e a formação contínua dos trabalhadores;
- tem pesados custos em termos de segurança no trabalho, constituindo um dos factores para que Portugal tenha o maior índice de sinistralidade laboral da Europa;
- põe em causa os direitos dos trabalhadores e é utilizada pelo patronato como um expediente para o seu não cumprimento;
- alimenta uma cultura de desrespeito da legalidade democrática;
- desestabiliza os colectivos laborais e mina a unidade dos trabalhadores;
- e, por último, promove concorrência desleal entre as empresas.

Precários para sempre?

A forte precariedade tem conduzido à perversão dos fins para os quais foram previstas as formas de trabalho, permanentes e não permanentes. Não se contesta a existência de trabalhos cuja natureza seja objectivamente temporária: a substituição temporária de um trabalhador, o trabalho sazonal, actividades pontuais, etc. O que contestamos e combatemos é a utilização abusiva e ilegal de contratos de trabalho precários

para satisfazer necessidades permanentes das empresas e serviços.

A CGTP-IN defende intransigentemente o princípio de que **a postos de trabalho de natureza permanente devem corresponder contratos de trabalho permanentes**. A luta pela aplicação prática deste princípio faz parte integrante da luta mais geral contra a precariedade e a segmentação do mercado de trabalho e pela exigência de novas políticas económicas, que criem mais postos de trabalho e garantam empregos estáveis e de qualidade. É a isso, aliás, que o Governo português está obrigado, como decorre da Constituição e de normas internacionais.

Tendo presentes estes objectivos, a CGTP – para além de desenvolver uma persistente e quotidiana acção sindical nas empresas e locais de trabalho – decidiu realizar hoje uma grandiosa manifestação, subordinada ao lema *por emprego de qualidade, contra a precariedade*, e ainda participar na acção europeia *por mais e melhor emprego*, promovida pela Confederação Europeia de Sindicatos e a realizar em Junho, no Porto, quando da próxima Cimeira.

Confiamos na disponibilidade e no empenho dos trabalhadores para fazermos desta jornada mais um marco importante na luta pelo emprego, pela valorização do trabalho e pela dignificação do trabalhador.



to: em 1999, cerca de dois terços do aumento do emprego resultou de contratos não permanentes (que cresceram 12,3 por cento); em 1998, todo o aumento do emprego assalariado foi absorvido pelos contratos não permanentes (que subiram 13,3 por cento). Isto acontece num contexto em que o País se tem mantido num ciclo de crescimento económico, em que seria de esperar que houvesse uma maior estabilidade de emprego e que não se acentuasse a precariedade.

Importa ainda realçar a existência do trabalho não declarado ou ilegal, do trabalho temporário prestado por empresas alugadoras de mão-de-obra (muitas das quais continuam ilegais, apesar da existência de legislação há mais de 10 anos) e do trabalho a tempo parcial, que abrange cerca de 175 mil trabalhadores, ou seja, 5,2 por cento dos trabalhadores por conta de outrem.

Instabilidade subsidiada

Há quem defenda que as mudanças tecnológicas impõem o desenvolvimento dos contratos não permanentes, pelo que o Governo nada pode fazer, para além de estabelecer algumas normas reguladoras. Sucede, porém, que os governos – em Portugal, como noutros países – têm incentivado o desenvolvi-

Desemprego e precariedade dominam ao sabor do patronato afectando sobretudo os jovens

● Isabel Araújo Branco

Em busca do emprego perdido

Ter ou não ter emprego, já não é a questão: hoje, o drama em Portugal consiste, simplesmente, em arranjar trabalho. Elementar, meus caros explorados...

O desemprego e o trabalho precário são dos maiores problemas com que a população europeia tem de lidar actualmente, em particular os jovens, quer sejam licenciados ou não.

Viajámos por este universo, conhecido por cada vez mais pessoas e que é visto como um «papão» por aqueles que pensam no seu destino. E quando o fazem, é inevitável crer que o primeiro passo que provavelmente darão no mundo do trabalho será cair num labirinto escuro, onde as portas de saída têm cadeados codificados. Libertar-se para sempre é o objectivo de todos, e isto significa ter um emprego estável, de preferência na área que mais gostam.

Mas será que conta o emprego que se tem? Ou já só é importante ter dinheiro para pagar as despesas? Do que é que se abdicar? Da profissão escolhida quando estudavam, de um bom ambiente de trabalho, de um salário ajustado às habilitações, do sonho de ser independente dos pais?

Situação real

Uma das principais exigências dos sindicatos é a melhoria das condições dos trabalhadores: salários mais elevados, diminuição dos horários para as 35 horas semanais, desenvolvimento da qualificação

profissional, passagem a quem está a exercer funções de carácter permanente, fim das discriminações salariais, moralização do trabalho temporário e parcial.

E qual é, de facto, a situação do jovens? Dados da Interjovem (CGTP-IN) indicam que o desemprego juvenil (dos 15 aos 24 anos) constitui 30 por cento do total. Os empregos são precários (1 em cada 3 jovens tem um emprego precário) e mal pagos (com os níveis salariais mais baixos da União Europeia). Há uma elevada sinistralidade laboral e regista-se pouca forma-

ção profissional.

Contudo, aqueles com habilitações superiores não têm melhor sorte do que os que apresentam menos qualificação. O desemprego entre os licenciados aumentou 17,1 por cento de 1998 para 1999.

O emprego a tempo parcial aumentou e atinge especialmente as mulheres. Na sua maioria é involuntário. A Interjovem adianta que 45 por cento dos que se encontram nesta situação não encontraram trabalho a tempo inteiro.

Esta situação tem fortes implicações nas remunerações pagas. Em 1998, um trabalhador a tempo completo recebeu em média 111 mil escudos líquidos, enquanto quem estivesse a tempo parcial recebeu apenas 58 mil escudos.

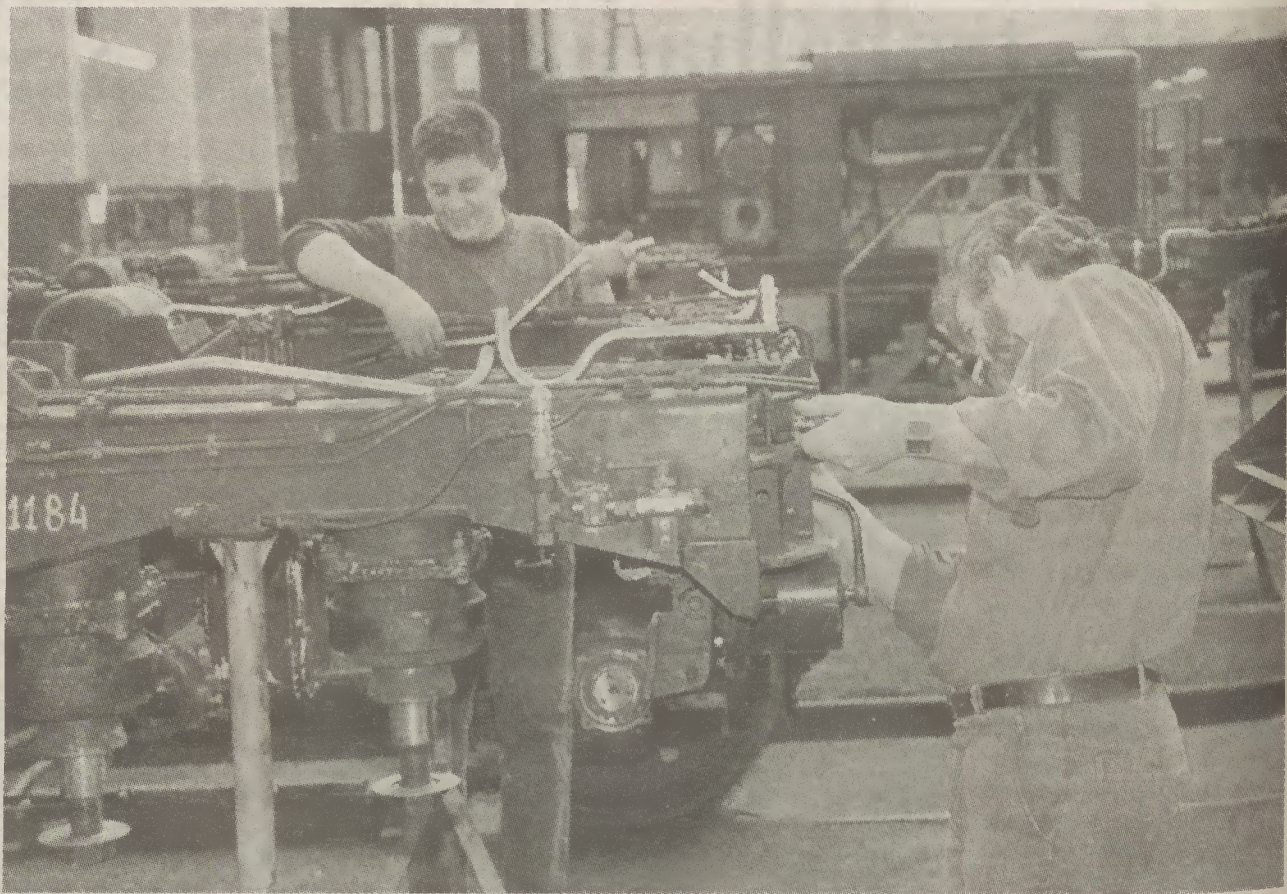
A solução está na luta

João, Ana e Pedro dizem não ter qualquer esperança em relação à Cimeira do Emprego que hoje começa. «Se canalizassem as verbas para coisas mais precisas, se não andarem a pagar a clubes de futebol, se não venderem todas as empresas públicas...», declara João.

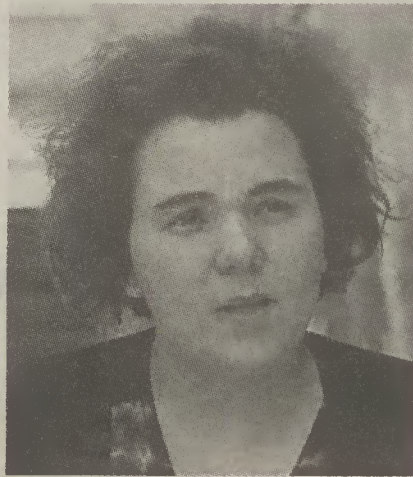
«A partir de certa altura as pessoas têm de passar a efectivas. Se se está continuamente a assinar contratos temporários, não se pode fazer nada na vida. Com contratos de seis meses e um ano poucas pessoas se governam», afirma Pedro.

Todos eles afirmam que se deve apostar na formação e na estabilidade dos empregos. Mas, perante a presente perspectiva, o que fazer para reverter a situação? Ana responde: «Com a luta dos trabalhadores. São os únicos que podem modificar as coisas. É preciso que haja união e luta pelos nossos direitos.»

Porque «a união faz a força», há que aderir em bloco, mesmo nas situações precárias. «Às vezes é preciso esquecermos o medo das penalizações, porque se continuarmos com medo não fazemos nada. Há casos muito complicados, mas temos de pensar que vamos lutar por um futuro melhor, para que os nossos filhos não passem pelo mesmo e tenham outras oportunidades», afirma Ana.



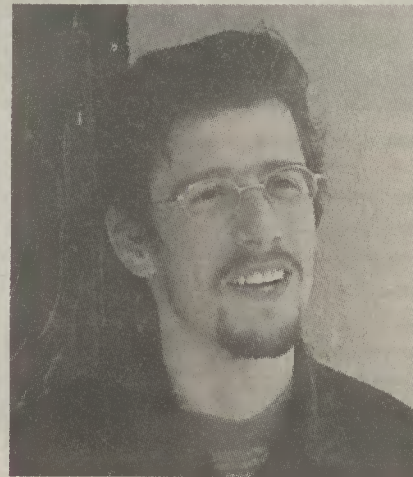
A passagem a contrato efectivo a quem está a exercer funções de carácter permanente é uma das reivindicações da CGTP



Ana Peres «Não quero estar parada»

Ana Pedro Peres tem 24 anos e terminou a licenciatura em serviço social há dois meses. Como não consegue encontrar emprego na sua área, está a trabalhar numa organização não-governamental (ONG), onde é activista. Apesar de saber que terá dificuldade em exercer a profissão para a qual estudou, não está desanimada e continua a apostar na sua formação. Tem um curso de formação pedagógica de formadores, estagiou num serviço de prevenção à Sida com toxicodependentes e prostitutas e inscreveu-se esta semana num curso de formação de terapias. O problema é que

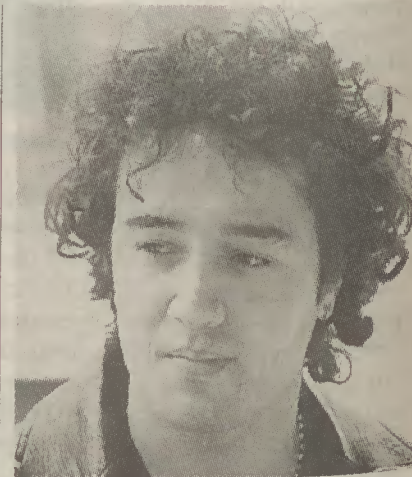
custa 50 contos, que não tem. «É contraditório fazer isto, porque a maior parte dos trabalhos que existem é para pessoas não qualificadas ou para quem queria prescindir da sua qualificação. E eu continuo a tentar qualificar-me cada vez mais. Se posso melhorar os meus conhecimentos, tenho de investir nisso. Não quero estar parada», afirma. Ana não mora com os pais, mas depende financeiramente deles. «Não sei quando é que vou atingir a minha independência. Por exemplo, para este curso tive de lhes pedir dinheiro. Por acaso tenho a sorte de ter uns pais que podem despendar esse dinheiro, porque senão não o poderia fazer.»



João Costa «Podemos ser castigados»

João Costa tem 24 anos e é casado. Em 1995 desistiu de estudar a meio do 12.º ano e empregou-se numa cadeia de supermercados. Assinou um contrato de seis meses, renovável três vezes, e depois passou a efectivo. Chegou à terceira chefia de uma loja, mas há cerca de um mês integrou uma equipa de remodelação das lojas. Nesta decisão pesou mais o medo da sua posição ser «congelada» se não aceitasse a proposta do que qualquer outra razão. Até porque ainda não sabe concretamente as condições, nomeadamente o salário que vai receber. Sabe sim que o seu ordenado base não vai ser alterado e

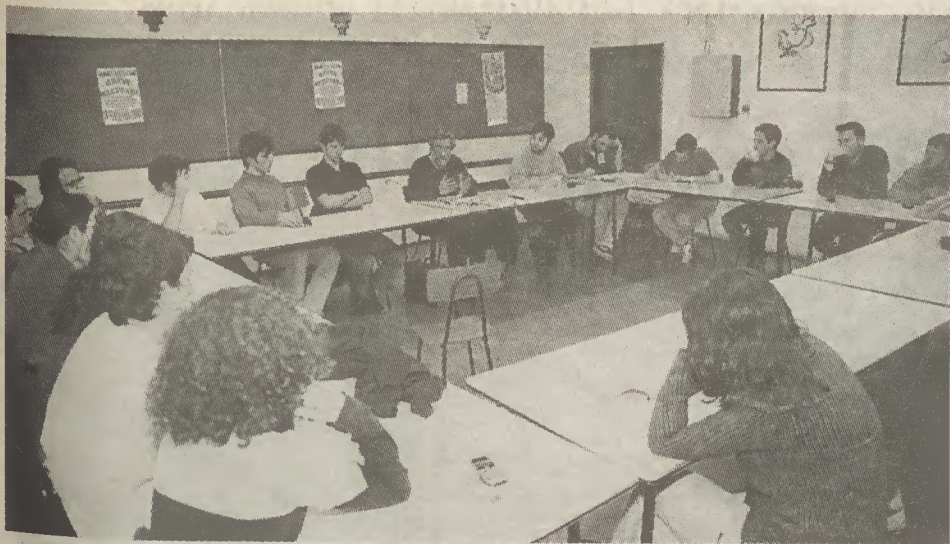
que trabalha até de madrugada. Ou seja, que os seus horários foram totalmente modificados, que passa muito tempo com a mulher e que tem de adiar o seu projecto de concluir o 12.º ano. Tudo isto até ao fim de 2001. «Se não alinharmos naquilo que eles querem, podemos ser marginalizados e até castigados. Podem-nos mandar para lojas bastante longe de casa.» Considera-se muito mal pago e o que faz em nada tem a ver com a área em que gostava de trabalhar: desporto. No entanto, está adaptado ao trabalho. «Não é o meu sonho, mas gosto de o fazer. Vou tentar subir o mais possível», diz.



Pedro Costa «Estive a fazer três meses de caridade»

Pedro Costa, de 23 anos, é editor de imagem numa produtora de vídeo. Depois de tirar um curso de cinema e tv, fez um estágio não remunerado de três meses num canal televisivo, onde acabou por assinar um contrato de seis meses. Ao fim desse tempo, foi «reciclado» para a produtora onde agora trabalha, novamente como estagiário. «Estive a fazer três meses de caridade», ironiza. No fim de Março irá assinar contrato. «Se as condições forem más, prefiro ir procurar trabalho noutra sítio. Claro que não posso exigir muito, mas tem de haver o mínimo de condições», afirma. O seu trabalho

está relacionado com aquilo que gostava de fazer. «Quereria ter uma maior aprendizagem deste mundo. A fase que eu queria alcançar é outra, mas isso só vem com a idade e com a experiência», explica, dizendo que gostava de chegar a editor ou realizador de cinema. Hoje depende financeiramente dos pais. Como vê o seu futuro? «Sei que as coisas vão acontecer, mas devagar. Temos de saber tomar decisões na altura certa e arriscar. Não posso ser um encargo para os meus pais a vida toda. Quero ter a minha própria vida. Aliás, a partir desta idade começamos a sentir necessidade disso.»



O que fazer? A solução está na tomada de consciência dos povos e na passagem à reivindicação

O emprego em debate

Desresponsabilização dos estados

A globalização e os problemas do desemprego e da precariedade foram abordados num debate da JCP, em Lisboa, com Sérgio Ribeiro.

«A Cimeira do Emprego e a Globalização» foi o tema de um debate organizado pela JCP, que contou com a participação do economista Sérgio Ribeiro, antigo deputado comunista ao Parlamento Euro-

peu, na noite de segunda-feira, em Lisboa. A União Europeia (UE) e o seu papel no actual quadro do trabalho foi uma das questões abordadas. Sérgio Ribeiro deixou claro que o desemprego é visto pela UE como resultado de questões e incompatibilidades individuais e não como um problema estrutural.

Nessa perspectiva, a União considera que, se há desemprego, é porque os indivíduos não são empregáveis ou não são úteis para a máquina económica. Isto significa que tem de haver mais formação e mais qualificação e que quem está empregado tem de se adaptar às novas realidades.

Por outro lado, a UE defende que, se não se tem lugar numa empresa, a solução é simples: criar outra empresa e resolver individualmente o seu problema. Com isto, os estados e a sociedade desresponsabiliza-se da procura de soluções.

Nem as convenções básicas

Numa iniciativa em que se debateu a globalização, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a repercussão das suas acções no mundo não pôde deixar de ser discutido pelos participantes.

Acumular capital é o objectivo do chamado mercado livre

Correspondendo à cereja no cimo do bolo do capitalismo, esta organização está totalmente virada para o liberalismo, praticado de forma verdadeiramente selvagem. A tal ponto que a OMC não aceita as quatro convenções básicas da Organização Internacional do Trabalho (OIT): a supressão do trabalho escravo e do trabalho infantil, o direito dos trabalhadores se associarem e a igualdade entre homens e mulheres.

Como Sérgio Ribeiro sublinhou, são os mais fortes economicamente a imporem a suas leis. O comércio entre nações, em vez de criar vantagens para os países com mais dificuldades financeiras com base em normas aceites por todos, é feito sem qualquer regulamentação.

O economista referiu a expressão inglesa de um mercado que se deseja «free and fair»

- livre e justo -, mas que como a OMC apenas se limita a ser «free», sem qualquer constrangimento, quer seja social, ecológico ou humano. A única coisa que se pretende é acumular capital, não interessando o que fica para trás e o que (e quem) se tem de atropelar para atingir tal objectivo.

Transnacionais

Com a substituição do GATT pela OMC, apenas os Estados Unidos, o Japão, o Canadá e a União Europeia passaram a ter capacidade de negociar. De fora ficam os restantes países do mundo. E por detrás, estão as grandes empresas transnacionais. Por exemplo, o comércio do cacau está a ser negociado pela Nestlé e não pelos países produtores.

A OMC, que actualmente dita o comércio mundial e a forma como este se processa, não tem qualquer legitimidade democrática. Dizendo que é independente do poder político como se isto fosse uma vantagem, na prática isto apenas quer dizer que é independente da democracia e da representatividade e subordinado aos interesses económicos dos grandes grupos.

Perante esta perspectiva, o que fazer? Os participantes no debate não têm dúvidas: a solução está na tomada de consciência dos povos de que estão a ser explorados e, então, passar à reivindicação.

Setúbal

JCP exige garantias para jovens trabalhadores

No âmbito da campanha «Mais Salário, Melhor Emprego», a JCP de Setúbal visitou no início desta semana três empresas do distrito: a Auto-Europa, a Indelma e a Lear.

Dos problemas que afectam os trabalhadores, a JCP destaca o aprofundamento da diferença entre o salário médio e o salário mínimo nacional, o crescimento da exploração da mão-de-obra juvenil e o aumento da precariedade e da falta de segurança no trabalho.

Os jovens comunistas sublinham que esta realidade só é

possível graças à política neoliberal do Governo, «que apenas serve os interesses dos grandes patrões e do capital e que vai contra os direitos conquistados».

A JCP exige o combate ao falso trabalho independente dos «recibos verdes», a passagem a efectivos de todos os contratados de forma precária que ocupam postos permanentes e a revogação das normas legais que discriminam os jovens e os desempregados de longa duração na lei dos contratos a prazo.

O cumprimento do estatuto

de trabalhador-estudante e o aprofundamento dos seus direitos, o aumento imediato do salário mínimo para um valor não inferior a 64 500\$00 e a valorização geral dos salários e a rápida aproximação aos níveis europeus são outras reivindicações.

A JCP reclama ainda o cumprimento da lei que proíbe a discriminação salarial dos jovens e o alargamento desta para os estagiários e aprendizes, dando voz ao princípio constitucional que defende «trabalho igual, salário igual».

Dignificar o emprego

● Rui Vasco Silva

O desemprego é uma daquelas questões que a todos parece interessar e preocupar. De todos os lados surgem elaboradas análises e belos discursos acerca da necessidade de se encontrarem fórmulas para um combate bem sucedido.

Os mais distraídos, sem analisar os verdadeiros propósitos das propostas apresentadas pelas diferentes forças políticas e sindicais, poderão até concluir que se trata de uma questão unânime. Não existe todavia conclusão mais precipitada. É que esta constitui uma daquelas matérias em que a fronteira entre os interesses de classe melhor se define.

O desemprego é uma arma do capital. Consequência da política de direita, é também ele que alimenta. Os patrões e seus aliados gerem-no todavia com muito mais subtilidade do que faziam há 150

especialmente afectadas pela destruição do aparelho produtivo, pela desertificação e falta de emprego, ouvimos desabaços de inúmeros jovens que afirmam que é preferível um mau emprego - leia-se mal remunerado e em condições de trabalho pouco dignificantes - a não ter absolutamente nenhum.

A questão parece então ser colocada da seguinte forma: o emprego, direito humano básico e condição fundamental para a vida pessoal e colectiva de todos nós, passa a ser tido como um privilégio abrindo um largo campo de actuação às forças reaccionárias, com o Governo PS à cabeça.

Política alternativa

Todavia, esta não é, como já vimos, uma questão desligada da natureza de classe dos interesses e das forças em confronto. Do outro lado da barricada - com análises e respostas absolutamente diferentes daquelas apresentadas pela direita -, os trabalhadores, as suas estruturas representativas e, claro está, a JCP e o nosso Partido, batem-se por uma política diferente.

Uma política que não considere esta questão um assunto circunscrito a um universo reduzido de trabalhadores desempregados, mas que tenha em conta as suas implicações na qualidade do emprego, na vida de cada trabalhador e daqueles que de si dependem.

Uma política que não considere o desemprego uma questão individual, mas que tenha a noção clara de que se pisa terreno de luta de classes. Uma política de esquerda, que afirme o trabalho como fonte de realização e emancipação do

homem associando-o ao emprego estável e digno. Que identifique o desemprego como arma de opressão da classe operária e de todos os trabalhadores pelos capitalistas e seus aliados dando-lhe o devido combate.

E de que forma o faremos? Afirmando o nosso projecto, as nossas propostas e iniciativas de combate ao desemprego e promoção de mais e melhor emprego. Esclarecendo acerca da real alternativa que constitui o PCP, como demonstramos de forma consequente em todos os órgãos de poder em que nos encontramos representados.

Todavia, é na luta de massas que melhor combateremos o desemprego enquanto arma do capitalismo, a política de direita que o cria e que dele se alimenta.

Organizando mais e mais jovens trabalhadores, chamando-os às pequenas e grandes lutas nas empresas.

Defendendo o emprego de qualidade como um direito e não um privilégio. Intervindo junto dos jovens trabalhadores desempregados, a quem a política do Governo PS procura desmoralizar, demonstrando-lhes que outro caminho não existe que não a luta e que só esta dá frutos - a luta organizada que contrarie quem a tenta degolar, através do incentivo à inactividade pela parte de uns e da promoção do aventureirismo irresponsável desorganizado de outros.



O lobo mau e o capuchinho vermelho: uma adaptação do conto infantil pela CGTP, em que o lobo é o responsável pelas políticas económicas do país e o capuchinho a personificação dos trabalhadores

anos atrás, atendendo a necessidades mais ou menos imediatas, sem nunca esgotar as suas possibilidades. Utilizam-no segundo os «modernos métodos de gestão», que não passam de velhas formas de exploração com os nomes pomposos que agora lhes decidiram dar.

Palavras e acções

Minado por contradições inultrapassáveis, o capitalismo e a política de direita não podem resolver o desemprego. Com dois discursos que utilizam como melhor lhes convém, apresentam aos trabalhadores como objectivo a realização de política tendentes ao alcance do pleno emprego; aos patrões garantem a continuidade de dessa condição fundamental para reduzir custos salariais e direitos dos trabalhadores - uma reserva mais ou menos alargada de mulheres e homens prontos a ocupar postos de trabalho de carácter duvidoso, quantas vezes sem quaisquer direitos.

Para completar o vergonhoso quadro há que acrescentar que existem apoios à destruição de postos de trabalho e sua substituição por uma espécie de biscates que repescam da situação de desemprego trabalhadores em difíceis situações humanas.

De forma mais ou menos frequente, e em especial em regiões do nosso país

JCP/Açores reconstitui secretariado

A JCP/Açores realizou um encontro de representantes dos núcleos regionais, no sábado, com o objectivo de reconstituir o secretariado da JCP da região e estabelecer os objectivos de acção até ao congresso, marcado depois das eleições regionais que se realizam em Outubro. No encontro foram aprovadas as orientações da Coordenadora Regional, entre as quais se realça a necessidade de dar resposta aos problemas de toxicod dependência, narcotráfico, alcoolismo e repatriamento, bem como a intervenção e a luta por uma política de educação, emprego, cultura e ambiente que garanta um futuro com direitos para os jovens. O combate ideológico ao «desenvolvimento desenfreado do liberalismo económico» e o estímulo do associativismo juvenil são outras orientações.

Dia do Estudante em Setúbal

Na semana em que se assinala o Dia do Estudante, a Organização do Ensino Secundário de Setúbal da JCP iniciou uma campanha que aborda os principais problemas da política educativa. Entre outros, destaca-se o sistema de avaliação descontínuo, a forma de acesso ao ensino superior, o «antidemocrático» diploma de autonomia e gestão das escolas e a falta de regulamentação da lei da educação sexual. A JCP está a distribuir um documento aos alunos e a visitar algumas escolas do distrito. Na segunda-feira, a deputada Margarida Botelho deslocou-se à Escola Secundária da Amora, à Escola Secundária José Afonso (Seixal) e à Escola Secundária de Palmela.

Campanha contra pena de morte

No seguimento da campanha pela abolição da pena de morte e pela repetição do julgamento de Mumia Abu-Jamal, a JCP do Algarve lançou esta semana a iniciativa na região, com a distribuição de um boletim informativo sobre o tema e um abaixo-assinado. Esta reivindicação é subscrita pela Associação Académica de Coimbra, a Associação 25 de Abril, a Amnistia Internacional, o Parlamento Europeu e outras instituições, personalidades e grupos musicais internacionais, como os Rage Against The Machine e os De La Soul.

O grande número de problemas compromete a qualidade da educação e carências da acção social escolar agravam situação

Morte lenta do superior

Lembrando o Dia do Estudante que amanhã se comemora, o «Avante!» conversou com Vanda Santos sobre o ensino superior: a lei de financiamento, a lei quadro e as inúmeras carências.

«Temos vindo a assistir a uma quebra do investimento no ensino superior, ao contrário do que o Governo afirma. O que para além de não resolver, agrava os muitos problemas de que as universidades padecem.» Quem o afirma é Vanda Santos, aluna da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e responsável da JCP pelo ensino superior.

As deficiências são de tal maneira graves que o próprio Conselho de Reitores o admite. Faltam professores, bibliotecas, laboratórios, salas de aula maiores, material específico para cada área, já para não falar em cantinas e residências e nas condições dos serviços das que já existem.

As carências da acção social escolar saltam à vista, o que acaba por comprometer a permanência de muitos estudantes no superior, até porque se não têm dinheiro para frequentar o público também não terão para o privado.

Inevitavelmente estas questões estão ligadas à qualidade do ensino. «Há tantas deficiências e tantos proble-

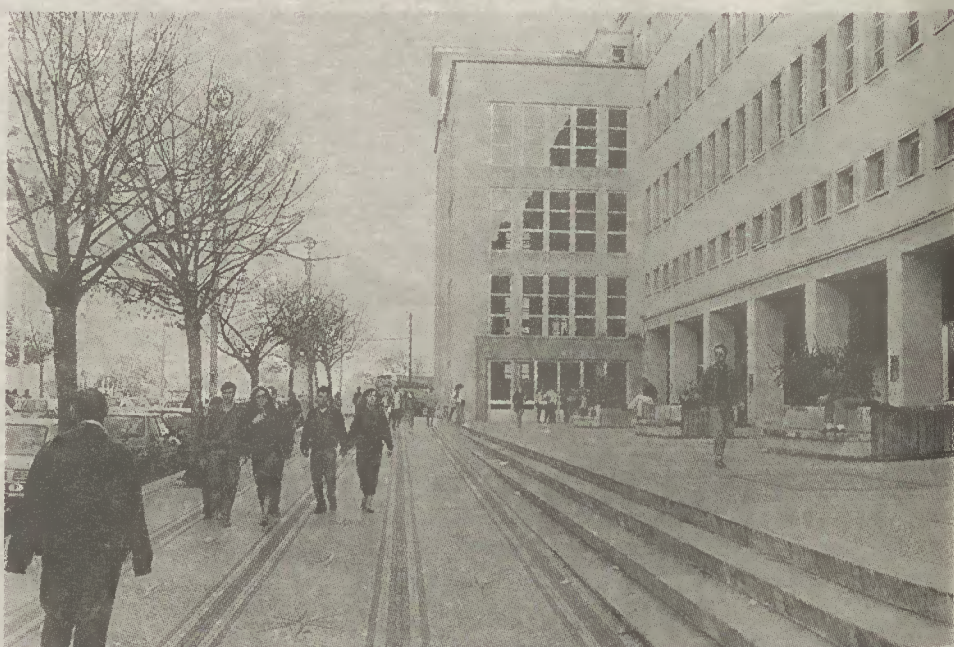
mas acumulados que é difícil falar num panorama de qualidade no superior», diz Vanda, que conta que quando vai a uma aula sabe à partida que não vai ter lugar para se sentar. «Por melhores professores e estudantes que tenhamos, a qualidade ficará sempre comprometida pela falta de investimento.»

Por detrás das deficiências estão graves problemas estruturais

«Como se pode falar em qualidade se não há bibliotecas com livros da área que o aluno está a estudar? Ou se não há laboratórios para a aprendizagem prática dos alunos de ciências? Ou se, num curso de informática, há um computador para 20 alunos?», pergunta.

As saídas profissionais são outra grande preocupação. As razões que estão por detrás deste problema são estruturais e não se podem desligar do mercado de trabalho, da situação do ensino secundário e da desadequação entre as necessidades do país e a formação que se dá.

«Tem a ver com lógica de prioridades e educação nunca foi prioridade em Portugal», comenta Vanda. E



«Por melhores professores e estudantes que tenhamos, a qualidade ficará sempre comprometida pela falta de investimento», afirma Vanda Santos



Vanda Santos

isto num país com uma das maiores taxas de iliteracia e com menos licenciados da União Europeia. Por um lado, o país precisa de quadros médios e superiores, mas por outro, há uma sobrelotação de cursos e a abertura de poucas vagas para o ensino superior.

Lei Quadro

A então denominada Lei Quadro do Ensino Superior criou muita expectativa no meio estudantil porque se esperava que fosse um documento global que viria resolver uma série de problemas, desde a definição do que é a

rede pública de ensino às diferenças entre ensino universitário e ensino politécnico. No entanto, as expectativas foram completamente goradas.

Tudo começou na forma como o processo decorreu. O ministro da Educação, Oliveira Martins, comprometeu-se a discutir com os estudantes as propostas, tendo-se reunido de facto com os representantes do movimento associativo mas sem lhes entregar o documento. Este é enviado posteriormente e é-lhes dado um prazo de 10 dias úteis para apresentar sugestões de alteração. Acrescente-se que isto se passou em período de exames.

Quanto ao conteúdo do documento, é muito vazio e pouco concreto. Muitos conceitos são remetidos para legislação posterior por decreto-lei do Governo.

«Não é isto que chamamos discutir com os parceiros educativos. Os estudantes foram afastados mais uma vez da discussão de questões fundamentais e tudo isto faz-nos sentir que a lei é uma espécie de cheque em branco a um Ministério e a um Governo que, em termos de políticas educativas, não nos dão garantias de uma melhoria do ensino em Portugal», defende Vanda.

Estatuto de estudante elegível agrava insucesso escolar

O estatuto do estudante elegível prevê que um aluno deixa de ser elegível se não concluir a licenciatura em 6 anos (se for um curso de 4 anos) ou em 8 anos (num curso de 5 anos). E por cada estudante que se torna ilegível, a universidade deixa de receber uma certa parte da dotação orçamental.

Esta situação, prevista na lei de financiamento do ensino superior, foge às verdadeiras causas do insucesso escolar. Se o insucesso é inseparável da qualidade do ensino e da falta de condições mate-

riais e humanas de que as universidades padecem, o corte das verbas concedidas às instituições só vai aumentar ainda mais os problemas financeiros e contribuir para a acentuação do problema das condições.

Ou seja, quando se diminui a dotação orçamental de uma universidade, esta vê agravados os seus problemas financeiros, as suas faltas de condições e, conseqüentemente, a taxa de insucesso escolar.

Como sublinha Vanda Santos, «as universidades que têm mais insucesso escolar

serão mais penalizadas financeiramente, o que é uma contradição à partida».

«Usando como desculpa a tentativa de resolver a questão do insucesso escolar, não se percebe como se pode usar um instrumento fictício que só vai mexer nas estatísticas e que não vai resolver o problema de fundo. Em algumas faculdades o insucesso escolar atinge níveis tão elevados que é impossível dizer que os únicos responsáveis por isso são os estudantes. Não se pode deixar de ligar à falta de professores e de laboratórios

ou ao elevado número de alunos por turma», defende.

Por outro lado, o estatuto de estudante elegível não prevê casos concretos como os trabalhadores-estudantes, os dirigentes associativos ou os atletas de alta competição. Além disso, contribui para o abandono dos cursos, pois quem deixa de estudar um ano ou dois provavelmente não voltará à universidade.

Propinas servem para pagar conta da água

A lei de financiamento do ensino superior, aprovada em 1997, mostra que o desinvestimento é a política adoptada pelo Governo em relação à educação. Muitos aspectos da lei continuam por regulamentar (como é o caso do estatuto de estudante elegível), mas o pagamento de propinas foi desde logo implementado.

Para Vanda, «o desinvesti-

mento constitui um desrespeito por parte do Governo da lei aprovada». «Existe um orçamento padrão que nunca foi atingido. Existe uma fórmula de financiamento que não é cumprida porque o dinheiro das propinas é incluído no financiamento das universidades, ao contrário do que a lei estipula que diz que as propinas devem

contribuir para um aumento de qualidade», afirma.

De facto, hoje as propinas pagas pelos alunos servem para pagar as despesas correntes das universidades, como os salários dos funcionários e as contas da água e da luz. De fora fica a contratação de novos professores e o investimento em mais e melhores materiais.

Alunos em greve na Universidade Nova de Lisboa

Os estudantes da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Nova de Lisboa estiveram em greve na semana passada, protestando contra a política educativa do Governo, em especial em relação aos cortes orçamentais, às propinas e ao estatuto do estudante elegível, que nesta faculdade pode vir a afectar 11 por cento dos alunos.

A JCP de Setúbal solidarizou-se com esta luta e considera que a falta de residências para os alunos deslocados (outro dos motivos da greve) é «lastimável».

«Os cortes orçamentais previstos para este ano vão adiar, uma vez mais, a concretização desta infra-estrutura essencial para o sucesso escolar e bem estar dos alunos deslocados mais carenciados da FCT», afirma a JCP.

Por todo o País



As iniciativas que ao longo destas duas últimas semanas se têm realizado (e ainda prosseguem), comemorando o aniversário do PCP, são tantas que dificilmente o nosso jornal pode fazer a sua inteira cobertura. Elas vão de **Sarilhos Pequenos**, onde um almoço com a participação de José Casanova, juntou mais de cem pessoas, até um debate no **Alvito** com cerca de 20 pessoas, um almoço, em **Montemor-o-Novo**, com mais de 200 pessoas ou um jantar em **Estremoz** com uma centena de participantes.

Em Palmela, por exemplo, as comemorações, que tiveram lugar em **Palmela**, com a participação de Domingos Abrantes, da Comissão Política, no **Pinhal Novo**, com Valdemar Santos, e no **Poceirão**, com Lino de Carvalho, abrangeram no seu conjunto mais de 300 pessoas. Nelas se aproveitou para demonstrar o carácter internacionalista do Partido, com a recolha de assinaturas de solidariedade com o Movimento dos Sem Terra do Brasil e pela reclamação de um julgamento «com equidade e imparcialidade» de José Rainha Júnior, líder daquele movimento.

Açores

No **Faial**, dezenas de militantes e simpatizantes do PCP encheram por completo a sala do restaurante da Horta, onde se realizou um jantar comemorativo do aniversário do Partido. Durante o convívio, para além de José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores, e de Sandra Cristina, da JCP, usaram da palavra Luís Bruno e Leonor Dutra, da Comissão de Ilha do Faial.

José Decq Mota referiu-se concretamente à grande batalha política dos comunistas dos Açores e da CDU no ano em curso: «as eleições regionais, visando a eleição de mais deputados CDU por mais ilhas, contribuindo para evitar o regresso a maiorias absolutas».

Mas nos Açores, convívios idênticos e igualmente animados aconteceram no Centro de Trabalho de Ponta Delgada, **São Miguel**, e no Centro de Trabalho de Angra do Heroísmo, **Terceira**.

Alemanha

Também em Calw, Alemanha, se realizou um jantar para assinalar o aniversário do PCP. Esta iniciativa promovida pela organização do Partido na região de Stuttgart, com a participação de 40 pessoas, proporcionou um debate sobre a História do PCP e a situação actual na Emigração.

Almada

Por sua vez, em Almada, várias iniciativas, com a presença de mais de 200 camaradas, assinalaram os 79 anos do PCP. Foram, por exemplo, os almoços nas freguesias do **Pragal**, com a participação de Américo Leal, da Direcção da Organização Regional de Setúbal, e ainda na **Costa da Caparica** e na **Trarfaria**, com a participação de Manuel Valente do Comité Central.

Em **Almada**, a Comissão de Freguesia do PCP promoveu o já tradicional almoço-convívio comemorativo do evento, que este ano contou com a presença de cerca de 90 pessoas e a participação de Odete Santos que abordou em pormenor a intervenção do Partido na Assembleia da República.

Esta ano, para além da comemoração propriamente dita, o almoço abarcou diversas iniciativas em curso no Partido, como sejam a campanha de difusão e venda do «Avante!», o reforço do Partido na freguesia (neste momento com mais de 900 militantes) e o anúncio da construção de um novo centro de trabalho, no lugar do actual, onde ficarão instaladas as Comissões de Freguesia de Almada e Cacilhas e a JCP.

Bairrada

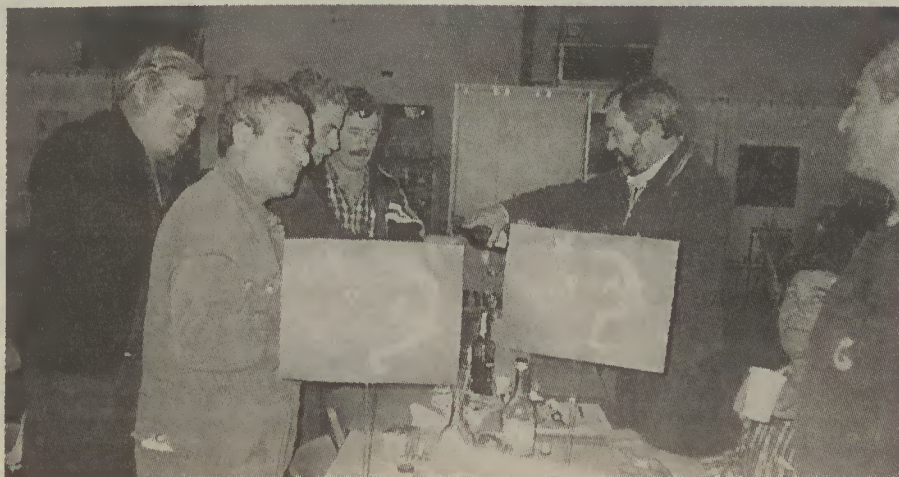
Em **Oliveira do Bairro**, foram 74 os bairradinos que se juntaram num almoço para também comemorar o evento, com a participação de Daniel Branco, do Comité Central.

Coube a Daniel Branco a principal intervenção política, que abordou não só as comemorações em curso mas também as batalhas que no presente e no futuro se colocam aos comunistas e a todos que com eles trabalham na CDU e noutras frentes de intervenção social.

O dirigente comunista salientou, designadamente, a necessidade de participação activa de todos os membros do PCP na discussão do 16.º Congresso, na preparação das eleições autárquicas e na dinamização da acção e da luta social, tendo por objectivo a luta contra as políticas de direita que cada vez mais dificultam a vida à maioria dos portugueses.

Suíça

Em Boudry, promovido pela organização do Partido na região de Neuchâtel, realizou-se também, na semana passada, um jantar convívio no qual participaram mais de 40 militantes e simpatizantes do PCP. A intervenção para assinalar o aniversário do Partido, esteve a cargo de Conceição Belo, membro do organismo de direcção do PCP na Suíça, que recentemente foi galardoada com o prestigioso prémio «Salut l'étranger» que todos os anos é atribuído pelas autoridades suíças de Neuchâtel à organização ou pessoa que se destaca na sua actividade em prol dos imigrantes.



Álvaro Cunhal aponta resistência como caminho Combater o capitalismo

Mais de 500 pessoas encheram o grande salão da SFUAP, na Cova da Piedade, e outras tantas os «Penicheiros», no Barreiro, para debater com Álvaro Cunhal «A Validade e Actualidade do Projecto Comunista».

No Barreiro, Álvaro Cunhal, começando por falar sobre a vida e luta do PCP, desde 1921, data da sua fundação, percorreu a história do PCP desde os tempos de uma legalidade temporária (1921-1926), até ao golpe de Gomes da Costa que levou à proibição do Partido, à reorganização encetada por Bento Gonçalves em 1929 e a todo o longo percurso de resistência clandestina e luta contra o fascismo, em que tombaram muitos comunistas e outros sofreram duras penas de prisão, que chegaram a prolongar-se por mais de 20 anos. Uma luta bem conhecida no Barreiro, terra onde numerosos democratas foram presos, torturados e vítimas da repressão de um regime que hoje, «numa óbvia tentativa de branqueamento» há quem diga ter sido «moderado» e «respeitador» da liberdade dos cidadãos.

Reafirmando o papel do PCP no 25 de Abril, Álvaro Cunhal salientou a importância da Constituição de 75 e o facto de todos os partidos, exceptuando o CDS, terem votado de uma forma «enganosa para o povo» todos os valores e princípios saídos da revolução. Por isso, aos que querem saber quais as conquistas de Abril, o dirigente comunista recomenda «que consultem a Constituição».

Combater o capitalismo

Álvaro Cunhal, depois de ironizar sobre as vezes sem conta em que a morte do comunismo foi anunciada, assegurou: «O facto é que resistimos todos estes anos a todas as provas a que fomos sujeitos e o Partido está vivo, vivo como Partido Comunista Português que queremos ser».

Quanto ao actual Governo do PS, o dirigente comunista considera que está nitidamente a servir «os mesmos grandes monopólios criados pelo fascismo e outros que surgem com novos nomes mas que voltaram a mandar em Portugal», deixando Por-

Em resposta a várias questões levantadas no debate, Álvaro Cunhal lançou o aviso e o repto «o capitalismo apresenta-se hoje como um sistema final. Um único pensa-

cidadãos que exploram outros cidadãos». Por isso, afirmou, sublinhando o papel essencial dos sindicatos, «o combate a este domínio global tem que ser feito à força da resistência,



O debate da SFUAP foi acompanhado com vivo interesse

tugal «sob o completo domínio das políticas comuns da União Europeia» e levando à completa destruição do nosso sector produtivo».

Já não se fala de trabalhadores nem de classe operária: há cidadãos. Também acho que somos todos cidadãos, o problema é que há

da capacidade, da determinação e da confiança». Pois, para Álvaro Cunhal, «é possível e inevitável lutar contra o sistema capitalista».



Carlos Carvalhas visitou o pavilhão multiusos inaugurado pela Câmara de Beja

Carlos Carvalhas visitou 17.ª Ovibeja PCP exige cumprimento das promessas

O secretário-geral do Partido Comunista Português visitou segunda-feira a 17.ª edição da Ovibeja. Acompanhado por outros dirigentes do partido, por deputados comunistas eleitos por Beja e Évora e por autarcas da CDU, Carlos Carvalhas foi recebido por Castro e Brito, presidente da Associação de Criadores de Ovinos do Sul (ACOS), a principal organizadora da Feira do Alentejo.

Depois de percorrer uma

boa parte da Ovibeja — este ano enriquecida com a inauguração do Pavilhão Multiusos, uma obra de iniciativa da Câmara Municipal de Beja e da ACOS, o dirigente do PCP, falando aos jornalistas, criticou o atraso das medidas governamentais para fazer face à seca que assola o Alentejo e exigiu que as promessas do Governo PS, nomeadamente quanto ao avanço do projecto do Aeroporto de Beja, sejam cumpridas.

Carlos Carvalhas voltou a condenar a orientação do Orçamento de Estado para 2000, aprovado com votos do PS e do PP, classificando-o de um «Orçamento que concentra a riqueza», já que, por exemplo, concede 400 milhões de contos em benefícios fiscais para as actividades financeiras especulativas e, ao mesmo tempo, mantém reformas e pensões de miséria — «por um lado há milhões e, por outro, contam-se os tostões».

Lisnave

A célula da Lisnave-Gestnave do PCP também não quis deixar de festejar o aniversário do Partido. Assim, com a presença do deputado Vicente Merendas, mais de 2000 trabalhadores fizeram-no de forma entusiástica no Refeitório da Lisnave, durante a hora do almoço, frente a seis mesas repletas de bolos e moscatel, enfeitadas com bandeiras do PCP.

O calor humano, os gestos de simpatia, a alegria patenteada no rosto dos trabalhadores foram bem demonstrativos do prestígio de que o PCP goza dentro da empresa. Tocado de emoção, um dos participantes dizia: «Ser comunista é sentir e intervir perante o que se passa à nossa volta, é estarmos disponíveis para a luta com este Partido, cuja identidade própria e natureza de classe hoje festejamos».

TORRES VEDRAS Até onde vai o PS?

A Câmara Municipal de Torres Vedras aprovou na sua reunião de 22 de Fevereiro, com o voto contra do vereador da CDU, comemorar o 25 de Abril na sede do concelho apenas de cinco em cinco anos, sendo nos restantes quatro anos, comemorado rotativamente em cada uma das sedes de freguesia. Assim, por esta ideia «pioneira», a freguesia de Silveira, onde este ano vão decorrer as comemorações, só daqui a 20 anos voltará a comemorar a data!

Condenando com veemência esta decisão, a Comissão Concelhia de Torres Vedras do PCP não aceita que a maioria camarária PS/PSD pretenda «branquear» a história e «esconder» das gerações mais jovens uma data de significado histórico tão importante para os portugueses como foi o 25 de Abril.

LISBOA PCP solidário

Os mais de 100 trabalhadores da Lanalgo, apesar do seu empenhamento e dedicação, não conseguiram impedir que, por uma gestão ruinosa, a empresa acumulasse mais de dois milhões de contos de dívidas, pondo em causa os postos de trabalho.

Entretanto, o Governo - «que se diz tão empenhado na luta contra o desemprego» - não averigua a responsabilidade da má gestão, não penaliza a gerência pelos seus ruinosos «negócios» e não procura viabilizar a empresa e defender os seus postos de trabalho. Pelo contrário, denuncia o Sector de Serviços de Lisboa do PCP, em negócio «com contornos pouco claros», decide vender parte das instalações da empresa. Assim, solidário com a luta dos trabalhadores, o PCP coloca-se sem reservas a seu lado, no sentido de os ajudar a demover o Governo da tentativa de destruição da empresa.

AMADORA «Avante!» mais lido

A campanha de promoção e divulgação do «Avante!», em curso na Amadora desde Janeiro, traduziu-se já por um grande sucesso, tendo alcançado, no sábado passado, data da realização da VI Assembleia Concelhia, a meta que a organização se havia proposto, tendo-se verificado um aumento de 55% na venda regular do jornal e o alargamento do número de divulgadores, designadamente em mais quatro freguesias e duas empresas.

Face a estes resultados, a VI Assembleia da Amadora decidiu uma nova campanha, a decorrer até à Festa do «Avante!», cujo objectivo é um novo aumento de 50% das vendas fixas do jornal no concelho.

BRAGA Agressão ambiental

O deputado do PCP, Agostinho Lopes, visitou recentemente a freguesia do Lago, em Amares, acompanhado pelos membros da CDU na Assembleia Municipal, Junta e Assembleia de Freguesia.

Durante a sua deslocação, o deputado comunista encontrou-se com membros da Comissão de Moradores que lhe relataram o seu desespero face ao altíssimo teor de alumínio nas águas subterrâneas e à falta de medidas adequadas por parte das autoridades. De seguida, visitou os esgotos que correm a céu aberto para o Rio Homem, provenientes de uma urbanização junto à foz do Rio Cávado, e a agressão ambiental provocada por uma sucata de automóveis lá instalada. Junto ao Rio Cávado, Agostinho Lopes verificou as condições de acesso às margens do rio e tomou conhecimento das tentativas de um proprietário para impedir o livre acesso aos veraneantes.

ÍLHAVO Comércio vai mal

Por sua vez, João Amaral, deputado do PCP pelo círculo eleitoral do Porto, deslocou-se a Ílhavo onde visitou vários pequenos comerciantes da cidade que lhe descreveram a difícil situação em que vivem e cujas causas atribuem às grandes superfícies comerciais de Aveiro e à falta de atractivos de Ílhavo.

Depois do almoço, João Amaral deslocou-se à Vista Alegre, visitando o Museu e o teatro da fábrica, dirigindo-se de seguida para a Junta de Freguesia de S. Salvador, onde se encontrou com autarcas de outros partidos, dirigentes associativos, professores e várias outras pessoas que, em conversa informal, abordaram a perda de identidade que se está a verificar nas nossas vilas e cidades.

Ao fim da tarde, já no Centro de Trabalho, efectuou-se um encontro com a comunicação social, a que se seguiu um jantar comemorativo do 79.º aniversário do PCP.

Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares quer afastar «indesejáveis» do concelho

O perigo de ser diferente

A gravidade das afirmações proferidas num comunicado da Câmara de Vila Nova de Poiares, tendente a discriminar minorias étnicas do concelho, levou o PCP a apresentar um requerimento ao Governo, através da ministra da Igualdade.

Neste requerimento, apresentado pelos deputados Margarida Botelho e António Filipe, o PCP quer saber qual o grau de conhecimento do Governo em relação aos acontecimentos de Vila Nova de Poiares e que medidas pensa tomar.

Comentando o comunicado em que a Câmara de Poiares apela à população para não admitir no concelho «membros de grupos étnicos ou nómadas», Henrique de Sousa, membro do Secretariado do Comité Central do PCP, exige a aplicação urgente da Lei contra a Discriminação Racial.

Para Henrique de Sousa, a posição da Câmara - de «evidente e condenável carácter xenofobo e racista» -, ao proclamar a necessidade do afastamento dos que «sejam reconhecivelmente contrários à ordem estabelecida», está a utilizar uma expressão que serviu à ditadura fascista para, durante quase cinquenta anos, perseguir muitos portugueses. Por outro lado, ao declarar a intenção de «tomar várias medidas» para afastar a presença dos que considera «indesejáveis», designadamente rejeitando vender-lhes ou alugar-lhes casa, está a «arrogar-se o direito de ser juiz nesse processo» e mesmo a assumir o papel de polícia, quando se propõe «identificar e caracterizar» os eventuais requerentes.

Respeitar a lei

O PCP não confunde, porém, esta posição da Câmara - constituída por eleitos do

PS e PSD - com as populações do concelho. Como também não aceita que se confunda «a legítima aspiração de todos os cidadãos, sem distinção de origem, etnia ou nacionalidade, à segurança e à tranquilidade, com a propagação de concepções racistas e xenófobas visando corporizar no que é estrangeiro ou no que é diferente a razão de problemas ou de perigos».

Lembrando o princípio da igualdade de todos os cidadãos perante a lei, previsto no artigo 13.º da Constituição da República, o PCP considera indispensável «uma forte condenação pública e uma activa e imediata intervenção do Governo e do conjunto das instituições para obrigar a Câmara de Vila Nova de Poiares a respeitar a lei, a democracia e a Constituição, anulando decisões e intenções que são uma nódoa gravíssima na defesa de um saudável relacionamento de todos quantos vivem e trabalham em Portugal».

Para Henrique de Sousa, os acontecimentos de Vila Nova de Poiares, que se inserem noutros de cariz racista e xenofobo já verificados na sociedade portuguesa, acentuam a necessidade de accionar e fazer cumprir a lei 134/99, de 28 de Agosto passado, que proíbe as discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica, para a qual o PCP deu um contributo determinante mas que, seis meses passados sobre a sua publicação, continua por regulamentar.

A Câmara está a assumir o papel de polícia e de juiz no processo



COMUNICADO

Os Poiareses constituem um Povo reconhecidamente ordeiro, pacífico, cumpridor, avesso a conflitos e sempre dispostos a viver em perfeito entendimento com o seu semelhante.

Essa forma de estar tem de ser preservada por todos os meios a fim de que toda a comunidade mantenha o entendimento existente e a qualidade de vida que a dignifica, que também tem a ver com o sossego e a segurança.

Para esse efeito é necessário que cada um dos Poiareses se interesse em manter um relacionamento sadio com os seus semelhantes e que defenda a todo o custo a tentativa de infiltração de elementos que não mostrem ter condições de idoneidade de comportamento, no seio do agregado que todos nós constituímos.

Sem tomada de posições condenáveis ou repulões descabidas é indispensável afastar aqueles que sejam reconhecivelmente contrários ao cumprimento da ordem estabelecida e aos princípios defendidos pelos Poiareses, que sempre foram no sentido de convívio, honestidade e boa vizinhança.

Deve pois ser principal preocupação evitar que quem não se identifique com os valores defendidos por todos nós Poiareses, não seja admitido no nosso convívio, particularmente membros de grupos étnicos ou nómadas que nada tem a ver com a nossa vivência.

Temos portanto de tomar várias medidas no sentido de impedir que nos seja imposta a presença de indesejáveis, pelos meios ao nosso alcance, sem receios ou medo de ameaças, pois assim estamos a defender todos nós, os Poiareses.

A venda ou o aluguer de casa a pessoas que não preencham as condições de garantia de uma boa integração no nosso convívio, será de rejeitar pelos males que trará a todo o nosso espaço.

Assim, a Câmara Municipal apela a todos os Poiareses para que, antes de decidir quanto a essa venda ou aluguer de habitações, procurem avaliar a qualidade de vida dos interessados, isto para que não seja adulterado de modo significativo o ambiente e condições de vivência do concelho.

A Câmara Municipal disponibiliza-se para ajudar as pessoas interessadas nas transacções, a identificar e caracterizar quem se lhes dirija para efectuar essas

O comunicado da polémica

O comunicado da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares começa por afirmar que os poiareses «constituem um povo reconhecidamente ordeiro, pacífico, cumpridor, avesso a conflitos», forma de estar que «tem de ser preservada».

Assim, para «manter um relacionamento sadio com os seus semelhantes», a Câmara considera necessário defender «a todo o custo a tentativa de infiltração de elementos que não mostrem ter condições de idoneidade de comportamento», devendo os poiareses ter como «principal preocupação evitar que quem não se identifique» com esses valores «seja admitido no nosso convívio, particularmente membros de grupos étnicos ou nómadas que nada têm a ver com a nossa vivência».

Há, pois, que «tomar várias medidas no sentido de impedir que nos seja imposta a presença de indesejáveis, pelos meios ao nosso alcance, sem receios ou medo de ameaças» e «a venda ou o aluguer de casa a pessoas que não preencham as condições de garantia de uma boa integração no nosso convívio, será de rejeitar pelos males que trará a todo o nosso espaço».

A Câmara apela aos poiareses para que «antes de decidir quanto a essa venda ou aluguer de habitações, procurem avaliar a qualidade de vida dos interessados, isto para que não seja adulterado de modo significativo o ambiente e condições de vivência do concelho» e disponibiliza-se «para ajudar as pessoas interessadas nas transacções, a identificar e caracterizar quem se lhes dirija para efectuar essas transacções».

Trabalho precário

Jovens são dos mais afectados

Com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP promoveu, na quarta-feira passada, uma reunião sobre o trabalho partidário com as novas gerações de trabalhadores.

Na reunião, participaram algumas dezenas de jovens das telecomunicações, bancos e correios, entre outros sectores, que testemunharam a realidade de várias empresas, demonstrando que os jovens são dos principais afectados pelo trabalho precário.

Foram muitos os problemas abordados, desde o número cada vez maior de jovens licenciados que não trabalha na sua área de formação, ao aumento do trabalho temporário e outros vínculos precários em postos de trabalho permanentes, a situações diversas que afectam sobretudo os trabalhadores mais jovens e geram sentimentos de descontentamento e insegurança relativamente ao futuro.

O receio de perder o emprego ou de sofrer outras represálias por parte das empresas, cria também maiores dificuldades na mobilização, organização e participação destes jovens nas estruturas unitárias de trabalhadores e na luta por emprego estável e com direitos.

Assim, entre as conclusões saídas da reunião, destaca-se a necessidade de considerar

o reforço do Partido junto dos jovens trabalhadores como uma prioridade de todos os militantes, em particular dos mais jovens, como forma de aumentar a consciencialização e permitir uma acção mais interveniente do Partido no combate às políticas de precarização e de criação de gerações sem direitos, no mundo do trabalho.



São cada vez mais os jovens licenciados que não trabalham na sua área

MARINHA GRANDE Insegurança no trabalho

A Célula do PCP na Barbosa & Almeida está indignada com a desumanização com que a Direcção dos Recursos Humanos tem vindo a tratar questões que «mexem com os postos de trabalho» e são geradoras de instabilidade social, familiar e até psicológica.

Para o PCP é lamentável que, no quadro das soluções apontadas para a reestruturação da empresa, possíveis «rescisões de contrato amigáveis» se transformem em «despedimentos pressionados», não deixando ninguém seguro, seja velho ou novo na empresa, em relação à manutenção do posto de trabalho. Tudo para aumentar a precarização do emprego e mais facilmente retirar direitos aos trabalhadores.

COVILHÃ Câmara discrimina

Carlos Pinto, presidente da Câmara da Covilhã, depois de se escusar a comentar, na imprensa regional, a não atribuição de 3500 contos de subsídio à Casa do Povo do Paúl, adianta, de seguida, em conversa com os jornalistas, que «a Casa do Povo é manipulada pelos comunistas e, enquanto esta situação se mantiver, a não atribuição de subsídios vai continuar».

Estas declarações mereceram, de imediato, o vivo repúdio da Comissão Concelhia da Covilhã do PCP, para quem é muito grave que «as verbas da Câmara sejam atribuídas a colectividades e associações em função de critérios pessoais de Carlos Pinto» e «segundo a cor política dos seus dirigentes» e a classificação do presidente da Câmara como homem de «preconceito e má fé».

VIZELA

Nova sede em Abril

A Organização de Vizela do PCP lançou recentemente uma campanha para a angariação de dois mil contos, destinados a pagar e apetrechar a futura sede concelhia, cuja abertura está prevista para o próximo mês de Abril.

Para facilitar a contribuição de militantes e amigos do Partido, a campanha contará, em breve, com uma conta bancária, cujo número será oportunamente divulgado.

ALPIARÇA

Conflitos prosseguem

Em Alpiarça, as demissões verificadas na Instituição José Relyas, tanto na valência do Lar de Idosos como na das crianças, e, agora, a do Comandante dos Bombeiros, indiciam, na opinião da Comissão Concelhia do PCP, as dificuldades da Câmara Municipal em encontrar soluções de consenso com pessoas reconhecidamente competentes. Tais situações geram «instabilidade na vida pública» e prejudicam «a transparência e o rigor» necessários ao cumprimento eficaz da missão das várias instituições, diz o PCP, lamentando que a gestão da política local venha sendo marcada por «permanentes conflitos ditados por motivações alheias aos interesses do concelho».

PALMELA

Governo tem obrigações

Notícias vindas recentemente a público põem em causa o futuro da laboração da AutoEuropa. A propósito das mesmas, a célula do PCP na empresa lembra as centenas de milhões de contos canalizados pelo Governo e pela União Europeia para a concretização do projecto, o que os obriga, tanto como à empresa, a responder por ele perante os trabalhadores e os interesses nacionais. Em relação aos trabalhadores, o PCP apela à sua participação em todas as acções que visem «a defesa do emprego com direitos e de melhores salários, contra todas as formas de pressão e intimidação».

A atracção do poder absoluto

O PS prepara-se para retomar o velho projecto de, pela alteração da lei eleitoral para as autarquias, impor a constituição de executivos municipais homogéneos, constituídos e dirigidos por vontade e decisão de um só partido.



Jorge Cordeiro
Membro
da Comissão
Política

Ontem como hoje, sustentado na mesma e falsa argumentação, alguma ao nível da mais pura fraude, com o único objectivo de eliminar a pluralidade e representatividade democrática que caracterizam o poder local.

São falsos os argumentos de estabilidade e operacionalidade à sombra dos quais se pretende operar as alterações na composição dos executivos municipais. Desde logo porque, tomando a situação do mandato presente, na larga maioria das situações a força política

Fraudulentas razões

São igualmente falsas e fraudulentas as razões que em nome de uma suposta reabilitação de poderes das Assembleias Municipais e de afirmação dos seus poderes de fiscalização se apresentam para alterar o sistema eleitoral. Falsas porque a necessária afirmação do papel das assembleias municipais, progressivamente esvaziadas de poderes e competências pela mão dos governos do PS e PSD, não tem de ser feita à conta da eliminação da presença de vereadores dos partidos de minoria nos executivos municipais.

Falsas porque em matéria de fiscalização a presença de eleitos de outras forças políticas nas Câmaras Municipais são uma garantia mínima de legalidade, de efectivo conhecimento e verificação dos processos e actos de gestão e de decisão indispensáveis a uma efectiva fiscalização que manifestamente o órgão deliberativo não tem condições de assumir. O seu artificial afastamento traduzir-se-ia numa acentuada redução dos meios e possibilidades de fiscalização da gestão.

Fraudulenta porque ao apresentar como jóia do alegado renascimento das assembleias, como sede efectiva do poder deliberativo e de supervisão da acção do executivo a denominada «moção executiva», o PS está intencionalmente a iludir quem o queira ouvir. É que o poder que generosamente o projecto do PS atribui à oposição para através da moção de censura construtiva destituir a câmara municipal, dependente para ter eficácia da condição de ser aprovada por dois terços, não reúne na generalidade dos municípios condições para ser viabilizado. Nas 305 assembleias municipais do país apenas em duas(!) delas (Alter do Chão e Cinfães), a força maioritária não dispõe de um terço dos membros que a compõe, o que reduz a uma mera fraude este ensaio do PS.

É significativo que aqueles que passam a vida a proclamar o aprofunda-

mento do sistema político e a defender a proximidade dos eleitos aos eleitores se aprestem para retirar a esses mesmos eleitores, com o fim da eleição directa da Câmara Municipal, o poder e o direito de cada um escolher directamente, e com conhecimento de quem se escolhe, aqueles que melhor julga em condições de o representar. A proposta que o PS retoma não só se apresenta em contradição com a defesa da presença das listas de cidadãos eleitores às eleições municipais, literalmente trucidadas pela lógica bipolarizadora do «tudo ou nada» que a ideia do PS introduz, como conduz a que a vontade das populações se veja afastada em termos de representação do órgão executivo municipal.

Limitar a democracia

A alteração do sistema eleitoral que o PS mais uma vez anunciou constitui um elemento limitativo da democraticidade do poder local. A ser adoptado traduziria um novo factor de empobrecimento da vida política. Significaria uma deslegitimação da vontade directa das populações, uma limitação à colegialidade e pluralismo na gestão das autarquias, a dispensa injustificada de vontades e de qualidades de eleitos e prejuízos para a conjugação de esforços entre eleitos de várias forças políticas interessadas na resolução dos problemas e no bem estar das suas terras e populações.

Esta proposta de alteração expressa uma indisfarçável atracção do PS pelo poder absoluto. Mas revela também uma manifesta dificuldade de quem vê no debate democrático e na busca construtiva de consensos um exercício excessivamente exigente e dispensável. É possível que, para os que no Poder Local pautam a sua actividade por uma cega oposição e pela intolerância para com os contributos e opiniões de outros, gerir sem o poder absoluto e livre de qualquer controlo se revele insuportável. A solução não está porém na adaptação do sistema ao seu estilo, mas sim na conversão da sua prática às características democráticas do sistema.

“O objectivo do PS é limitar a pluralidade e representatividade democrática que caracterizam o poder local”

que preside à CM dispõe da maioria absoluta dos mandatos (276 em 305 Câmaras ou seja 90%). E também porque, como a história do poder local o revela, nestes últimos 25 anos a estabilidade e o bom funcionamento dos órgãos tem sido assegurado no quadro da actual lei. Como o demonstra o facto de em sete mandatos de cada um dos 305 municípios se terem realizado apenas 19 eleições intercalares (menos de 1%) metade das quais em municípios onde a força maioritária dispunha da maioria absoluta, e de nos últimos dez anos se ter apenas realizado uma eleição, a de Albufeira em 1996, um município de maioria absoluta do PS e cuja eleição se ficou a dever a suspeitas sobre irregularidades na gestão municipal.



Comunistas reclamam alteração de protocolo sobre serviço mínimo bancário

Um presente envenenado

O PCP considera que o protocolo que o Governo anunciou com um conjunto de bancos, sobre o chamado «serviço mínimo bancário», não resolve o problema das pessoas, traduzindo-se, acima de tudo, por «novos benefícios para a Banca».

O protocolo, segundo o Governo, destina-se a possibilitar a abertura de contas bancárias e a utilização do cartão multibanco a cerca de três milhões de portugueses economicamente mais desfavorecidos. Mas a verdade, diz o PCP, é que um elevado número de portugueses, particularmente idosos, pelos seus magros rendimentos, pela deficiente cobertura do território pela rede bancária ou ainda por razões culturais, «estão na prática afastados» do uso de contas bancárias e do cartão multibanco. Assim, em vez de tornar mais fácil o acesso a esses serviços», Governo estabelece regras que se traduzem em «novos benefícios para a Banca».

Para pessoas com muito reduzidos rendimentos, que

precisam de levantar a pensão ou o Rendimento Mínimo Garantido na totalidade, as exigências feitas – aplicação ao titular da conta de um pagamento anual que vai até 1% do Salário Mínimo Nacional pela utilização da conta e do cartão e obrigação de um saldo médio anual não inferior a 7% do SMN -, significam prescindirem de uma parte dos seus magros rendimentos, que ficam à disposição do banco, e ainda pagar por isso.

Eles «comem tudo»

Assim, o novo mecanismo visa «integrar no sistema financeiro recursos da população portuguesa, que até agora lhe escapavam, por muito modestos e precários

que sejam», pressionando ainda para que uma parte destes «fique à disposição dos bancos pelo máximo de tempo possível». Os bancos teriam ainda a vantagem de «aliviar administrativamente a sua actividade», evitando a liquidação aos balcões de muitos milhares de cheques e ordens de pagamento que diariamente lhes são apresentadas.

Dados, pois, «os elevados lucros da Banca, o interesse dos bancos no aumento de depósitos disponíveis para a sua gestão e aplicação e a vantagem que também têm do uso do cartão multibanco», o PCP entende que não deve ser exigido por este serviço ao seu titular, «nem o pagamento anual do uso do cartão, nem a garantia de um saldo médio anual mínimo, nem encargos com a gestão das contas», reclama a alteração do protocolo estabelecido e anuncia que vai chamar à apreciação parlamentar o decreto-lei que lhe dá suporte.

Câmara de Lisboa

Comunistas apelam à contenção

Na reunião da Câmara Municipal de Lisboa, realizada no dia 15 de Março, António Abreu, em representação dos vereadores comunistas, apelou à contenção e superação da polémica em torno das acusações proferidas por personalidades angolanas ao Presidente do Município, João Soares. Isto, tendo em vista não só «o desejável bom relacionamento entre as duas cidades geminadas e os dois países» mas também o facto de em cada uma destas cidades, viverem «habitantes originários da outra que

deverão manter boas condições de acolhimento».

Entretanto, as acusações a João Soares, pela gravidade de que se revestiram, «carecem de produção de prova, sob pena de quem as fez ter de se retractar face a quem o povo de Lisboa elegeu para presidir ao Município».

Ainda, para António Abreu, «o uso da liberdade de expressão no apresentar de opiniões de instituições ou personalidades, perfeitamente respeitável, implica a responsabilização e necessidade de contenção na polémica» mas o incidente veri-

ficado «não deve dar origem a aproveitamentos colaterais que nada têm a ver directamente com a questão».

Entretanto, para os membros da Junta Metropolitana de Lisboa, «mandam as regras do mais estrito bom senso que ninguém é culpado sem prova». Assim, «na ausência de prova», manifestam a sua solidariedade a João Soares, Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, cuja dignidade consideram ter sido «ferida de forma grave» pelas afirmações de responsáveis angolanos.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Ernesto Ribeiro Carvalho

Faleceu, no passado dia 8 de Março, o camarada Ernesto Ribeiro Carvalho, de 85 anos. Era membro da Organização de Freguesia de Leça da Palmeira (Matosinhos).

José Carlos Flores Tavares

Faleceu recentemente de síncope cardíaca, a poucos dias de completar 53 anos, o camarada José Carlos Flores Tavares, reformado mas ainda organizado na célula do PCP no Banco Português do Atlântico. Militante do Partido desde 1974, pertenceu ao secretariado da célula do BPA, tendo sido delegado sindical e por várias vezes eleito para a Comissão de Trabalhadores. Foi membro da direcção da F.O.C.O.B.A., cooperativa de habitação dos trabalhadores bancários, e da direcção da Cooperativa da Reforma Agrária. À data da sua morte, pertencia ao Conselho Fiscal do Grupo Desportivo dos Trabalhadores do BPA. Foi um grande activista da Reforma Agrária, tendo ajudado à formação de inúmeros quadros para a contabilidade das UCPs e Cooperativas e respectivas escritas.

José Sousa Lobato

Faleceu, com 63 anos, o camarada José Sousa Lobato, economista e administrador da AMBELIS desde 1995. Nessa qualidade, foi participante activo em vários projectos para a cidade de Lisboa, em cooperação com a Câmara Municipal. Militan-

te do PCP desde estudante, foi activista do movimento estudantil e fez parte da direcção da Associação de Estudantes do ISCEF entre 1963/64, ano em que foi expulso da Universidade pelo regime fascista, juntamente com dezenas de dirigentes de Económicas, Direito, Ciências e Técnico. Foi dirigente cooperativo. Foi administrador, director e consultor de várias empresas e organismos públicos em Portugal. Em Moçambique, depois do 25 de Abril, trabalhou na cooperação.

Manuel Luís Tadeu

Com 62 anos de idade, faleceu o camarada Manuel Luís Tadeu. Era desde 1974 membro da célula da Portucel, onde militava. No seu funeral integraram-se inúmeros amigos e camaradas de trabalho.

Mariano Espada

Com 83 anos de idade, faleceu, no dia 9 de Março, o camarada Mariano Espada, natural de Ourém, onde residia. Antifascista de longa data, colaborou com o Partido em diversas actividades antes do 25 de Abril, tornando-se, após esta data, e enquanto a saúde lho permitiu, num militante muito activo e combativo. O seu funeral constituiu uma grande manifestação de pesar.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Acumulam-se problemas em todas as áreas de ensino

Professores saem à rua

Do ensino particular e cooperativo ao ensino público, do básico ao superior, são múltiplos os problemas que se acumulam. Nestas várias áreas os professores mobilizam-se e avançam com as suas propostas e reivindicações.

Na tarde de terça-feira os docentes do Ensino Particular e Cooperativo e das IPSS's concentraram-se frente ao Ministério da Educação (ME) para exigir a equiparação de direitos com os professores do ensino público.

Esta concentração, promovida pela Federação

A Fenprof defende a harmonização de carreiras e equiparação de direitos entre todos os professores

Nacional dos Professores (Fenprof), teve como principal objectivo a apresentação, junto do ministério, dos problemas que afectam os docentes destes sectores, nomeadamente o direito à profissionalização e ao complemento de habilitações, o direito à inscrição na Caixa Geral de Aposentações dos docentes das IPSS's, a aplicação do regime de aposentação dos docentes do ensino público aos do ensino privado e cooperativo e das IPSS's, a contagem do tempo de serviço dos docentes em creche e ATL e a equiparação profissional dos professores do ensino particular e cooperativo e das IPSS's aos do ensino público.

A Fenprof defende a harmonização de carreiras e equiparação de direitos entre todos os professores e denuncia a discriminação que se vêm a registar a diversos níveis, desde o horário de trabalho, progressão na carreira, vencimento, aposentação e formação.

Uma situação que, para além de penalizadora dos professores, reflecte-se, em alguns casos, em perdas de qualidade para os próprios estabelecimentos de ensino. Concretamente são «motivo de sangria no ensino particular dos professores mais experientes e com mais

tempo de serviço, descapitalizando os estabelecimentos do ensino particular dos seus melhores quadros».

Do exercício da cidadania

A contradição entre os apelos aos deveres dos docentes, responsabilidades das escolas e das famílias, por parte do ME, e a omissão das suas próprias responsabilidades, é denunciada pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa – SPGL. No caso concreto, a propósito do dia da cidadania.

Assim, «no uso do seu direito de cidadania e reflectindo sobre as condições do exercício da sua profissão», como se sublinha em comunicado de imprensa, os professores de 15 estabelecimentos de ensino do 1.º CEB de Palmela, decidiram reunir-se e exigir que o ME assumira as suas responsabilidades, por negligenciar factos tão importantes como: a implantação de infra-estru-

turas que permitam o funcionamento de refeitórios e ATL, a implementação de serviços de apoio educativo, ensino especial, psicologia e orientação escolar, a substituição atempada dos auxiliares de acção educativa, a substituição atempada de professores.

Irregularidades no privado

A Fenprof avalia como muito positivo o Relatório do Grupo de Missão, recentemente divulgado, e que faz um balanço da situação no Ensino Superior Particular e Cooperativo.

A Federação Nacional de Professores salienta que as conclusões do relatório vêm confirmar a sua própria experiência no terreno, pois «é frequente verificar-se, em contradição com a lei, a existência de falta de autonomia dos estabelecimentos e dos seus órgãos face às entidades instituidoras».

Um outro facto particularmente preocupante, referido pela Federação, é «a situação relativa aos corpos docentes das instituições, que não dispõem das qualificações necessárias e onde proliferam as acumulações ilegais e o emprego precário, mal remunerado e sem direitos sociais básicos».

Por último, a Federação sublinha que os graves problemas hoje existentes «deverão ser resolvidos com base em princípios universalmente aceites» e que se encontram traduzidos na *Recomendação sobre a condição do pessoal docente do Ensino Superior* aprovada pela UNESCO.



Cerimónia de atribuição dos prémios Mulher

Prémios Mulher

O Prémio Mulher Reportagem Maria Lamas foi este ano atribuído ao trabalho «Maternidade Alfredo da Costa / Sangue, Suor e Lágrimas», de Ana Margarida de Carvalho, publicado na revista «Visão».

Por sua vez, o Prémio Mulher Investigação – Caro-

lina Michaelis de Vasconcelos 1999 ex-aequo foi atribuído às obras «A cada um o seu ligar», de Irene Flunser Pimentel, e «Mulheres agredidas pelos maridos: de vítimas a sobreviventes», de Maria de Fátima Jorge Monteiro.

Foi ainda atribuída uma

Menção Honrosa ao trabalho «Desigualdades de género no actual sistema educativo português», de Ana Monteiro Ferreira.

Estes prémios são anualmente concedidos pelo Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.



As florestas voltaram a arder, desta vez mais cedo, no centro e norte do País

Matas e floresta destruídas

O ciclo anual dos incêndios

Uma Primavera precoce e o tempo quente e seco antecipou a época de fogos que ciclicamente devastam o país, exigindo respostas adequadas, que tardam.

O centro e o norte do país foram pasto de chamas, em particular nesta última semana. Não há naturalmente ainda números, mas são milhares de hectares de matos e floresta destruídos e, nalguns casos, os incêndios chegaram mesmo a ameaçar habitações e zonas industriais.

Os média voltaram a divulgar nomes de concessões e localidades em que em cada ano se repete o mesmo drama. Na serra da Estrela, uma vez mais as chamas destruíram parte da paisagem protegida do Parque Natural. Em Águeda e na Maia, os incêndios aproximaram-se perigosamente de zonas habitadas e industriais. Em Castro Daire, são centenas de hectares de mata e floresta queimados. Dez incêndios devastaram em simultâneo várias zonas do Grande Porto, consumindo mato e floresta.

Bombeiros exigem meios

A falta de meios humanos em permanência nos quartéis

de bombeiros é a maior preocupação das corporações do Alentejo (um total de 20 corporações no Baixo Alentejo). Este um dos factos sublinhados sábado passado, em Aljustrel, num encontro organizado pela Federação de Bombeiros do Distrito de Beja.

Não há naturalmente ainda números, mas são milhares de hectares de matos e floresta destruídos

O evento, denominado «Bombeiros/Municípios - para uma cultura de segurança», juntou mais de 120 participantes de todo o Alentejo, entre técnicos de câmaras, autarcas e bombeiros, e permitiu o debate de temas como o associativismo/voluntariado, a participação dos bombeiros no sistema de protecção civil, incêndios em meios urbanos.

Entretanto, em Castelo Branco, o presidente da Assembleia Geral da Federação dos Bombeiros alertou para a necessidade de o Governo pagar com urgência, às corporações do distrito, as despesas referentes à época de fogos do ano passado.

Os bombeiros de Castelo Branco lembram que já se está a entrar num nova época, «que se prevê muito desgas-

tante e onerosa em termos financeiros».

Dia mundial da árvore

O surto de incêndios por todo o país coincidiu com o dia mundial da árvore, assinalado um pouco por todo o país, quer com a plantação de pequenas espécies, quer com acções para sensibilizar para a importância da floresta.

Em Lisboa, o pelouro do Ambiente e Espaços Verdes da Câmara promoveu, no Parque Florestal de Monsanto, percursos pedestres com 530 crianças, jovens e idosos. No Barreiro, o município tomou a iniciativa de acções de animação de rua, com oferta de plantas às crianças. Em Loures, realizou-se um colóquio em que se abordaram temas como «ecossistema florestal» e «política florestal e ajudas financeiras». A escola secundária Matias Aires, no Cacém, realizou «Encontros com o Ambiente», uma acção de dois dias para sensibilizar a comunidade escolar para a importância da protecção do ambiente e mostrar algumas actividades que os alunos desenvolvem com técnicas de reciclagem de materiais.

Uma limitadíssima amostra das múltiplas iniciativas desenvolvidas nas mais diversas regiões e localidades a nível nacional.

Revisão (periódica) da matéria dada...

• Sérgio Ribeiro

Insisto num tema que tenho glosado. Nós, comunistas, não somos nem melhores nem piores que os outros. Temos é de ser diferentes.

Temos os mesmos defeitos e qualidades dos nossos semelhantes, mas o nosso percurso, a aprendizagem e o que apreendemos da vida, o conhecimento e a interpretação do vivido, o racionalizado das relações dos seres humanos com a natureza e entre si, deve fazer-nos diferentes. Diferentes na política, ou - uma vez que, para nós, tudo é política - nos comportamentos. Em família, com as/os nossas/os companheiras/os, com os filhos, nos locais onde trabalhamos, na atitude face ao trabalho, no relacionamento com camaradas de ofício, com superiores e inferiores hierárquicos, no associativismo, no desporto, no convívio, na vida política em sentido restrito.

continuidade, através da transformação da quantidade em qualidade, por impulsões internas provocadas pelas contradições, pelo choque de forças contrárias. Assim, o materialismo filosófico aprofunda-se ao conhecimento da evolução da sociedade, em que as formas de organização social, como modos de produção, se sucedem (com períodos de justaposição) através da dialéctica e do antagonismo entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. E quando, e enquanto, as relações sociais de produção dividem os homens em classes, as opiniões e doutrinas que o homem elabora - o conhecimento de si, de como está relacionado com os outros e com a natureza de que é parte - são determinadas, em última instância, pelo regime económico, quer pelas forças (ou classes) dominantes que procuram reforçar o seu domínio com

as ideias que lhes são favoráveis, quer pelas outras forças (ou classes) que procuram que ideias, e sua expressão, contribuam para a transformação social, sendo a luta de ideias uma forma da luta de classes.

Tomar partido

Porque temos, como comunistas, uma concepção



Temos de ser diferentes porquê? Porque temos uma concepção de vida e do homem que é nossa. Uma concepção de vida e do homem, uma filosofia portanto, materialista porque considera a natureza o elemento primordial, existindo a matéria independentemente da vontade (do espírito) do homem, mas não sendo essa existência da matéria independente da forma por que se manifesta, isto é, do movimento.

Em evolução

O homem é também um produto da natureza pelo que o pensamento e a consciência, produtos do cérebro humano, são também produtos da natureza. E como essa filosofia integra a ciência das leis do movimento, quer da realidade objectiva, quer do pensamento, o mundo não é um conjunto de coisas acabadas mas um complexo de processos em que as coisas - como os seus reflexos no pensamento -, na aparência estáveis, passam por transformações ininterruptas. Nada é definitivo, absoluto, ou sagrado. Tudo deve ser considerado do ponto de vista histórico, estudando-se a origem e o desenvolvimento do conhecimento, a passagem da ignorância ao saber, da necessidade à liberdade. Por isso, também somos diferentes por termos uma interpretação da história. Uma interpretação do que aconteceu e do que está a acontecer (também o presente é história), que «lê» o desenvolvimento por saltos, por revoluções, por soluções de

de vida e do homem e uma interpretação da história, mesmo que não resultem de estudo e conceptualização, ainda que só se traduzam por uma postura perante a vida, a natureza, os outros, recusando as injustiças mas procurando as causas e como extirpá-las da sociedade, é por isso que, embora não sejamos nem melhores nem piores que os outros, temos um comportamento diferente. Porque tomámos partido! Ou seja: porque, independentemente do nível de conceptualização do que somos, somos comunistas, temos uma luta a fazer, uma luta colectiva, nossa - dos que temos essa concepção e essa interpretação -, tomámos Partido. A concepção chama-se materialismo dialéctico, a «leitura» da história chama-se materialismo histórico. O materialismo dialéctico, o materialismo histórico, a teoria económica que lhes está subjacente - que resulta do estudo do regime económico que é o capitalismo e dos seus mecanismos de exploração, cuja pedra angular é a teoria da mais-valia (!) -, a forma de organizar o partido que reflecta a tomada de consciência de classe da classe operária e dos trabalhadores e seja o seu colectivo para a luta de classes, são as componentes do marxismo-leninismo que é a base teórica e ideológica do partido que se chama Partido Comunista Português.

(!) - em termos sintéticos, mais-valia é o valor suplementar criado pelo emprego da força de trabalho, excedentário relativamente ao que o trabalhador necessita para reproduzir a força de trabalho empregue, que o capitalista apropria.

População contra aterro

Mais de 150 agentes da GNR, apoiados por um pelotão de cavalaria e outro de cães, barraram o caminho às centenas de populares que, uma vez mais, se manifestaram contra a construção do aterro sanitário do Douro Sul, em Bigorne, tentando impedir a passagem das máquinas.

A GNR carregou sobre os manifestantes, tendo a acção policial provocado pequenos ferimentos em duas mulheres que foram atiradas ao chão pelos cavalos, enquanto outras duas pessoas, uma das quais o presidente da Junta

de Freguesia de Lazarim, foram mordidas pelos cães. Uma acção policial que, segundo afirmações da GNR, «em nada vem pôr em causa os direitos à reunião e manifestação».

As máquinas acabaram por parar, em resultado de dúvidas sobre o limite dos terrenos em que o aterro sanitário está a ser instalado.

Face à gravidade dos acontecimentos, o PCP denunciou a actuação do aparelho repressivo como uma demonstração da incapacidade do Governo «de pelo diá-

logo atender e respeitar interesses e direitos fundamentais das populações locais» e exigiu a reposição, «num clima de tranquilidade, do diálogo necessário à procura das soluções que melhor atendam aos vários interesses em presença».

O processo para a construção do aterro sanitário do Douro Sul começou há cerca de três anos e conta desde aí com o protesto das populações. Esta é a quarta tentativa, ao longo deste último ano, de as máquinas iniciarem os trabalhos.

Amanhã completa-se um ano do início da guerra da NATO contra a Jugoslávia. Uma guerra que violou todas as normas do direito internacional, a Carta da Nações Unidas, as Constituições dos países agressores, a própria Carta da NATO.

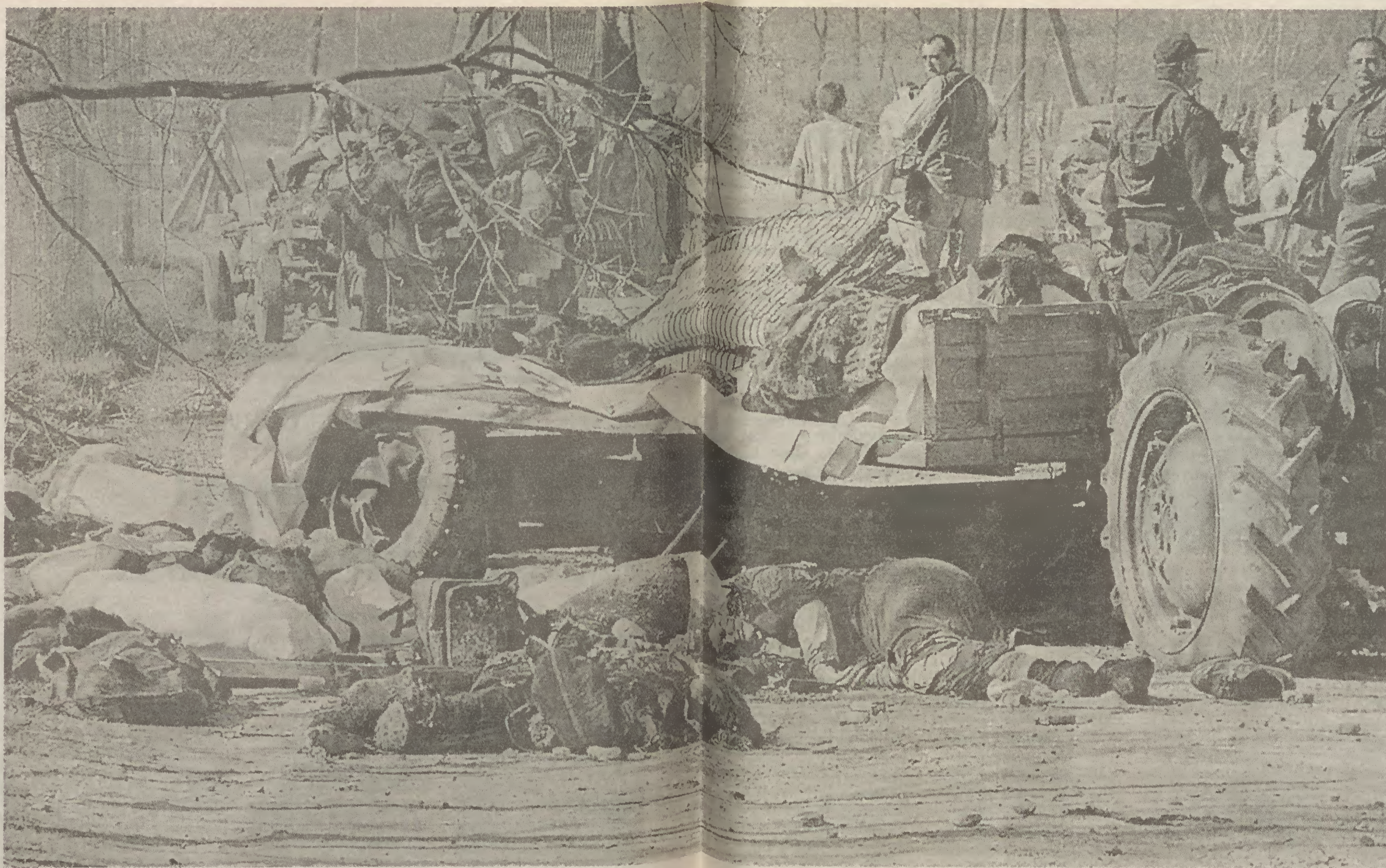
Uma guerra onde se procedeu, com base na superioridade tecnológica, militar e económica das 19 potências agressoras, à destruição sistemática e metódica de um pequeno país, das suas infra-estruturas, do seu aparelho produtivo, dos seus transportes, sistemas de electricidade e água potável. Uma guerra que deixou uma Jugoslávia destruída, às escuras, sem aquecimento para o Inverno, sem empregos, sem meios de transporte, mas com centenas de milhares de refugiados, com sanções económicas férreas que duram desde 1991, com as terríveis sequelas ambientais e de saúde pública resultantes da guerra, com uma quinta coluna interna abertamente financiada pelos agressores da NATO. Uma guerra que irá quase seguramente conhecer novos episódios de agressão directa e violenta por parte daqueles que pretendem ser os novos senhores absolutos do planeta. Uma guerra que, precisamente por ser de uma total e criminosa ilegalidade, precisava de uma «justificação» que pudesse convencer, ou pelo menos fazer hesitar, a opinião pública dos países agressores. E que por isso, se baseou na invenção de uma grande mentira: a de um «genocídio» que nunca aconteceu. As imagens dramáticas das centenas de milhares de refugiados albano-kosovares, refugiados que não existiam antes da guerra ser desencadeada pela NATO, e que por isso mesmo nunca poderiam ser invocados como a causa daquela agressão, servem de alerta para o poder de manipulação da comunicação social (e da televisão em particular), e para o seu poder de transformar as consequências em causas. Ainda no decurso da guerra foram-se tornando claras muitas das mentiras e falsificações que rodearam esta guerra de agressão. Relembramos a divulgação do conteúdo do «ultimatum de Rambouillet», que tornou claro que os EUA pretendiam desencadear a guerra, e não desejavam evitá-la. Ou a divulgação por um grupo de juristas alemães de documentos oficiais do Governo e Tribunais alemães, escritos nas vésperas da guerra, onde se

afirmava que «os habitantes de etnia albanesa do Kosovo não foram, nem são actualmente, alvo duma perseguição de grupo regional ou nacional na República Federal da Jugoslávia», o que tornava claro que os Governos dos países agressores mentiam descaradamente quanto à realidade existente no Kosovo.

A mistificação...

O último ano apenas veio tornar mais claro que assistimos a uma grande operação de mistificação. Carla del Ponte, a actual Procuradora do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (Tribunal financiado em grande medida pelos EUA e que é responsável pelo indiciamento do Presidente jugoslavo Milosevic), confessou no dia 10.11.99 que, ao fim de cinco meses de trabalho intenso por equipas de especialistas de 14 países, as exumações em todo o Kosovo haviam levado à descoberta de 2108 cadáveres. Trata-se de mortos de todos os grupos étnicos, «não havendo informação» de quantos eram de cada grupo. Também não foi dada informação detalhada respeitante às causas de morte dessas pessoas. Um comentarista do jornal canadiano *Toronto Star* (Richard Gwyn, 3.11.99) afirmava: «é possível que indícios de chacinas possam ainda vir a ser

encontrados. Mas isto é muito improvável, pois foi dada prioridade às escavações nos piores locais. (...) Até à data não foi encontrada no Kosovo uma única fossa comum». É natural que a confissão da Del Ponte tenha sido precipitada pela entrevista ao



diariamente». Estes factos permitem afirmar que a motivação da agressão da NATO não tinha nada a ver com a pretensão de defender direitos humanos e travar «limpezas étnicas».

... e a realidade

No acordo entre NATO e Jugoslávia que pôs fim à guerra reconhece-se a soberania da Jugoslávia sobre o Kosovo, e previa-se a desmilitarização do Exército de Libertação do Kosovo (UÇK). A prática tem sido totalmente diferente. A NATO age no Kosovo como única autoridade, chegando ao extremo de transformar o marco alemão na moeda da província. Para auxiliar na imposição da sua autoridade, transformou o UÇK no Corpo de Protecção do Kosovo (CPK), cujo chefe máximo é o máximo responsável militar do UÇK (e ex-general da Croácia) Agim Ceku. Sobre a acção do CPK, escreve o semanário britânico *The Observer* (12.3.00): «Assassinatos, tortura, extorsões: estas são as extraordinárias acusações feitas contra o Corpo de Protecção do Kosovo (CPK), das próprias Nações Unidas, num relatório confidencial das Nações Unidas, elaborado para o Secretário-Geral, Kofi Annan. Neste documento, redigido no dia 29 de Fevereiro, o CPK é acusado de «actividades criminais – assassinatos, maus tratos e torturas, policiamentos ilegais, abuso de autoridade, intimidação, quebras da neutralidade política e incitamento ao ódio». (...) O veredicto da própria ONU sobre a sua recém-criada força de defesa civil é um novo indício do fracasso do Representante Especial, Bernard Kouchner, (...)». A intervenção da NATO em Junho do ano passado viu a partida dos sérvios armados do Kosovo, mas a violência e o gangsterismo por parte dos extremistas albaneses não cessou. A dramática mensagem deste relatório é

gerir redes de prostituição, afirma a ONU. (...) O CPK é chefiado pelo general Agim Ceku, que é alvo de críticas ferozes neste relatório (...)». O que se passa no Kosovo não é (nem podia ser) feito à revelia da NATO.

O Kosovo nas mãos dos narcotraficantes

Mas as maravilhas trazidas ao Kosovo pelas bombas das democracias-ocidentais-de-economia-de-mercado não se esgotam aqui. Um outro jornal britânico, o diário *The Guardian*, escrevia (13.3.00): «As agências internacionais de combate ao tráfico de drogas advertem que o Kosovo se está a transformar num «paraíso de contrabandistas», que está a abastecer até 40% da heroína vendida na Europa e América do Norte. As forças dirigidas pela NATO (...) não têm mandato para combater os traficantes de drogas; e – com a expulsão do Kosovo da polícia sérvia (...) – os contrabandistas gerem a «rota balcânica» com total liberdade. (...) Marko Nicovic, advogado e vice-presidente da associação internacional de agentes de combate aos narcóticos, sediada em Nova Iorque (...) estima que os traficantes daquela província estão a canalizar entre 4,5 e cinco toneladas de heroína por mês, valor que tende a crescer rapidamente, e que se compara com duas toneladas antes da guerra do Kosovo (...). A província é hoje a rota principal que transporta a heroína proveniente de alguns dos países mais conflituosos, o Afeganistão, o norte do Irão, os Estados do Sul da Federação Russa, o Azerbaidjão, a Turquia, e o Kosovo, em direcção à Europa Ocidental e os EUA. (...) O Sr. Nicovic afirma (...) «tanto quanto sei, não houve uma única apreensão de heroína pela KFOR no último ano». (...) Não existem indícios de que o UÇK (...) esteja directamente envolvido no tráfico de drogas, mas de acordo com a britânica *International Police Review*, publicada pela [revista] *Jane's*, pode estar dependente das famílias da droga que, afirma o *Review*, financiaram parcialmente as operações do UÇK o ano passado, no Kosovo. (...) A mafia do Kosovo tem estado a traficar heroína desde meados dos anos 80 – mas após a guerra tornaram-se adultos (...) «Existe um país inteiro sem uma força policial que saiba o que se passa». A mafia albano-kosovar é praticamente intocável». É caso para dizer que, pelo menos para alguns, a liberdade chegou realmente ao Kosovo nos canos das espingardas da NATO...

• Jorge Cadima

Agressão à Jugoslávia Confissões de uma guerra suja

jornal espanhol *El País* (23.11.99) de um dos médicos legistas enviados pela Espanha para efectuar essas exumações. Estes números oficiais dum organismo que actua de mãos dadas com os países agressores permitem afirmar que nunca houve

qualquer genocídio no Kosovo, nem antes, nem durante a guerra. Fontes jugoslavas estimavam, em Fevereiro, que 350 000 pessoas foram expulsas ou fugiram do Kosovo após a entrada das tropas da NATO, e no seguimento de 3688 ataques terroristas,

de que resultou a morte de 793 pessoas e o rapto de 688. Estes números eram anteriores à actual escalada de violência. A *Amnistia Internacional*, no fim do ano passado (23.12.99) falava da situação no Kosovo nestes termos: «A violência contra sérvios, ciganos,

muçulmanos eslavos e albaneses moderados aumentou dramaticamente no último mês, indicando um fracasso da missão da ONU em proteger os direitos humanos. Assassinatos, raptos, ataques violentos, intimidações e fogos postos a casas são perpetrados

que a ONU está a pagar os salários de muitos desses gangsters. (...) O CPK tem estado a gerir as redes de extorsões a troco de «protecção» em todo o Kosovo (...) exigindo «contribuições» de comerciantes, homens de negócios e empreiteiros. (...) O CPK pode estar a

A estratégia americana



O semanário britânico *Sunday Times* (12.3.2000) escreve: «Agentes secretos americanos admitiram que ajudaram a treinar o Exército de Libertação do Kosovo antes dos bombardeamentos da NATO contra a Jugoslávia. A confissão irritou alguns diplomatas europeus, que afirmaram que tal facto havia minado as iniciativas para uma solução política do conflito entre sérvios e albaneses. Funcionários da Agência Central de Informações (CIA) foram monitores do cessar-fogo no Kosovo em 1998 e 1999, desenvolvendo laços com o UÇK e fornecendo manuais de treino militar americanos e conselhos operacionais sobre o combate ao Exército jugoslavo e à polícia Sérvia. Quando a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), que coordenava a monitoragem, abandonou o Kosovo uma semana antes do início dos bombardeamentos, há um ano, muitos dos seus telefones por satélite e sistemas de posicionamento globais (GPS) foram entregues, em segredo, ao UÇK, garantindo que os comandantes da guerrilha pudessem permanecer em contacto com a NATO e com Washington. Vários dirigentes do UÇK tinham o número do telemóvel do general Wesley Clark, o comandante da NATO. Diplomatas europeus que na altura trabalhavam para a

OSCE alegam que [essa organização] foi traída pela política americana, que tornou inevitáveis os raids aéreos. Alguns questionaram o móbil e a lealdade de William Walker, o chefe americano da missão da OSCE. (...) Walker negou sugestões de que ele desejasse uma guerra no Kosovo, mas confessou que a CIA estava quase seguramente envolvida na contagem decrescente para o início dos bombardeamentos. (...) Alguns diplomatas europeus em Pristina, a capital do Kosovo, chegaram à conclusão, a partir do passado de Walker, de que ele está inextricavelmente ligado à CIA. (...) O UÇK admitiu os seus laços de há longa data com as organizações de informação americanas e europeias. Shaban Shala, um comandante do UÇK actualmente envolvido na desestabilização de aldeias de maioria albanesa para lá da fronteira do Kosovo com a Sérvia propriamente dita, alega que manteve encontros com agentes britânicos, americanos e suíços no norte da Albânia, em 1996. (...) Agim Ceku, o comandante do UÇK nas fases finais do conflito, estabeleceu contactos americanos através do seu trabalho no exército croata (...). A verdadeira natureza da agressão contra a Jugoslávia compreende-se quando se olha para o contexto mais vasto.

Compreende-se quando ouvimos o general Loureiro dos Santos dizer (*Diário de Notícias*, 13.3.00) que uma guerra mundial «para controlar os recursos mundiais» é inevitável, pois os Estados Unidos «terão de agir» para impedir que outros países possam tornar-se novas potências. Compreende-se quando vemos a militarização crescente dos EUA e da União Europeia, o aumento de despesas militares, a criação de novos sistemas de armas, mesmo em flagrante desrespeito pelos Tratados de desarmamento em vigor, o alargamento da NATO (e dos conflitos) para Leste, em direcção às «potências emergentes» de que fala Loureiro dos Santos. Compreende-se quando assistimos à tentativa de legitimar, na ordem jurídica internacional, o direito das potências imperialistas (e em particular os EUA) a fazerem o que bem lhes apetece, onde e quando lhes apetece: é o «direito de ingerência» na esfera militar, o AMI na esfera dos investimentos, as propostas para a OMC na esfera comercial. Querem que a soberania dos povos e das nações seja coisa do passado, pois querem ter as mãos livres para intervir em tudo e para tudo controlar. É preciso travá-los. Todos quantos lhes façam frente e resistam prestam um serviço aos povos do Mundo.

A derrapagem socialista

• Lino de Carvalho

Terminou o debate e a votação do Orçamento de Estado para 2000.

E se o Orçamento era mau à entrada, pior ficou à saída. Os acordos com o CDS/PP, a desorientação patente do PS e do Governo ao longo do debate; a falta de credibilidade técnica, tudo isto conduziu a que o debate do Orçamento de Estado para 2000 se traduzisse num filme penoso de acompanhar, mesmo para quem, como nós, nada tem a ver com as dores socialistas.

Um momento alto foi o dos tão propagandeados aumentos das pensões de reforma para os rurais. Chegados ao momento da votação deparámos com duas propostas: uma do CDS/PP e outra, em forma de autorização legislativa ao Governo, do PS. Ninguém

contribuintes. Recusa combater a fraude e a evasão fiscal dos grandes contribuintes, questionar o escândalo da baixíssima taxa de tributação efectiva em IRC dos bancos, pôr em causa os mais de 440 milhões de contos de benefícios fiscais na sua componente de apoios às actividades não produtivas. O terceiro exemplo tem a ver com o PIDDAC. Assistiu-se, pela primeira vez com a dimensão que assumiu, a um lamentável espectáculo: os deputados do PS e do CDS/PP fizeram aprovar as suas propostas de alteração ao Programa de Investimentos Públicos através da transferência, de forma arbitrária e sem qualquer fundamentação técnica, de dotações inscritas em projectos concretos, prejudicando estes, para outros

projectos em função de espúrios interesses eleitorais locais e pessoais. Estes três exemplos servem unicamente para ilustrar o lamentável comportamento do PS e do seu aliado CDS/PP no Orçamento de Estado para 2000. Um orçamento construído a pensar na direita. E, de facto, um Orçamento que sai da Assembleia da República viabilizado pela direita. Ainda mal os ecos do debate orçamental não se tinham extinguido eis que vem a público a confirmação de perspectivas para a economia portuguesa que o PCP tinha denunciado. As quebras nos ritmos de crescimento da economia aumentando cada vez mais os anos que precisamos para nos aproximarmos das médias de desenvolvimento da União Europeia; o previsível agravamento dos níveis de endividamento das famílias portuguesas que podem, a breve trecho, ser

colocadas numa situação de ruptura face ao progressivo aumento das taxas de juro e a hipótese, cada vez mais real, de um brutal aumento nos preços de venda dos combustíveis, tornam o próximo futuro dos portugueses, designadamente os que vivem dos rendimentos do trabalho e dos sectores e empresas mais vulneráveis, incerto, instável e sujeito a fortes vendavais de crise. Se se confirmar que pode vir aí um novo choque petrolífero então se verá, infelizmente, que a sustentabilidade dos orçamentos e da política económica do PS assenta em pés de barro. Por último, Angola. Salva, no gong final, embora muito chamuscada, pela mão prestimosa que o Bloco de Esquerda lhe deitou, a família socialista sai terrivelmente desestabilizada deste negócio de acusações mútuas entre a família Soares e responsáveis angolanos, a propósito de corrupção, marfins e diamantes. E ainda temos de esperar pelos desenvolvimentos dos próximos episódios. Que seguramente alguns ainda, como mais uma vez fez Manuel Alegre, procurarão aproveitar para acusar quem não tem nada a ver com os problemas que o PS cria a si próprio. Mas suspeito que mais cedo que muitos imaginavam o PS e o seu Governo poderão entrar em derrapagem. Veremos.



se entendia sobre uma matéria que era suposto ser a pedra angular do acordo PS/CDS. No final, votaram-se as duas. E o texto final do Orçamento de Estado vai assim exibir duas propostas, não totalmente coincidentes, sobre a mesma matéria. Diz a imprensa que foi exactamente por isso mesmo que o Ministro Ferro Rodrigues se recusou a comparecer no hemiciclo. A conclusão é óbvia: para o PS e para o CDS não são os interesses dos pensionistas e reformados que mais os preocupam. O seu interesse é servirem-se dos reformados como bandeira e instrumento da sua propaganda política. Se assim não fosse, o PS tinha à sua disposição as propostas do PCP que recusou. Outro momento, foi o da introdução, de sopetão, sorratamente, através de uma proposta do PS, de um regime forfetário para o IVA, uma espécie de colecta mínima, para os pequenos negócios (pequenos cafés, lugares de venda, etc.). A justificação foi o do combate à fraude e evasão fiscal. Mas não só se trata de mais uma medida avulsa, não integrada em nenhuma reforma global do sistema fiscal, como se demonstra, mais uma vez, a existência de um olhar zarolho do PS quando fala em combate à evasão fiscal. Só olha para o lado dos trabalhadores por conta de outrem e dos pequenos

Governo cúmplice de despedimentos na Grundig À margem da lei

O Complexo Grundig contou com a cumplicidade do Governo para despedir e precarizar trabalhadores. Fala-se também que a morosidade na Justiça visa vergar os trabalhadores pela fome.

A estas conclusões chegou o deputado comunista Agostinho Lopes ao analisar a actuação que considerou «ilegal e fraudulenta» daquela multinacional, que tem contado igualmente com a «escandalosa e suspeita morosidade da Justiça». Acusados foram concretamente os ex-ministros da Economia e do Emprego por terem, «ao lado dos patrões», com promessas atrás de promessas, facilitado a vida a «quem quis despedir e precarizar», enganando assim os trabalhadores.

Em declaração política proferida numa das sessões plenárias da semana transacta, o parlamentar do PCP instou o Executivo a assumir uma fiscalização rigorosa da permanência do trabalho precarizado, bem como a aplicação de multas e a retoma dos apoios financeiros concedidos a todas as empresas com processos de despedimento não justificados. Com tais

medidas, observou, «talvez fizessem menos cimeiras mas talvez obtivessem mais emprego e melhor emprego na União Europeia».

Por si defendido, ainda neste plano, foi a transformação em contratos a termo incerto dos contratos precários utilizados em postos de trabalho permanentes, em paralelo com a adopção de medidas contra as deslocalizações de unidades fabris por exclusivas razões de busca de mão-de-obra mais barata.

Recorde-se que o Complexo Grundig, contra o qual corre no Tribunal de Trabalho de Braga um processo por centenas de despedimentos ilegais, emprega actualmente cerca de quatro mil trabalhadores, dos quais 1300 são precários. Destes, pelo menos 85 por cento ocupam postos de trabalho permanentes.

Lembrado por Agostinho Lopes foi igualmente o facto, em consequência das reestruturações produzidas nos anos mais recentes pela Grundig, de terem sido «praticamente varridos os quadros sindicais» e de a média salarial nas empresas do grupo ter sofrido uma quebra entre os quinze e os vinte mil escudos.

Co-responsabilizando a Câmara Municipal e o Governador Civil de Braga pela actual situação, Agostinho

Lopes, reportando-se à lamentável morosidade que tem caracterizado o processo judicial, exigiu que cesse a «chantagem sobre os trabalhadores», defendendo a atribuição de subsídios especiais de desemprego aos trabalhadores que foram alvo de despedimento colectivo até à decisão final dos tribunais. Reclamado do Governo foi também a consideração de formação profissional adequada capaz de proporcionar empregos e rendimentos idênticos aos existentes antes dos despedimentos.

O Governo facilitou a vida a quem quis despedir e precarizar



Trabalhadores despedidos continuam à espera que seja feita justiça

Recenseamento dos emigrantes

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República um projecto de lei que visa alterar a forma de recenseamento eleitoral. Actualmente, muitos portugueses na diáspora são impedidos de exercer o seu direito de voto, por força da exigência de que o bilhete de identidade comprove a sua residência efectiva no país de acolhimento.

O diploma do PCP agora entregue no Parlamento, na sequência do que já havia defendido anteriormente, permitirá pôr termo a esta injustiça, permitindo ao cidadão fazer prova de residência do país onde vive através de documento emitido pela entidade competente desse

mesmo país. A comprovação de condição de cidadão português será assegurada mediante a apresentação de bilhete de identidade.

Desta forma, como salienta a Direcção da Organização na Emigração do PCP

em comunicado emitido a propósito, para além de «assegurada a fiabilidade dos dados, é eliminado um dos principais entraves ao exercício do direito de voto por parte dos portugueses residentes no estrangeiro».

Sanções à UNITA

O Grupo Parlamentar do PCP requereu a presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros no Parlamento. Em causa estão as referências críticas recentemente feitas ao nosso país no relatório apresentado em Nova York pela Comissão de Sanções à UNITA. Em carta dirigida ao presidente da comissão parlamentar, Octávio Teixeira justifica a presença de Jaime Gama pela necessidade de ver esclarecidas e debatidas com os deputados as situações que suscitaram aquelas observações críticas.

OE reflecte opções de classe do Governo Nem justiça social nem fiscal

Construído a pensar no CDS/PP, foi este, como esperado, a viabilizar o Orçamento do Estado para 2000. Do negócio, para os trabalhadores e o País, resultou «um pobre e mau Orçamento». A rir-se voltou a ficar o capital.

Na passada semana, com a aprovação na especialidade, deu-se por finda a discussão do documento que consubstancia no plano financeiro as grandes opções do Governo.

Confirmadas foram todas as linhas essenciais que caracterizam desde a primeira hora não apenas o conteúdo do Orçamento como também a estratégia do Executivo para o aprovar. Relevante, neste plano, foi a sistemática

recusa em aprovar qualquer proposta oriunda das forças da esquerda do hemiciclo, designadamente do PCP.

As políticas sociais, em consequência, voltaram assim a ser preteridas para segundo plano. Um facto que nem mesmo «algumas tímidas e magras propostas», como as classificou Lino de Carvalho, consegue esconder.

Em contrapartida, no plano da política fiscal, o traço mais forte voltou a ser a escandalosa concessão de benefícios fiscais especulativos a entidades financeiras que, neste OE, ascendem a mais de 400 milhões de contos. Um tratamento de privilégio aos rendimentos do capital que, como já várias vezes foi sublinhado nestas páginas, está nas antípodas do conferido aos rendimentos do trabalho. Disso é testemunho a baixíssima taxa de tributação efectiva do sistema financeiro que hoje paga menos de 20 por cento da taxa efectiva de IRC.

Mas já para as pequenas empresas, para o pequeno comércio e prestadores de serviço, o entendimento foi

diferente. O Governo não teve reboço, com a ajuda do CDS/PP, em instituir um novo regime de tributação, mais precisamente um espécie de colecta mínima.

Quanto à prometida reforma fiscal, nesse plano, tudo voltou a ser adiado. Uma proposta do PCP nesse sentido, que viabilizaria a tradução dos seus efeitos já no Orçamento de 2001, foi liminarmente recusada. Como foi recusada uma

outra proposta sua visando garantir às pequenas e médias empresas a diminuição do IRC, à semelhança do que o Governo propôs para as restantes empresas.

É ainda no plano da fiscalidade, em matéria de IRS, que melhor podem ser aferidas as opções de classe do Governo do PS. Sintomático foi a recusa de todas as propostas dos deputados comunistas no sentido da diminuição da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho. Do mesmo modo que foram chumbadas as suas propostas de aumento dos salários dos trabalhadores da administração central ou as que propunham a subida das pensões de reforma. E como definir igual recusa do Executivo à proposta comunista de actualizar as baixíssimas taxas de participação do Serviço Nacional de Saúde em próteses, ortóteses ou ajudas técnicas, como sejam óculos, placas, cintas ou cadeiras de rodas?

Verberado por Lino de Carvalho na sua intervenção final, em nome da bancada comunista, foi ainda a pobreza do Orçamento do ponto de vista técnico, o que



Em frente à AR os trabalhadores disseram não à política salarial

explica, assinalou, o facto de o Governo «ter falado muito do passado e do futuro e pouco ou nada do Orçamento para 2000».

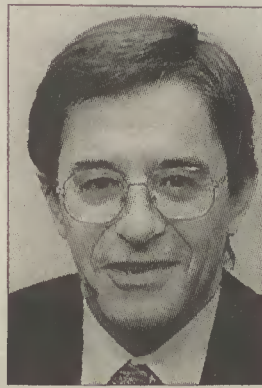
Talvez por isso o Ministro da Economia lhe tenha chamado Orçamento de transição.

A bancada do PCP esteve

de acordo. Mas com um reparo: «transição para uma situação orçamental e fiscal ainda mais desequilibrada e injusta».

Octávio Teixeira sobre o congelamento dos salários Uma velha táctica do patronato

Instado a comentar as recentes declarações das confederações patronais proferidas após encontro com o Presidente da República, com o alegado objectivo de chamar a atenção para os riscos que impendem sobre a economia portuguesa, Octávio Teixeira afirmou ao «Avante!» que o objectivo real e concreto daquela iniciativa, amplamente mediatizada, «foi o de procurar criar o ambiente propício para travar o crescimento dos salários reais, potenciando o exemplo dado pelo Governo com os salários para a função pública e «ameaçando» com o descalabro da economia se não conseguirem esse seu intento». Para o líder parlamentar comunista esta é «uma táctica velha e anualmente repetida do grande patronato: quando se trata de salários é sempre necessário cortar, travar, congelar».



Desaceleração da economia

Paralelamente, segundo o dirigente comunista, existem, de facto, «razões para preocupação com a evolução económica portuguesa». E recorda, a propósito, os mais recentes relatórios do Banco de Portugal e do Departamento de Prospectiva e Planeamento, os quais, em sua opinião, «não deixam dúvidas».

Fundamentando o seu ponto de vista, assinala que «o crescimento económico nacional tem vindo a desacelerar e o diferencial de crescimento em relação à média europeia tende para zero».

Para Octávio Teixeira essa desaceleração assente em três questões centrais: «por um lado, a perda da quota de mercado das exportações portuguesas; por outro lado, a redução da taxa de crescimento do investimento produtivo; finalmente, a desaceleração do consumo dos portugueses». «Tudo isto — prossegue — acompanhado de um crescente aumento dos défices das balanças comercial, corrente e de capitais e do crescimento em flecha do endividamento das

empresas e, em particular, das famílias portuguesas.

As amarras ao euro

Quer isto dizer, ainda de acordo com as suas afirmações, «que cada vez mais recorreremos às importações (quer em termos absolutos quer, principalmente, em termos relativos) para satisfazer as necessidades do País, em detrimento da produção portuguesa». Noutro plano, «as nossas exportações perdem cada vez mais capacidade de concorrência nos mercados externos», na medida em que, basicamente, fez notar, «os nossos principais concorrentes, nomeadamente nos têxteis, desvalorizaram as suas moedas mas nós, amarrados ao euro, não podemos ripostar».

Finalmente, segundo Octávio Teixeira, o forte crescimento do consumo nos últimos anos ficou a dever-se «não a um crescimento justo e sustentado dos salários mas fundamentalmente a um estímulo, muitas vezes irresponsável, ao endividamento crescente das famílias portuguesas». «E, agora, com o crescimento das taxas de juro, naturalmente as famílias, já muito endividadas, retraem-se e o consumo cai. E, agora, começa a ser necessário pagar o crescente endividamento externo do Estado, da economia portuguesa e do sistema bancário, e para isso é preciso arranjar dinheiro em algum lugar», sustentou.

Para Octávio Teixeira, a reacção das grandes confederações não constitui assim surpresa e corresponde à mesma «receita de sempre», aliás, partilhada pelo Governo do PS: «se é preciso «poupar», poupe-se nos salários! Não lhes basta (nunca lhes basta) que nos últimos anos o crescimento dos rendimentos do trabalho, apesar do aumento do emprego, tenha evoluído muito abaixo do crescimento dos restantes rendimentos, designadamente abaixo dos rendimentos de capital».

Espionagem universal

O Grupo Parlamentar quer saber qual o exacto envolvimento de Portugal no sistema de espionagem que actua à escala planetária conhecido por ECHELON. Nesse sentido apresentou já um pedido de audição parlamentar onde quer que sejam ouvidos, de acordo com a sua proposta, entre outros, os ministros da Justiça e da Administração Interna, os responsáveis das «secretas», a Comissão Nacional de Protecção de Dados e as associações de defesa dos direitos, liberdades e garantias. Essencialmente americano, este sistema de interceptação de telecomunicações, baseado numa rede mundial de satélites, cujas informações são depois tratadas por potentes computadores, constitui uma monumental devassa que, no entender da bancada comunista, viola «os direitos fundamentais, de forma secreta e conspirativa, sem qualquer controlo parlamentar e democrático». Sabe-se que as informações recolhidas são antes de mais políticas, mas também de ordem comercial e industrial, visando essencialmente a protecção de empresas americanas contra empresas europeias.

Que rumo na Lisnave?

Existem fortes motivos de preocupação quanto à situação da Lisnave. Um manto de silêncio continua a envolver aspectos cruciais sobre a vida da empresa, avultando os sinais que fazem recear pelo futuro. Os mais recentes desenvolvimentos são disso testemunho e levaram já o deputado comunista Vicente Merendas a questionar o Governo. Foi na passada sexta-feira, na habitual sessão de perguntas ao Executivo. Em causa está, designadamente, a instabilidade e insegurança geradas pela demissão do Grupo Mello da presidência do Conselho de Administração da Gesteve, falando-se que o parceiro estratégico está pronto a seguir-lhe as pisadas. A Gesteve, recorde-se, é uma empresa pública em que foram investidos largos milhões de contos e que foi criada para, limpando o passivo da Lisnave, viabilizá-la. Mas o pior é que interrogado sobre o assunto, concretamente sobre o que pensa o Governo, o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, Vítor Ramalho, na resposta, confirmou o desinteresse do Grupo Mello, ficando-se por evasivas quanto a tudo o resto, o que só adensa ainda mais as preocupações.

Viagens-fantasmas Comunistas «ilibados»

O Procurador-Geral da República «ilibou» na passada semana os deputados comunistas Octávio Teixeira e João Amaral de qualquer responsabilidade criminal no chamado processo das «viagens-fantasmas» de deputados. Em cartas pessoais enviadas aos dois parlamentares do PCP, Cunha Rodrigues afirma taxativamente que «da análise documental a que procederam os Senhores Auditores não resultou a existência de situações com relevância criminal à pessoa de V. Exa».

Este esclarecimento da questão, pelo qual os deputados comunistas pugnavam, aguardando tranquilamente pelo resultado da auditoria, foi saudado pelo presidente do Grupo Parlamentar do PCP. O único receio, segundo declarações de Octávio Teixeira, era que a «eventual prescrição dos processos viesse a deixar tudo e todos num grande pântano».

Polémica chega ao Parlamento e divide PS

Diferendo Soares/Angola

Dos cinco votos (subscritos por todos os partidos à excepção do PEV) sobre a polémica em torno de afirmações entre dirigentes de Angola e Mário Soares apenas o do BE foi aprovado pelo Parlamento.

Todos os outros foram rejeitados, incluindo o da bancada do PS, o que veio, de acordo com informações vindas a público, desencadear no seu seio críticas generalizadas e cerradas contra o Governo, pelo que alguns consideraram ter sido a atitude «frouxa» do Executivo de António Guterres na reacção às palavras do ministro angolano da Informação, Vaal Neto, e do deputado do MPLA Mac Mahon dirigidas à família Soares.

Afirmações condenáveis

Definindo a posição do Grupo comunista, em declaração de voto, Octávio Teixeira começa por salientar que em Angola «há um Governo legítimo, saído de eleições que a ONU supervisionou», pelo que a «ninguém, por mais importante que seja, lhe é dado o direito de pôr em causa a legitimidade do governo angolano face ao voto soberano do povo angolano».

Partindo do pressuposto inquestionável de que a

liberdade de expressão e de opinião é um direito de qualquer cidadão, que por isso mesmo «deve ser usado com toda a responsabilidade», do mesmo modo que as divergências políticas «não devem transformar-se em ataques e ofensas pessoais», Octávio Teixeira entende que neste contexto não podem deixar de ser consideradas «graves e condenáveis» as afirmações de Mário Soares contra o MPLA e o governo de Angola, designadamente a catalogação do regime político como um «regime de corrupção».

Pela mesma razão, para a bancada comunista, é igualmente «grave e condenável a resposta àquelas acusações» dada por responsáveis angolanos, «com duras acusações ofensivas da dignidade pessoal» da família Soares.

Vozes farisaicas

Agora o que não faz sentido, do ponto de vista do PCP, é que se procure impor a tese, como vem sendo tentado, de que as acusações dirigidas por

responsáveis de Angola a Mário Soares e João Soares constituem uma afronta à «dignidade do Estado» português.

Octávio Teixeira lembrou, a este propósito, que ainda no Verão passado Almeida Santos, Presidente da Assembleia da República, foi vítima de graves insultos por parte de Jonas Savimbi e da UNITA, «sem que nessa altura as vozes que hoje se ouvem se tenham erguido para defender a «dignidade do Estado»».

Daí que, na perspectiva da bancada comunista, estando em causa com a resposta de Vaal Neto a «grave ofensa da honra de dois cidadãos portugueses», o que se exige é que aquele dirigente angolano «faça prova das acusações que fez ou que se retracte das mesmas».

Lamentando todas estas atitudes, «quer de um lado quer de outro», que considera «contrárias à ética de relacionamento amigável entre Estados soberanos», Octávio Teixeira expressou simultaneamente a recusa da sua bancada em aceitar que «estes lamentáveis acontecimentos sirvam para aproveitamento político no âmbito da luta interpartidária e, quiçá, intrapartidária, doméstica, bem como para tentar branquear e beneficiar as posições de Savimbi e da UNITA».

Eurodeputados lamentam a chocante lentidão e exiguidade da ajuda a Moçambique

PCP propôs anulação da dívida

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu pretendiam incluir na resolução sobre as intempéries em Moçambique um pedido expresso de anulação total da dívida externa daquele país.

A proposta dos comunistas acabou por não ser incluída no texto final, onde foi substituída por um apelo mais «suave» aos Estados membros para que «suspendam de imediato o serviço da dívida», ou seja o pagamento de juros, e que «encarem o perdão total da mesma dívida».

Não deixa no entanto de ser curioso o voto contra dos deputados portugueses do PS, PSD e PP, partidos que na semana passada aprovaram por unanimidade na Assembleia da República a inclusão no Orçamento de Estado de 2000 de uma proposta que autoriza o Governo a perdoar toda a dívida de Moçambique a Portugal, avaliada em 70 milhões de contos.

Para além do pedido de anulação total da dívida, o PCP apresentou uma outra proposta que previa o envio de uma delegação do Parlamento Europeu a Moçambique para tomar contacto com a actual situação, avaliar a ajuda internacional enviada e as necessidades existentes tendo em conta o processo de reconstrução. No entanto, tal como a primeira, também esta alteração foi recusada pelo Parlamento.

Ajuda precisa-se

Entretanto, a resolução reconhece o estado de catástrofe em que se encontra Moçambique, referindo «milhares de mortos e desaparecidos, centenas de milhares de deslocados, a destruição de centenas de milhares de habitações e de bens pessoais, assim como significativas repercussões ambientais e a inutilização de uma parte dos solos agrícolas pelo período de pelo menos 12 meses».

As populações atingidas enfrentam carências de água potável e de alimentos, falta de combustíveis, ameaça de epidemias que podem ser tão mortíferas como as inundações e deslocação de minas provocada pelas águas para campos já desminados. Numerosas aldeias continuam isoladas e a sobrevivência dos seus habitantes está dependente da ajuda humanitária aérea.

Neste quadro, o auxílio de emergência exigido pelo PE visa dar resposta às necessidades mais urgentes no plano da saúde e cuidados básicos, no fornecimento de

sementes, na reconstrução de habitações, escolas, hospitais, vias de comunicação e reactivação de redes de transporte.

Simultaneamente, o PE solicita que a comunidade internacional forneça mais helicópteros e barcos e crie estruturas e mecanismos de cooperação internacional que possibilite o socorro das populações sinistradas.

Ainda no plano económico e financeiro, o Parlamento manifesta-se favorável à realização de uma conferência internacional que mobilize a ajuda de emergência e contribua para a reconstrução das regiões atingidas.

Entretanto, na segunda-feira, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze, reunidos em Bruxelas, assinalaram que as contribuições dos Estados membros para a ajuda de emergência somam já 91 milhões de euros (18,2 milhões de contos), o que representa a maior fatia de toda a ajuda internacional estimada em 118 milhões de euros (23,6 milhões de contos).

Os Quinze anunciaram que vão disponibilizar no imediato 66,5 milhões de euros (13,3 milhões de contos) para a reconstrução, acrescidos de 156 milhões de euros (20 milhões de contos) para alívio da dívida externa.

PALOPs em foco na Assembleia UE/ACP

A 30.ª Assembleia paritária entre a União Europeia e os países de África, Caraíbas e Pacífico termina hoje em Abuja, na Nigéria, depois de quatro dias de trabalhos, em que estiveram em foco vários problemas que afectam o continente africano.

Moçambique foi incluído na agenda por proposta do eurodeputado do PCP, Joaquim Miranda, presidente da Comissão para o Desenvolvimento e Cooperação do PE e um dos membros da Assembleia ACP-UE.

Joaquim Miranda foi igualmente o autor de três propostas de resolução que abordam, para além das intempéries em Moçambique, a situação em Angola e na Guiné-Bissau. O deputado subscrive uma outra proposta de apoio ao pedido de adesão de Cuba à Convenção UE-ACP.

A proposta sobre Angola «condena firmemente e responsabiliza Jonas Savimbi e a Unita pela situação de guerra no país, pelo não cumprimento do Protocolo de Lusaca e pela dramática situação humanitária em que vive grande parte do povo angolano».

O texto recorda as posições no mesmo sentido tomadas pela Presidência da União Europeia, as sucessivas resoluções do Conselho de Segurança da ONU e do Conselho de Segurança das Nações Unidas e salienta que «a envergadura das acções militares desenvolvidas pela UNITA só tem sido possível pela conivência e forte apoio de secto-

res da comunidade internacional a esta organização».

Consolidar a paz

A recente evolução da situação na Guiné-Bissau é saudada na proposta de resolução apresentada por Joaquim Miranda, que chama a atenção para o facto de este país ter uma das mais baixas taxas de crescimento económico e ser dos mais pobres do mundo.

Fazendo votos para que a nova fase signifique o avanço no sentido da consolidação da paz e do progresso, a resolução apela «à solidariedade activa e desinteressada no apoio à recuperação sócio-económica» daquele Estado africano, nomeadamente no que se refere à recuperação e melhoria das infra-estruturas, desenvolvimento da agricultura. Neste sentido, sublinha a importância de a União Europeia e Estados-membros aumentarem a ajuda.

Foi ainda apresentado ao exame da Assembleia uma proposta de resolução que apoia a adesão de Cuba à Convenção de Lomé, considerando que o acordo ACP-UE é o quadro mais adequado para as relações entre a União e aquele país das Caraíbas.

O texto apela ainda à Comissão Europeia para que não reduza nem atrase a aplicação do Plano global de ajuda humanitária ao povo cubano e incremente a cooperação para o desenvolvimento.

Violência e insegurança nas escolas

A Assembleia da República deverá chumbar hoje as propostas de alteração do Código Penal subscritas pelo CDS/PP com vista ao agravamento de penas por crimes cometidos em escolas. Por todo o articulado do projecto de lei perpassa a ideia de que as escolas são o centro de criminalidade e dos fenómenos de insegurança.

«As verdadeiras causas da insegurança e da criminalidade estão na sociedade, de que a escola não se pode abstrair», contrapôs o deputado comunista Bernardino Soares, lembrando como a sociedade actual é marcada pelas «desigualdades, exploração e miséria», pelo «acesso restrito à educação e à cultura», pela «exclusão social e marginalidade».

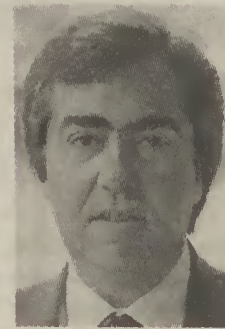
É pois em pressupostos falsos que assenta esta ini-

ciativa legislativa do CDS/PP, cuja discussão, na passada semana, decorreu em paralelo com um projecto de resolução sobre a mesma matéria, também da sua autoria, e padecendo dos mesmos vícios de análise.

Como, por exemplo, o de que os jovens são eles e exclusivamente eles os autores e actores da violência. Ou ainda o de que a violência se resolve fundamentalmente com violência. O que só por si, em consequência, explica o desejo do CDS/PP de ver «um estado policial no interior das escolas», como acusou a deputada comunista Luísa Mesquita, para quem «um acto de agressão na escola, um comportamento desviante é sempre sintoma transportado para esse espaço e não uma doença adquirida».

Daí que a bancada comunista tenha considerado esta iniciativa dos populares como uma tentativa de aproveitamento demagógico de um certo clima que se gerou nos últimos tempos em relação à questão da insegurança nas escolas. Só que errou nos pressupostos e, sobretudo, errou no caminho com que diz querer combater o problema. É que a solução não está no aumento da repressão, no aumento das penas ou na criminalização da miséria, como defende a direita, importando teorias de segurança originárias dos EUA, de ineficácia comprovada.

Como sublinhou Bernardino Soares, o que importa é que o problema da insegurança e da violência seja encarado na sua devida dimensão e que a sociedade e a escola não criem as condições para que ele surja.



Joaquim Miranda



Os índios mexicanos continuam a ser alvo das mais atrozes violências

Acordo comercial com México UE «ignora» violência

A União Europeia e o México ratificam hoje, quinta-feira, em Lisboa, o acordo de livre comércio que irá abolir direitos aduaneiros e liberalizar produtos industriais e agrícolas, já a partir do próximo dia 1 de Junho.

O presidente mexicano, Ernesto Zedillo, encontra-se em Portugal desde ontem, quarta-feira, numa visita que tentará aproveitar para legitimar as políticas do governo mexicano junto da opinião pública e obter os apoios internacionais que o ajudem a ganhar as próximas eleições marcadas para o mês de Junho.

Apesar do Tratado com a UE, concluído em Novembro de 1999, colocar como condição indispensável à sua aplicação e vigência uma cláusula sobre a democracia e os respeito dos direitos humanos, a verdade é que todos os relatórios de instâncias mexicanas e internacionais têm assinalado violações constantes dos direitos humanos fundamentais da inteira responsabilidade do governo mexicano, designadamente contra os índios do estado de Chiapas.

Só no Estado de Chiapas estão estacionados 70 mil soldados

As denúncias vêm de entidades oficiais (como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos; da Relatora Especial sobre Tortura, Desaparecimentos e Execuções

Extrajudiciais da ONU; do Alto Comissariado sobre Direitos Humanos da ONU) e civis, tanto mexicanas como internacionais (como a Comissão Civil Internacional de Observação dos Direitos Humanos; diversas ONG's etc.)

Situação de guerra

Desde a matança de Acteal, em 22 de Dezembro de 1997, quando foram assassinados 45 indígenas por paramilitares, que tem vindo a ser seguida uma estratégia de guerra de baixa intensidade que aumentou a pressão sobre as comunidades indígenas, agravando as já por si

duríssimas condições de vida e inviabilizado qualquer solução política para o conflito.

As violações verificam-se com total impunidade, na presença de paramilitares coniventes com o exército federal e forças policiais do Estado. Existe um lista interminável de deslocados de guerra, e só no Estado de Chiapas estão estacionados cerca de 70 mil soldados.

Ao mesmo tempo é colocado todo o tipo de obstáculos ao livre trânsito de pessoas, em especial contra a presença de observadores estrangeiros, recusando-se o governo a reconhecer os acordos de San Andrés sobre os direitos e cultura indígena, assinados em 1996, mas que até agora nunca foram materializados.

É neste quadro que um abaixo-assinado lançado pelo Colectivo de Apoio à Revolta Zapatista exige que as instituições europeias criem efectivos mecanismos que permitam avaliar regularmente a situação, sob pena de estarem a branquear as graves violações aos direitos humanos cometidas pelo governo mexicano.

Epidemias animais Indemnizações não compensam

O Parlamento Europeu aprovou um relatório que reduz de três para dois anos o período máximo da aplicação das medidas adoptadas pela Comissão Europeia para o combate à tuberculose e brucelose nos bovinos e suínos, e criação de um sistema eficaz de fiscalização no comércio intracomunitário de animais destas espécies.

A deputada do PCP, Ilda Figueiredo, votou favoravelmente o relatório mas considerou-o incompleto

porque não prevê apoios aos produtores, em especial às pequenas explorações e à agricultura familiar, cujos baixos rendimentos são profundamente afectados por doenças como a leucose, tuberculose e brucelose, não sendo compensados pelas indemnizações vigentes. A deputada considerou ainda que a Comunidade deve dar mais atenção à erradicação definitiva destas epidemias.

Na sexta-feira passada, no debate do relatório sobre

acções de informação no domínio da PAC, Ilda Figueiredo propôs as acções promovidas para pequenos agricultores e para a agricultura familiar pudessem ser co-financiadas acima dos 75 por cento. Esta proposta, que não foi aceite, visava facilitar o acesso às verbas das respectivas organizações representativas, já que sendo as mais débeis financeiramente, são as que precisam de maior apoio para fazer chegar a informação ao mundo rural.

As «Reformas» que «eles» querem...

• Pedro Carvalho

Entre os dias 23 e 24 de Março, vai decorrer em Lisboa, a Cimeira sobre «Emprego, Reformas Económicas e Coesão Social – para uma Europa da inovação e do conhecimento». Intitulada para consumo público como a «Cimeira do Emprego», mas onde o emprego e coesão social (numa versão amputada da coesão económica e social) são as aspás, para o que se vai realmente discutir – as reformas económicas. Mas por trás das palavras dos Governos, o que se quer é tornar a União Europeia (UE) no bloco económico mais competitivo do mundo.

Os objectivos são precisos e visam: premiar a nascente «economia virtual» e proceder às reformas estruturais necessárias, nomeadamente a flexibilização do mercado de trabalho, a criação de um mercado único para os serviços financeiros e a «modernização» do sistema da segurança social.

Quando falamos em «modernização» da segurança social, temos de ter em

os lucros e o papel das sociedades gestoras de fundos de investimento e a «libertina» circulação de capitais. E, por último, promover a mobilidade da mercadoria trabalho.

E para quem julgue, que estas possam ser interpretações abusivas, o relatório do Parlamento Europeu (1) presentemente em discussão não pode ser mais claro. Considera que um dos principais objectivos é assegurar «a estabilidade e rentabilidade dos mercados de capitais» que «são cada vez mais influenciadas pela acumulação do capital de provisão das pensões de reforma», o que permite «uma maior flexibilidade de investimento» e aumentar «a disponibilidade de capitais para investimento».

Regimes pan-europeus

Afirma, ainda, que estes regimes complementares não devem conter obrigatoriamente a cobertura de riscos biométricos (longevidade, invalidez e mem-

bros sobreviventes), ou seja, não os distinguindo de um normal fundo de investimento. Avança com a ideia da «criação de um Fórum Europeu das Pensões», com o objectivo a longo prazo «de estabelecer, a nível de toda a Comunidade, regimes pan-europeus de reformas (...)



atenção as pensões de reforma dos actuais regimes de segurança social, ditos de repartição, expressão da solidariedade entre gerações. Lançando os argumentos da sustentabilidade do sistema, devido ao envelhecimento e à baixa taxa de emprego verificada na UE (cerca de 60%), avança-se com a «modernização» de sempre – privatizar e liberalizar. Tenta-se assim, abrir a porta, para uma substituição a prazo para outros regimes, ditos de capitalização, onde se enquadram actualmente os regimes profissionais, baseados nos fundos de pensões, e para os outros regimes privados, baseados, por exemplo, nos planos de poupança reforma.

O mercado das reformas

É neste sentido que em Portugal se discute a reforma do sistema de segurança social, reflexo da discussão que ocorre na UE e da qual a criação de um mercado único de regimes complementares de reforma é um dos instrumentos. O documento de reflexão da Comissão Europeia surge no momento apropriado, enquadrando-se na estratégia geral da Cimeira de Lisboa.

A criação de um mercado único de regimes complementares de reforma, visa quatro objectivos essenciais. Primeiro, abrir as portas de uma grande massa de capital à lógica de rentabilização privada e engrossar os lucros da banca e das seguradoras. Segundo, utilizar esta massa de capital tanto para a rentabilização e especulação bolsista, como para o refinanciamento das grandes multinacionais. Terceiro, aumentar

em primeiro lugar, introduzidos em empresas multinacionais». Salienta, também, a importância de «a plena liberdade de investimento» e solicita à Comissão «que estabeleça como regra geral que os Estados-membros não poderão obrigar os fundos de pensões a proceder a determinados tipos de investimento». Pode concluir-se que o que se quer não é a segurança, mas sim o maior lucro. Por isso, também, recomenda à Comissão «que seja permitido aos fundos de pensões investir livremente». Toda a lógica é desresponsabilizar a sociedade, deixando «a tomada deste tipo de decisões a cargo de cada indivíduo».

O que «eles», senhores do capital e da finança, querem, não pode ser mais claro. Confessam-no abertamente. O que foi atrás escrito parece não ter nada a ver com as pensões, com solidariedade, com a segurança na velhice após uma vida de trabalho. E realmente não tem, a «fome» é outra, lucro e mais-valias. O que querem é substituir os regimes públicos. O que querem é uma segurança social despojada de recursos financeiros, tirando do sistema aqueles que possuem elevados rendimentos, em nome da livre opção.

É isto que «eles» querem e que os governos da UE, na sua esmagadora maioria intitulados socialistas, concretizam passo a passo, veja-se a Cimeira de Lisboa. Com «falinhas mansas» e «lais-vismos blairistas», assim se vai pavimentando o caminho do «socialismo», sobre a batuta da Internacional Socialista.

(1) relatório Kuckelkorn - A5-0053/2000.

Negociações em Genebra

Os presidentes norte-americano, Bill Clinton, e sírio, Hafez el Asad, encontram-se domingo em Genebra em mais uma tentativa para relançar o processo de paz e as negociações entre Damasco e Israel, bloqueadas desde 10 de Janeiro.

O anúncio foi feito por Clinton no Bangladesh, onde se deslocou num périplo que passa também pela Índia e Paquistão, e a reunião substituiu a cimeira tripartida que a Casa Branca tinha planeado com a presença do primeiro-ministro israelita, Ehud Barak. O encontro a três ficou inviabilizado pela exigência de Damasco de um compromisso prévio por parte de Israel de se retirar dos Montes Golã e recuar o seu exército para as fronteiras de 1967, o que o governo de Barak rejeitou. Telavive acolheu favoravelmente a cimeira Clinto-Asad, com um comunicado do Conselho de Ministros a reiterar a sua decisão de «pagar um preço pela paz e a segurança».

KLM reduz pessoal

A linha aérea holandesa KLM anunciou no início da semana a decisão de suprimir 2700 postos de trabalho no âmbito de uma reorganização interna para reduzir custos. De acordo com um comunicado da empresa, o programa de reestruturação, denominado Baseline, inclui a redução de voos de Inverno em cinco por cento e a redução de pessoal entre cinco a dez por cento dos efectivos. A empresa espera poupar cerca de 250 milhões de dólares no primeiro ano da sua reestruturação, a iniciar em Março de 2001. O sindicato da KLM anunciou de imediato que não aceitará de modo nenhum despedimentos forçados, antevendo desde já «negociações difíceis».

Concerto contra Pinochet

«Todas as vezes, toda a memória» foi o nome dado ao concerto que sábado reuniu no Chile mais de 60 000 pessoas exigindo o «juízo de Pinochet», numa iniciativa da Associação de Familiares de Detidos Desaparecidos (AFDD). No seu discurso, a presidente da AFDD, Viviana Díaz, afirmou que «jamais renunciaremos a conhecer o paradeiro dos presos desaparecidos», e manifestou esperança de que com o governo de Ricardo Lagos seja possível levar Pinochet ao banco dos réus. Os fundos do espectáculo, em que participaram os principais nomes da vida cultural chilena, destinam-se à construção de uma sede que terá o nome de Casa da Memória Solda Sierra, em homenagem à ex-presidente da Associação falecida no ano passado.

Apelos à abstenção, em panfletos anónimos, preocupam as autoridades russas

Candidato fantasma nas eleições russas

A vitória anunciada de Putin na primeira volta das eleições de domingo na Rússia está ameaçada pela entrada em cena de «Ivan Ivanovitch Contra-Todos».

«Ivan Contra-Todos» é o nome do «candidato» fantasma que desde a semana

passada está a assombrar a campanha de Vladimir Putin, o inquilino interino

do Kremlin, cuja eleição à primeira volta era até há pouco dada como certa. Panfletos com esse nome foram distribuídos na Duma, na semana passada, e no sábado um grupo chamado «Não» promoveu um comício em Moscovo, cuja

palavra de ordem era: «Vote contra todos».

Mais do que conferir um toque de burlesco misterioso à campanha presidencial russa, o aparecimento desta «candidatura fantasma» está a trazer a público uma realidade que muitos gostariam de ignorar: o sentimento de frustração de uma parte do eleitorado que desconfia de Putin e não se revê no seu único sério adversário, o dirigente comunista Guennadi Ziuganov.

As autoridades estão preocupadas com os apelos do virtual «Ivan Contra-Todos» ao boicote das eleições, e têm razões para isso. Apesar da sua inegável popularidade, Vladimir Putin não tem garantido o apoio incondicional dos 50 por cento dos eleitores na primeira volta. Vários estudos sociológicos, citados pela agência Lusa, revelam que de 20 a 30 por cento dos eleitores ou não irão votar, ou estão ainda indefinidos.

A vingança

Segundo os sociólogos, são pessoas com convicções

políticas de direita, que consideram Putin como perigo às liberdades democráticas ou como insuficientemente liberal, e que podem fazer questão de afirmar a sua posição não indo às urnas na primeira volta. Os analistas consideram que uma tal atitude seria uma espécie de vingança contra Putin, que ignorou completamente a existência dos liberais na Duma em Dezembro passado.

Em resultado das eleições legislativas, a fracção apoiante do Kremlin, a Unidade, formou uma maioria parlamentar com os comunistas, excluindo os liberais da aliança. Em sinal de protesto, muitos deles podem agora votar contra todos ou apoiar Grigori Iavlinski, líder da oposição liberal.

Admite-se que Iavlinski pode obter de quatro a oito por cento, e que outro tanto aconteça com Vladimir Jirinovski, bem conhecido pelos apelos nacionalistas e promessas populistas.

Os outros sete candidatos - vários governadores regionais, uma ex-ministra, um procurador-geral destituído e um empresário moscovita da nacionalidade tchetchena - não têm qualquer hipótese de chegar ao Kremlin, mas a sua candidatura não deixa de contribuir para a dispersão dos votos que seriam necessários a Putin para uma vitória logo na primeira volta, tanto mais que não faltam amplos sectores sociais a quem desagrade a tolerância de Putin face à NATO e aos chamados novos «oligarcas», ou ainda a sua política de privatização da terra, entre outros aspectos.



Com o lugar no Kremlin, Putin herdou de Yeltsin um sistema corrupto que privilegia um grupo restrito em detrimento da maioria da população

Duas opções

Guennadi Ziuganov, a quem as sondagens atribuem 20 por cento das intenções de voto, tem sido o único candidato empenhado em fazer frente abertamente a Putin.

O dirigente comunista acusa o virtual vencedor das eleições, entre outras coisas, de não ter programa, de abusar do poder, de pretender eliminar as garantias sociais do regime soviético ainda existentes, de se ter disponibilizado para garantir a imunidade de Boris Yeltsin e respectiva família, de ser um continuador do seu governo corrupto que levou a que no país existam cerca de cinco por cento de ricos, dez por cento de remediados e 85 por cento de pobres.

Para Ziuganov «só há duas opções: ou continuar pelo caminho que destrói o país ou formar um governo de confiança popular e restaurar um poder soviético renovado».

Segundo o dirigente comunista, «o perigo de ditadura e autoritarismo está do próprio Putin», cuja confiança na vitória não o impede de lançar mão a todos os recursos ao seu alcance.

Na verdade, o actual presidente interino não faz a campanha eleitoral no sentido tradicional da palavra, afirmando considerar «estúpido e inútil» transformar-se «num



Guennadi Ziuganov

televsão, enquanto eu apareci apenas oito minutos».

Taiwan

Um independentista na presidência

O independentista Chen Shui-bian venceu as eleições de sábado, em Taiwan, com 39,3 por cento dos votos, contra os 36,8 por cento do seu mais directo adversário, James Soong, membro do Kuomintang (KMT), que devido a divisões internas no partido se apresentou como independente às eleições presidenciais.

Numa tentativa de tranquilizar Pequim e para se apresentar como um homem de paz, Chen fez questão de endereçar de imediato uma mensagem às autoridades chinesas apelando para um «diálogo total» e para a «reconciliação amigável dentro do respeito mútuo».

Nas suas declarações, Chen propôs a realização de uma

«cimeira pela paz» e convidou os máximos dirigentes chineses, o presidente Jiang Zemin e o primeiro-ministro Zhu Rongji, a visitar Taiwan, ao mesmo tempo que se manifestou disposto a deslocar-se ele próprio ao continente.

As reacções da China às palavras de Chen foram cautelosas, mas Jiang Zemin disse que «o novo líder da província de Taiwan» poderá deslocar-se ao continente e admitiu ir ele próprio à ilha para conversações.

«A eleição na região de Taiwan está concluída(...) Quem quer que suba ao poder em Taiwan é bem-vindo ao continente para conversações e nós poderemos ir também a Taiwan», afir-

mou Jiang Zemin segunda-feira, realçando no entanto que o «reconhecimento do princípio de uma única China» é o «pré-requisito» para qualquer diálogo com as autoridades de Taiwan.

Diálogo difícil

As propostas conciliadoras de Chen não vão tão longe: apesar de se dizer disposto a discutir tudo, incluindo a questão de uma única China (o nome oficial de Taiwan é República da China), o presidente eleito de Taiwan rejeita o modelo de reunificação «um país, dois sistemas» proposto por Pequim.

objecto da publicidade, como se fosse os tampões Tampax ou os chocolates Snickers», mas colocou todo o aparelho do Estado ao seu serviço enquanto viaja pelo país «no desempenho das suas funções» e aparece diariamente em todos os noticiários televisivos, fazendo passar a sua mensagem. Como o próprio Ziuganov denunciou, «é vergonhoso que Putin tenha aparecido numa semana 2h20m por televisão, enquanto eu apareci apenas oito minutos».

De registar que o exército de Taiwan foi colocado novamente em estado de alerta reforçado na segunda-feira, um dia após o levantamento desta medida, tomada por ocasião das eleições presidenciais. O Ministério da Defesa não deu qualquer explicação sobre os motivos que levaram a esta decisão.

Entretanto a vitória de Chen provocou fortes convulsões no seio do KMT, cujo dirigente máximo, o presidente cessante Lee Teng-hui, anunciou já a sua demissão. No sábado, milhares de apoiantes e militantes do Kuomintang concentraram-se em frente da sede do partido e da residência de Lee Teng-hui exigindo a sua

demissão, acusando-o de responsável pela derrota nas eleições presidenciais. Vários deputados do KMT, que governou Taiwan nos últimos 50 anos, pediram a James Soong, que já foi secretário-geral do Kuomintang, para assumir a direcção do grupo político. Soong mantinha uma larga vantagem nas sondagens de opinião efectuadas durante a campanha para a presidência, mas não teve o apoio de Lee Teng-hui, que propôs Lien Chan como candidato presidencial do Kuomintang. A crescente oposição à actual direcção do Kuomintang poderá acabar na criação de uma nova força política na ilha encabeçada por James Soong.



Entre 1985 e 1999 foram deslocadas de forma forçada cerca de um milhão de crianças na Colômbia, das quais mais de 60,5 por cento do sexo feminino

Colombianas em luta pela paz

Mulheres em protesto

O presidente Pastrana recusou receber uma delegação de mulheres que no 8 de Março quis entregar-lhe um documento sobre a defesa dos direitos das mulheres.

As comemorações do 8 de Março na Colômbia constituiram uma importante jornada de luta pela defesa e respeito pelos direitos da mulher, aspectos indissociáveis da luta mais vasta que se trava no país pela paz e pela liberdade. Em Bogotá, a manifestação que culminou na Praça de Bolívar ultrapassou todas as expectativas, integrando não apenas mulheres mas também muitos homens vinculados ao

movimento operário, popular e indígena.

Integrada na Marcha Mundial contra a Pobreza e a Violência, que a 17 de Outubro terminará em Nova Iorque junto às instalações do Banco Mundial, a iniciativa das mulheres colombianas foi mal recebida pelas autoridades. O presidente Pastrana recusou-se a receber uma delegação que pretendia entregar-lhe um documento sobre a situação das mulheres no país e exi-

gindo o respeito pelos seus direitos, e unidades da polícia e do Exército tentaram impedir a marcha apesar desta estar devidamente autorizada.

A situação da mulher na Colômbia justificaria no entanto outra atitude por parte das autoridades. De acordo com os dados oficiais, as mulheres representam 50,8 por cento da população total, ou seja, quase 17 milhões de pessoas. Cerca de metade tem menos de 18 anos, representando 25,6 por cento da população. Destas, 3,8 milhões vivem em condições de pobreza (38,9 por cento), e dentro deste grupo 17,5 por cento sobrevivem na miséria absoluta.

Os números oficiais revelam ainda que cerca de cinco milhões e meio de mulheres trabalha na agricultura, embora apenas um milhão e meio esteja acreditada como exercendo actividades agro-pecuárias produtivas. A esperança de vida da mulher rural é de 69,7 anos, enquanto a da mulher urbana é de 71,8, o que evidencia o défice na sua qualidade de vida. Na zona rural a taxa de analfabetismo ascende aos 17,4 por cento, contra os 9,6 por cento nas zonas urbanas. A percentagem de famílias em condições de extrema pobreza no campo é de 45,9 por cento, enquanto nos meios urbanos é de 11 por cento.

Entre 1985 e 1999 foram deslocadas de forma forçada cerca de um milhão de crianças na Colômbia, das quais mais de 60,5 por cento do sexo feminino. A violência que se vive no país obrigou outras 605 mil a deslocarem-se dos seus locais de origem nos últimos 15 anos. Acresce que dos dois milhões de pessoas deslocadas 56 por cento são mulheres, 25 por cento das quais chefes de família.

Segundo o relatório da Fiscalização Geral da Nação, em 1999 havia mais de 25 mil crianças exercendo a prostituição, três quartos das quais do sexo feminino.

Cerca de três milhões de crianças em idade escolar estão fora do sistema educativo.

Faça a este negro panorama, às mulheres da Colômbia não resta outro caminho que não seja o da luta pelos seus direitos e pela sua dignidade.

Plano Colômbia em marcha

«A grande diferença que existe entre o Vietname e a Colômbia é, paradoxalmente, que a Colômbia afecta imediata e estrategicamente os EUA». Estas palavras, de Ralph Peters, do departamento nacional de controlo de drogas dos EUA, na discussão que se trava presentemente na Câmara dos Representantes deste país sobre o apoio ao chamado «Plano Colômbia», são elucidativas do espírito com que a actual ingerência norte-americana se desenvolve.

A Câmara dos Representantes, que se prepara para aprovar 1700 milhões de dólares de ajuda ao Plano Colômbia, mais do que o próprio presidente pedira, esclareceu bem o tipo de material que esta ajuda incluiria - 63 helicópteros militares - e fez questão de sublinhar a importância do reforço da cooperação militar entre os EUA e a Colômbia.

O problema dos EUA não é o narcotráfico - ou não teria imposto ao governo colombiano a recusa de propostas sérias das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército Popular (FARC-EP) de desenvolvimento de um plano de substituição de cultivos gradual e que tenha em conta as realidades sociais e económicas dos camponeses. O problema é a guerrilha e o actual processo de paz, que os falcões de Washington vêem com preocupação, pelas questões profundamente populares e anti-imperialistas que as FARC-EP colocaram em cima da mesa de negociações (reforma agrária, fim das privatizações, combate ao desemprego e à corrupção, etc.). O objectivo dos EUA é evidente: reforçar a capacidade militar do exército colombiano e dos seus aliados paramilitares, para tentar forçar as FARC-EP a negociar numa posição militar enfraquecida, enquanto continua o massacre de dirigentes do movimento popular (mais de cem desde o início de 2000).

O narcotráfico é apenas a desculpa humanitária que hoje justifica perante a opinião pública norte-americana o actual envolvimento militar na Colômbia, e amanhã dará cobertura à intervenção militar directa do imperialismo norte-americano no seu «quintal», como disse o congressista David Obey, do Wisconsin, ao afirmar que «corremos o risco de passarmos mais de uma década gastando milhões de dólares na Colômbia, e vermos-nos obrigados no final a enviar tropas para esse país».

Agressão à Jugoslávia debatida em Belgrado

• Miguel Urbano Rodrigues

Um manto de silêncio envolve a Conferência Internacional que a partir de amanhã terá por sede Belgrado e onde serão debatidas as consequências da agressão da NATO à Jugoslávia.

A agenda inclui entre outros itens a nova ordem mundial, a globalização neoliberal, as características da agressão da NATO, o papel desempenhado pelos media, os crimes cometidos pelas potências participantes na agressão, o uso de armas proibidas, a marginalização da ONU, o desrespeito pelo Direito Internacional, e os efeitos ecológicos da guerra.

para os Refugiados avaliou em apenas 4 mil o número de refugiados.

A tragédia autêntica foi posterior e atingiu não os albanos-kosovares, mas os sérvios da região, perseguidos e expulsos com a cumplicidade das forças do KFOR. O total de pessoas de diferentes nacionalidades forçadas a refugiar-se na Sérvia atinge cerca de meio milhão.

Creio que somente com o transcorrer dos anos será possível iluminar bem o comportamento covarde da grande maioria dos intelectuais europeus. Uma parcela significativa, incluindo muitos que se situam na Esquerda, adoptou desde o início posturas ambíguas

perante a grande mentira.

Alguns chegaram ao extremo de alinhar com a atitude de Lionel Jospin, justificando o ataque à Jugoslávia em nome da defesa da civilização.

Outros, a maioria, condenaram os bombardeamentos, mas sentiram a necessidade de acompanhar as suas restrições à agressão comandada pelos EUA de críticas em que assumiam o núcleo do discurso da grande mentira sobre a limpeza étnica.



Esta Conferência/Seminário é muito importante porque vem romper inibições paralisantes. O imperialismo conseguiu até agora impedir que a solidariedade com a Jugoslávia assumisse em escala mundial as proporções que a monstruosidade da agressão justificava. Essa vitória resultou de dois factores conjugados: 1. A campanha de desinformação mediática desencadeada atingiu em grande parte o objectivo, tal como na Guerra do Golfo. A tese do genocídio dos albanos-kosovares foi imposta como se fora uma realidade comprovada. 2. A covardia dos intelectuais do Ocidente contribuiu muito para que a manipulação mediática funcionasse em benefício da estratégia imperial.

A grande mentira

Presentemente existe uma documentação que pulveriza as inverdades difundidas para criar na consciência social as condições imprescindíveis à agressão. Mas os factos continuam a ser pouco conhecidos. Jorge Cadima, num artigo publicado no «Militante», recorda que a própria revista «Time», no ano anterior, reconhecia que não havia indícios no Kosovo de «genocídio ou limpeza étnica» e que na ausência de «uma vaga de refugiados atravessando as fronteiras internacionais para a vizinha Albânia ou para a Macedónia então haverá ainda menos possibilidades de uma intervenção internacional». Foi necessário desencadear uma gigantesca ofensiva de manipulação da opinião pública assente em calúnias para forjar a atmosfera que permitiu a agressão.

A limpeza étnica teve carácter ficcional. Três dias após o início dos bombardeamentos, a Comissão da ONU

Cumplicidades

A própria insistência na polarização das críticas sobre a NATO, esquecendo que o seu papel foi instrumental, deixou transparecer a timidez na afirmação da verdade. Responsabilizar a NATO, omitindo referências ao sistema de poder dos EUA que concebeu e desencadeou a agressão, foi para muitos intelectuais uma maneira de evitar a condenação frontal da estratégia de dominação norte-americana.

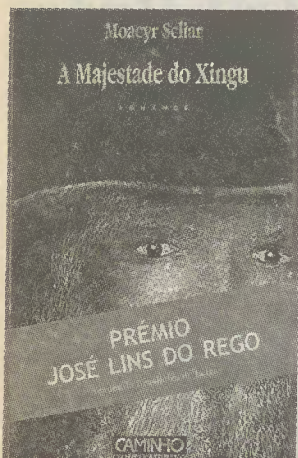
Raras vezes no caminho da humanidade a *intelligentsia* não esteve do lado certo. Desta vez cumpria-lhe ser solidária com um povo vítima de uma agressão gratuita. E não o fez. Enredou-se em argumentos, contradições e sofismas que favoreceram o agressor. Num planeta ameaçado por uma estratégia de dominação planetária irracional a maioria dos intelectuais do Ocidente tornou-se cúmplice da cruzada anti-Jugoslávia, engolindo a grande mentira do genocídio no Kosovo. De repente esqueceram-se crimes reais contra os direitos humanos que ante a indiferença dos EUA (e por vezes com o seu apoio político, financeiro e militar) atingem numerosos povos da África, Ásia e América Latina.

Indesculpavelmente, intelectuais respeitáveis descobriram que no pequeno Kosovo, aí sim, havia uma causa que era de toda a humanidade e justificava o bombardeamento selvático de uma nação pacífica.

Engoliram uma mentira em que, afinal, não acreditavam.

A Conferência de Belgrado, por limitado que seja o eco dos seus debates, terá o mérito de alertar a consciência democrática da humanidade para verdades que incomodam os responsáveis pela tragédia que se abateu sobre o povo da Jugoslávia.

Livros



A Majestade do Xingu

Infelizmente, hoje em dia, quando entre nós se fala do Brasil, o que é mais fácil de nos sair à esquina da memória são as telenovelas. Toneladas de telenovelas, onde a qualidade se não ganha na quantidade, antes se perde, se extravia. Nem sequer deixa, como já foi o caso, um rasto que possa seguir-se e encontrar, antes de cada episódio, a memória de uma leitura, remetendo o espectáculo e o entretenimento para uma forma de arte, a literatura, que já teve, por cá, muito mais gente atenta ao que no Brasil se escreve. Por isso, sempre que surge um livro escrito do outro lado do mar, onde cresceu, em Português, uma «outra» língua, em cinco séculos de fermentação e vida, a gente pára para ver como é.

E essa curiosidade às vezes vale a pena. Como é hoje o caso, com este livro de Moacyr Scliar, publicado pela Caminho, na colecção *Uma Terra sem Amos*, que nos faz percorrer - é um convite que gostosamente se aceita desde as primeiras páginas - décadas de Brasil, acompanhando as recordações de um imigrante que ainda criança, em 1921, chega ao grande país e o vive, como muitos brasileiros o fizeram e fazem, construindo-o e sofrendo-o.

Sobre o autor - Moacyr Scliar, de quem a Caminho já havia publicado outro livro, *O Centauro no Jardim* -, nasceu em 1937, em Porto Alegre, e a sua vasta obra abarca não apenas o romance, estende-se pelo ensaio e pelo conto. Com este *A Majestade do Xingu*, recebe o autor mais um prémio, desta vez o *Prémio José Lins do Rego*, atribuído pela *Academia Brasileira de Letras*. Mas isto é apenas uma referência. Com prémio ou sem ele, trata-se de um excelente romance, que nos aproxima muito mais intimamente da realidade e da história do Brasil de que conhecemos quase só o sotaque.

Crónicas da Idade Média

• Ruben de Carvalho

Memória

A Biblioteca Museu Republicana e Resistência tem em exibição uma interessante exposição dedicada ao Canto de Intervenção em Portugal no período de 1960 a 1974. O mais interessante é contudo o livro sob o mesmo tema da autoria de Eduardo M. Raposo editado enquanto catálogo e que reúne uma das mais completas documentações sobre o determinante contributo que vozes como Zeca Afonso, Adriano Correia de Oliveira e tantos outros deram à luta pela liberdade. Aqui se reproduzem três dos documentos ali divulgados. Puros officios, escritos de gélida frieza, memórias bem significativas de um quotidiano de repressão minuciosa, de burocrática violência, memórias recordando que o «anterior regime» dos assépticos discursos que hoje vão à luta das ideias era um fascismo que até canções perseguia.

REPÚBLICA DO PORTUGAL
SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO
SERVIÇO DA REPÚBLICA
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE CENSURA
Ex.º Sr.
Director da Polícia Internacional e de Defesa do Estado
LISBOA

Em cumprimento de despacho de Sua Ex.ª o Secretário de Estado da Informação e Turismo, tenho a honra de solicitar de V. Ex.ª se digne determinar que, pela Polícia da sua mui digna Direcção, sejam urgentemente apreendidos os invólucros do disco - TAGUS - TG - 121 - TROVAS - de MANUEL FREIRE -, que contem a canção - "O SANGUE NÃO DA FLOR", devendo também ser apreendidos os discos que estão dentro dos referidos invólucros.

Nesta data, faz-se ainda a comunicação a todos os emissores particulares de rádiodifusão da proibição do disco em referência.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex.ª os meus melhores cumprimentos.

Manuel Augusto Bocente de Paiva Freire
Lisboa, 8 de Março de 1969.
A bem da Nação
O DIRECTOR

SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO
SERVIÇOS DE CENSURA

PARALELAMENTE A ESTA ACTIVIDADE EM QUE OS ELEMENTOS DA OPOSIÇÃO SE TÊM EMPENHADO, OUTRA SE TEM ASSINALADO, ESTA COM O ASPECTO DE JORNADAS E SESSÕES CULTURAIS, ONDE, ATRAVÉS DA BALADA E DA FOESIA, SE PROCURA INCUTIR NO ESPÍRITO DAS POPULAÇÕES, ESPECIALMENTE NA CAMADA JÓVEM, A REJEIÇÃO PELA OBRA DO GOVERNO E PELA LUTA QUE NOS É IMPOSTA NO ULTRAMAR.

COM MAIOR INCIÊNCIA TÊM TIDO PAPEL PREPONERANTE NESSE SETOR DE ACTIVIDADES OS INDIVÍDUOS A SEGUIR INDICADOS:

PAIPE FRANCISCO JÚLIO AMORIM VANHAIIS
JOSÉ MANUEL CERQUEIRA AFONSO DOS SANTOS - "ZECA AFONSO"
CARLOS PAREDES
JOSÉ BARATA MOURA
MANUEL FREIRE
ARY DOS SANTOS
ADRIANO CORREIA DE OLIVEIRA
RUI PATO
DINIS CINTRA
ANTÓNIO BRAGA

LISBOA, 11 DE JUNHO DE 1970

SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO
DIRECÇÃO-GERAL DA CULTURA POPULAR E ESPECTÁCULOS
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESPECTÁCULOS

Of. nº. 1130/70
Ref.ª DSE/EV

Ex.º. Senhor

Delegado da Direcção dos Serviços de Espectáculos



CONFIDENCIAL

Verifica-se, com certa frequência, a realização de espectáculos - algumas vezes até clandestinos - com intenções nem sempre desprovidas de tendências de carácter político social.

Nesses espectáculos, têm sido apresentadas canções cujas letras não foram submetidas à apreciação da Comissão de Exame e Classificação dos Espectáculos. Está, neste caso, a maioria das "baladas" que traduzem ideias de contestação, de pacifismo, de reivindicações sociais, como forma de luta contra as instituições vigentes e sobretudo contra a posição portuguesa no Ultramar.

Haverá, assim, que prestar a maior atenção aos programas e não conceder os vistos sem consulta prévia aos Serviços Centrais.

A título de mero exemplo, indicam-se alguns nomes de intérpretes que surgem com mais frequência, na sua qualidade de amadores e sem reportórios autorizados, a cujos programas não deve ser concedido o visto:

Padre Francisco Fanhais
Zeca Afonso (Dr. José Afonso)
Barata Moura
Adriano Correia de Oliveira
Manuel Freire
etc...

Apresento a V. Ex.ª os meus melhores cumprimentos.

A bem da Nação

Lisboa, 23 de Abril de 1970

O DIRECTOR DOS SERVIÇOS DE ESPECTÁCULOS

a) Ilegível

SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO
DIRECÇÃO-GERAL DE SEGURANÇA



AUTO DE BUSCA E APREENSÃO

Aos quatro dias do mês de Outubro do ano de mil novecentos e setenta e um, nesta localidade de Caxias e Direcção de Serviços de Investigação e Contencioso da Direcção-Geral de Segurança, onde se encontrava o Chefe de Brigada, Senhor José Luís Inácio Afonso, comigo Celso de Oliveira Russo, agente servindo de es-
crivo, na presença das testemunhas José Inácio da Conceição e António de Melo e Silva, ambos também agentes, todos da referida Direcção-Geral, foi feita uma busca à bagagem do arguido JOSÉ MANUEL CERQUEIRA AFONSO DOS SANTOS, afim de apreender documentos ou objectos de interesse para a matéria dos autos.

E finda ela, foi apreendido o seguinte: UM livro com o título "TERRORISME ET COMMUNISME"; DUAS folhas de papel contendo a letra de uma canção, com o título "NA RUA ANTONIO MARIA"; UMA folha com a letra de uma canção intitulada "MORTE OLÉRGICA"; e UMA folha contendo apontamentos manuscritos que começam por "VEJAM BEM".

E para constar se lavrou o presente auto, que vai ser assinado por ele Chefe de Brigada, pelo arguido, pelas testemunhas a portar, e por mim, agente, que o dactilografei e reví.

Manuel Cerqueira Afonso dos Santos
José Luís Inácio Afonso
Celso de Oliveira Russo
José Inácio da Conceição
António de Melo e Silva

100 000. - T. E. C. P. L.

Internet

• Jorge Figueiredo

Existe a crítica literária, de cinema, de teatro, de desporto, de touros e de quase tudo o mais — mas ainda é relativamente raro uma crítica de **Internet**. Isso não significa que não se fale ou não se escreva sobre a **Internet**. Nunca se escreveu tanto como agora. Hoje em dia a **Internet** tornou-se omnipresente na comunicação social. No entanto, grande parte daquilo que se vai escrevendo é com intuítos publicitários ou para divulgar/explicar tecnicidades. As análises e descrições dos últimos desenvolvimentos tecnológicos, em matéria de *soft* e *hardware*, encontram-se por toda a parte. Basta dar uma olhadela nas revistas de informática ou em qualquer jornal de fim-de-semana.

Então, o que é que está mal? Na minha modesta opinião, está a faltar uma análise crítica de outras dimensões da **Internet**. Refiro-me sobretudo a dois aspectos. Um tem a ver com as questões filosóficas, políticas, sociais e ideológicas deste novo meio de comunicação. Trata-se de uma revolução tecnológica com poderosos reflexos na superestrutura

O monitor da rede

Como esta é uma primeira crónica, de uma série que terá sequência, convém deixar claro desde o início o que se pretende e o que não se pretende. Não se pretende cair no didactismo, que aborrece quem lê e pouco faz pelo avanço do conhecimento. Assim, quem quiser iniciar-se na **Internet** será melhor consultar um dos muitos e bons manuais já existentes na praça. Tampouco pretende-se, num espaço de 75 linhas, divulgar/analisar novas técnicas, apetrechos, desenvolvimentos, soluções, descobertas ou invenções relacionadas com o vasto oceano da **Internet**. Estes surgem, em catadupa, nos muitos «mares» da **Internet** (o do *email* e do *web* são só os principais, há outros).

Dessa forma, o objectivo a atingir é simplesmente discutir algumas questões de ordem filosófica ou de acção política e divulgar o que houver de mais interessante na rede. Idealmente esta coluna deveria funcionar com interactividade, através do *email*. Espero portanto que haja retroalimentação (por que dizer *feedback* quando há uma palavra em português?) por parte dos leitores. As questões de interesse geral serão abordadas aqui. Aquelas mais específicas responderei por *email*, enquanto isto for comportável (só em Portugal cerca de um milhão de pessoas já têm acesso à **Internet**).

MONTHLY REVIEW

May 1998

Why Socialism?
by Albert Einstein

This essay was originally published in the *Monthly Review* (May 1949).

Is it advisable for one to express views on a number of reasons that...

Let us first consider knowledge. It might be methodological difficulties in both fields...

make the interconnection understandable as possible differences do exist...

very hard to evaluate superiority...

has accumulated since the beginning of the so-called civilized period...

limited by causes which are by no means exclusively economic in nature...

themselves, legally and economically, as the privileged class of the...

land ownership and appointed a priesthood from among their own ranks...

the class division of...

the class division of...

the class division of...

the class division of...

the class division of...

the class division of...

the class division of...

the class division of...

the class division of...

the class division of...

the class division of...

the class division of...

the class division of...

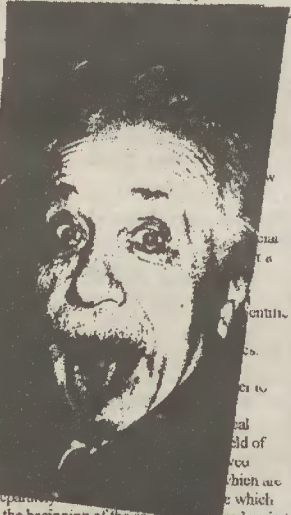
the class division of...

the class division of...

the class division of...

the class division of...

the class division of...



Sítio da Semana

Fundada há 50 anos por Paul Sweezy, Leo Huberman e Paul Baran, a *Monthly Review* foi e é um exemplo de integridade intelectual, análise marxista criadora e comprometimento com a luta dos trabalhadores. Desde o princípio foi uma revista de contra-corrente. Nasceu logo no princípio da guerra fria, em meio a histeria anticomunista. Enfrentou com dignidade os piores tempos do macartismo e continuou sempre, até hoje, a declarar-se marxista e a apresentar análises económicas (e não só) originais e penetrantes.

O sítio web da *Monthly Review* pode ser visitado em: <http://www.monthlyreview.org/index.html>

Este sítio é de certa forma um compromisso entre os interesses comerciais da revista e a vontade de divulgá-la. Se o sítio apresentasse tudo o que contém a publicação, poderia deixar de vender a edição em papel — o que acabaria por comprometer a sua viabilidade económica. Mesmo assim, apresentam-se ali artigos muito importantes. Tem interesse ler o de Albert Einstein (sim, o grande cientista) que publicou logo no primeiro número da *Monthly Review* (1949) um artigo em defesa do socialismo («Por que o socialismo?»). Os artigos da sua nova editora, Ellen Meiksins Wood, uma mulher brilhante, têm sempre interesse. O sítio permite ainda efectuar encomendas *on line* dos livros publicados pela *Monthly Review Press*. Vale a pena registar este sítio nas nossas *bookmarks*.

Comentários a este texto devem ser dirigidos a: [<jfigueiredo@apexmail.com>](mailto:jfigueiredo@apexmail.com)

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Pensar em voz alta

Morte anunciada

Em cada ano abatem no Amazonas uma área equivalente à de Portugal continental.

Ponto de ordem à mesa: isto não é um poema. Quando muito é prefácio para um epitáfio.

Histórias...

Disseram que a História acabou ontem.

Entretanto os nossos pés continuam deixando as suas marcas.

Entretanto escrevo mais um verso.

Na era do transistor

As máquinas fazem tudo. Cada vez a mão-de-obra menos, menos.

Gente para a sucata.

Ora ela pode não estar pelos ajustes.

Faz ou não faz sentido a Revolução?

Eis a questão

Daremos um dia as mãos às árvores aos rios aos pássaros. Às estrelas, até.

É preciso escolher entre isto e o suicídio prometido.

Então? A Revolução faz ou não faz sentido?

Actual

Globalização. Aquilo que era o imperialismo. Realmente, a palavra soava mal aos ouvidos de súbito mais sensíveis.

O poema, por acaso, ia falar da guerra só que, pra não ferir sensibilidades, lhe faltou a palavra conveniente.

Eureka! Globalização serve perfeitamente.

A luta

Camarada. A palavra mantém toda a magia de acordo com o dia na alvorada.

Bom dia, camarada.

Cartoon

• Monginho



Artes Plásticas

• Manuel Augusto Araújo

Entra-se. Percorrem-se as salas, rapidamente. Nada incomoda a possível compreensão daquelas imagens penduradas nas paredes ou do papel de parede que ocupa grandes superfícies. Nem o vaivém permanente das pessoas, nem o ruído da constante desatenção. Nada rigorosamente nada causa ali a menor perturbação. Nem mesmo a arquitectura resiste. Uma avassaladora vulgaridade apoderou-se dos espaços, normalizou-os.

Tudo aqui tem um ar artificial, detergentado, inodoro. Tudo é excessivamente ligeiro, casual, mesmo absurdo. Sai-se como se entra. É o grau zero do olhar que, volte-se para onde se voltar, não encontra um único motivo para se deter.

Poderia ser essa a intenção desta exposição. Evidenciar que o espaço do museu se podia dessacralizar comportando a banalidade dos objectos expostos que balizaria a errância do olhar distraído, do olhar normalizado de todos os dias, fazendo a equivalência entre este e um outro espaço qualquer.

As imagens repetem-se ou são repetíveis até à exaustão aparentemente para que *«as coisas sejam exactamente as mesmas muitas e muitas vezes (...) quanto mais se olha para a mesma coisa, exactamente igual, mais o significado desaparece e mais uma pessoa se sente*



Warhol em Serralves *Fast-«arte»*

vazia» (Andy Warhol). Na realidade nunca como aqui se atingiu um tão elevado grau de fetichização. O original não se distingue da reprodução. Tudo é verdadeiro porque tudo é falso. Não é possível distinguir o objecto matriz do objecto reproduzido. O que é mostrado adquire certificado de exclusividade que é a negação da sua reprodução mecânica. Tudo se vende como se fosse original e tudo está rigorosamente protegido por direitos, que se pagam e são muito bem pagos, cumprindo o grande objectivo de Warhol *«a melhor arte é um bom negócio»*. É o grande negócio de vender pedaços de vidro como diamantes montado em vida e se prolonga pós-morte através da fundação Warhol que fabrica estes sucessos mundanos que são parte do brilho falso das «verdades» da ideologia dominante.

A gigantesca mistificação que a produção «artística» de Andy Warhol é, tem uma virtude inultrapassável: constitui o retrato mais hiper-realista de uma época e de uma sociedade. Este é de facto o seu «artista». Não o único, mas o mais emblemático. No catálogo da exposição o texto de Germaine Celant, o seu comissário, não desilude. Depois de considerar que *«não é modo algum possível regressar às perspectivas moralistas e maniqueístas de uma arte empenhada e utópica (...) a única possibilidade é adoptar um posto de vista cínico e desiludido, estranho aos valores propositivos e positivos, que conduz à ausência de alternativas»* afirma que Warhol é o Marx da pop-art porque *«derruba e revoluciona as imagens do trabalhador artístico, uma vez que o coloca ao mesmo nível do homem de negócios, do divo», etc., etc., e «porque torna equivalentes os papéis e as funções entre arte e trabalho quotidiano, suburbano ou global,*

introduzindo no sistema bem-pensante da arte a perturbação do abandono e do «glamour», da fadiga e do aborrecimento, entre o prazer e o jogo».

Vários equívocos estão aqui implícitos. O maior é o de insinuar que Warhol está na continuidade de Duchamp sem se referir que os objectivos são opostos. Duchamp quando indiferencia os objectos fazendo-os entrar na lógica do museu, quer destruir ironicamente os seus alicerces. Descobrir a arte num objecto qualquer, fazer entrar um urinol no museu era uma provocação aos valores desta sociedade e um gesto que eliminava a separação hierárquica entre a arte e a vida em nome do homem total. Warhol, no pólo oposto, é um serventário do poder, produz contrafacções de objectos artísticos porque o homem e os objectos só lhe interessam como negócio. Ele é o comerciante de Brecht que não sabe o que é o arroz, do arroz só conhece o preço. É uma das personificações da negação da utopia, da possibilidade de Revolução, do salto dialéctico na História, preconizado por Marx, onde todos os homens seriam poetas e estariam prontos a reiniciarem a história, a sua história. Esta exposição é representativa do desejo fim da história, do esvaziamento da vida social e política pela sua encenação em espectáculo. Imagem real de uma época em que se multiplicam os sinais, dos mais grosseiros aos mais subtis, de repressão da variedade humana, produzindo uma personalidade generalizadamente mais pobre, menos pensante, mais previsível e unidimensional, como convém à engenharia social das classes dominantes e ao pensamento único imposto pelo do poder político por ora triunfante e crente na sua eternidade.

Pontos Cardeais

A adesão

Nuno Cardoso, actual presidente da Câmara Municipal do Porto, aderiu ao PS e, com isso, levantou uma tempestade na direcção do PS/Porto. Dirigentes do PS nortenho devidamente não identificados mas abundantemente citados na imprensa classificaram esta adesão de «clandestina», «surrealista» e até «chocante», ao que o novel militante responde que tudo se resumiu a «um processo discreto, que era aquilo que eu queria», acrescentando que a sua adesão ao PS «era para nem sequer se saber», o que parece ser confirmado pelo original tramitação do processo: «Assinei o papel na quarta-feira», diz Cardoso, «na quinta o dr. Gomes levou-a para baixo (leia-se Lisboa) e o secretário-geral assinou-a. Não dou grande importância a isso».

E não deve dar. Pelo menos, não dará importância aos estatutos do PS a que aderiu. Nem ele, nem Fernando Gomes, que o propôs, nem António Guterres, que lhe assinou a ficha de inscrição, se considerarmos que os estatutos do PS determinam que qualquer ficha de inscrição deve ser enviada para a secção de residência do militante proposto, onde é afixada durante um mês e, só após esse período, se não surgirem objecções, é que a ficha é remetida para a sede do partido que, por sua vez, emite o cartão de militante...

Trabalhos médicos

Se as salas de operações dos hospitais de Estado, «que têm média de ocupação inferior a quatro horas diárias, funcionassem mais duas horas, era possível acabar com as listas de espera num ano». Estas afirmações, citadas no Diário de

Notícias, são do Professor da Faculdade de Medicina de Coimbra, Manuel Antunes, que provou esta sua tese da maneira mais convincente: aplicando-a no próprio serviço que chefia - o Serviço de Cirurgia Cardiorácica dos Hospitais da Universidade de Coimbra - conseguindo o «prodígio» (o termo é este, dado o sinistro panorama nacional) de acabar com as listas de espera nesse seu serviço! Acrescenta o Professor Manuel Antunes que «os médicos têm de trabalhar nos hospitais oito, nove os 10 horas, que é, afinal, o que eles costumam fazer, só que dividem esse seu tempo por vários locais».

Ora aqui estão os factos, nus e crus, apresentados por quem os conhece com saber de experiência feito. Parece que só o Governo é que não vê o óbvio...

Culturas

O centro cultural que a pianista Maria João Pires está a erguer na sua quinta em Castelo Branco encontra-se em maus lençóis e à beira de ficar inviabilizado, se o Governo não conceder o prometido apoio de 200 mil contos até ao final deste mês. Em entrevista ao Público, a grande pianista diz que, sem essa verba, o centro nem sequer arrancará, apesar de o programa dos primeiros cursos já estar definido. A artista pormenoriza: «Só andámos para a frente porque houve uma promessa feita pelo Governo. O ministro da Cultura já deu a sua resposta positiva. Mas o da Educação, não». E é neste alçapão burocrático que o projecto ameaça soçobrar.

Esperemos que o Primeiro-Ministro resolva rapidamente a questão, quanto mais não seja para fazer juz ao seu tão proclamado orgulho em ser um filho de Castelo Branco...

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Artigo definido; expediente; untura, para os navios, feita de gordura ou óleo de peixe; depois de Cristo (abrev.). 2 - Rompimento; auroque; trama. 3 - A si mesmo; dama de companhia; por ext. o espaço celeste; a tua pessoa. 4 - Pessoa ou designativo da pessoa estrábica, vesga; inundar. 5 - Que exprime admiração, dor, alegria, etc; pedra de amolar; gemido de agonia; escudeiro. 6 - Contr. da prep. a com o art. def. o; pintar com cal; víscera dupla. 7 - Antigo peso de Malaca; uma dezena; o meridiano; mau. 8 - Minha; miri; palavra havaiana que designa lavas ásperas e escoriáceas. 9 - Renque; botras; ruim; príncipe ou comandante mongol ou persa. 10 - Desgosto; lâ proveniente desses animais. 11 - Contr. da prep. em com o artigo a; traje para solenidades; partícula que, no antigo dialecto do Norte de França, significava sim; observei. 12 - Asa; espécie de sapo da região do Amazona; trapaça ou logro ao jogo. 13. Lanugem de algumas plantas; extraordinário; cais; designa dor, admiração, repugnância.

VERTICAIS: 1 - Atmosfera; espadim; trivial. 2 - Pedido de socorro no mar; antes do meio dia; galanteador. 3 - Cútiis; coisa aflitiva. 4 - Designa nojo ou desprezo; padrão, assalariar. 5 - Antepenúltimo planeta do nosso sistema solar; altar. 6 - Fronteira; uma centena; dar asas a. 7 - Oficial de justiça; argola. 8 - Naquele lugar; graceje. 9 - Greda branca; relativo a oásis. 10 - Letra do alfabeto grego, correspondente ao i; aguardente de melão; corcunda. 11 - Aquela de quem se fala; brando. 12 - Seduzir; nome de uma árvore terebintácea cuja casca serve para aromatizar o vinho; a ti. 13 - Leito de corrente, fundo e estreito; insignificância. 14 - Fortuna; nota musical; pau-ferro. 15 - Capital do Egipto; o rei da selva; grito de dor.

SOLUÇÃO:
 HORIZONTAIS: 1 - As; furo; cila; DC. 2 - Rutar; ur; tea. 3 - Se; aia; eia; 4 - Lot; rum; giba. 10 - Lot; rum; giba. 11 - Ela; moiar. 12 - Altr; aar; te. 13 - Altr; aar; te. 14 - Ela; moiar. 15 - Ela; moiar. 16 - Ela; moiar. 17 - Ela; moiar. 18 - Ela; moiar. 19 - Ela; moiar. 20 - Ela; moiar. 21 - Ela; moiar. 22 - Ela; moiar. 23 - Ela; moiar. 24 - Ela; moiar. 25 - Ela; moiar. 26 - Ela; moiar. 27 - Ela; moiar. 28 - Ela; moiar. 29 - Ela; moiar. 30 - Ela; moiar. 31 - Ela; moiar. 32 - Ela; moiar. 33 - Ela; moiar. 34 - Ela; moiar. 35 - Ela; moiar. 36 - Ela; moiar. 37 - Ela; moiar. 38 - Ela; moiar. 39 - Ela; moiar. 40 - Ela; moiar. 41 - Ela; moiar. 42 - Ela; moiar. 43 - Ela; moiar. 44 - Ela; moiar. 45 - Ela; moiar. 46 - Ela; moiar. 47 - Ela; moiar. 48 - Ela; moiar. 49 - Ela; moiar. 50 - Ela; moiar. 51 - Ela; moiar. 52 - Ela; moiar. 53 - Ela; moiar. 54 - Ela; moiar. 55 - Ela; moiar. 56 - Ela; moiar. 57 - Ela; moiar. 58 - Ela; moiar. 59 - Ela; moiar. 60 - Ela; moiar. 61 - Ela; moiar. 62 - Ela; moiar. 63 - Ela; moiar. 64 - Ela; moiar. 65 - Ela; moiar. 66 - Ela; moiar. 67 - Ela; moiar. 68 - Ela; moiar. 69 - Ela; moiar. 70 - Ela; moiar. 71 - Ela; moiar. 72 - Ela; moiar. 73 - Ela; moiar. 74 - Ela; moiar. 75 - Ela; moiar. 76 - Ela; moiar. 77 - Ela; moiar. 78 - Ela; moiar. 79 - Ela; moiar. 80 - Ela; moiar. 81 - Ela; moiar. 82 - Ela; moiar. 83 - Ela; moiar. 84 - Ela; moiar. 85 - Ela; moiar. 86 - Ela; moiar. 87 - Ela; moiar. 88 - Ela; moiar. 89 - Ela; moiar. 90 - Ela; moiar. 91 - Ela; moiar. 92 - Ela; moiar. 93 - Ela; moiar. 94 - Ela; moiar. 95 - Ela; moiar. 96 - Ela; moiar. 97 - Ela; moiar. 98 - Ela; moiar. 99 - Ela; moiar. 100 - Ela; moiar. 101 - Ela; moiar. 102 - Ela; moiar. 103 - Ela; moiar. 104 - Ela; moiar. 105 - Ela; moiar. 106 - Ela; moiar. 107 - Ela; moiar. 108 - Ela; moiar. 109 - Ela; moiar. 110 - Ela; moiar. 111 - Ela; moiar. 112 - Ela; moiar. 113 - Ela; moiar. 114 - Ela; moiar. 115 - Ela; moiar. 116 - Ela; moiar. 117 - Ela; moiar. 118 - Ela; moiar. 119 - Ela; moiar. 120 - Ela; moiar. 121 - Ela; moiar. 122 - Ela; moiar. 123 - Ela; moiar. 124 - Ela; moiar. 125 - Ela; moiar. 126 - Ela; moiar. 127 - Ela; moiar. 128 - Ela; moiar. 129 - Ela; moiar. 130 - Ela; moiar. 131 - Ela; moiar. 132 - Ela; moiar. 133 - Ela; moiar. 134 - Ela; moiar. 135 - Ela; moiar. 136 - Ela; moiar. 137 - Ela; moiar. 138 - Ela; moiar. 139 - Ela; moiar. 140 - Ela; moiar. 141 - Ela; moiar. 142 - Ela; moiar. 143 - Ela; moiar. 144 - Ela; moiar. 145 - Ela; moiar. 146 - Ela; moiar. 147 - Ela; moiar. 148 - Ela; moiar. 149 - Ela; moiar. 150 - Ela; moiar. 151 - Ela; moiar. 152 - Ela; moiar. 153 - Ela; moiar. 154 - Ela; moiar. 155 - Ela; moiar. 156 - Ela; moiar. 157 - Ela; moiar. 158 - Ela; moiar. 159 - Ela; moiar. 160 - Ela; moiar. 161 - Ela; moiar. 162 - Ela; moiar. 163 - Ela; moiar. 164 - Ela; moiar. 165 - Ela; moiar. 166 - Ela; moiar. 167 - Ela; moiar. 168 - Ela; moiar. 169 - Ela; moiar. 170 - Ela; moiar. 171 - Ela; moiar. 172 - Ela; moiar. 173 - Ela; moiar. 174 - Ela; moiar. 175 - Ela; moiar. 176 - Ela; moiar. 177 - Ela; moiar. 178 - Ela; moiar. 179 - Ela; moiar. 180 - Ela; moiar. 181 - Ela; moiar. 182 - Ela; moiar. 183 - Ela; moiar. 184 - Ela; moiar. 185 - Ela; moiar. 186 - Ela; moiar. 187 - Ela; moiar. 188 - Ela; moiar. 189 - Ela; moiar. 190 - Ela; moiar. 191 - Ela; moiar. 192 - Ela; moiar. 193 - Ela; moiar. 194 - Ela; moiar. 195 - Ela; moiar. 196 - Ela; moiar. 197 - Ela; moiar. 198 - Ela; moiar. 199 - Ela; moiar. 200 - Ela; moiar. 201 - Ela; moiar. 202 - Ela; moiar. 203 - Ela; moiar. 204 - Ela; moiar. 205 - Ela; moiar. 206 - Ela; moiar. 207 - Ela; moiar. 208 - Ela; moiar. 209 - Ela; moiar. 210 - Ela; moiar. 211 - Ela; moiar. 212 - Ela; moiar. 213 - Ela; moiar. 214 - Ela; moiar. 215 - Ela; moiar. 216 - Ela; moiar. 217 - Ela; moiar. 218 - Ela; moiar. 219 - Ela; moiar. 220 - Ela; moiar. 221 - Ela; moiar. 222 - Ela; moiar. 223 - Ela; moiar. 224 - Ela; moiar. 225 - Ela; moiar. 226 - Ela; moiar. 227 - Ela; moiar. 228 - Ela; moiar. 229 - Ela; moiar. 230 - Ela; moiar. 231 - Ela; moiar. 232 - Ela; moiar. 233 - Ela; moiar. 234 - Ela; moiar. 235 - Ela; moiar. 236 - Ela; moiar. 237 - Ela; moiar. 238 - Ela; moiar. 239 - Ela; moiar. 240 - Ela; moiar. 241 - Ela; moiar. 242 - Ela; moiar. 243 - Ela; moiar. 244 - Ela; moiar. 245 - Ela; moiar. 246 - Ela; moiar. 247 - Ela; moiar. 248 - Ela; moiar. 249 - Ela; moiar. 250 - Ela; moiar. 251 - Ela; moiar. 252 - Ela; moiar. 253 - Ela; moiar. 254 - Ela; moiar. 255 - Ela; moiar. 256 - Ela; moiar. 257 - Ela; moiar. 258 - Ela; moiar. 259 - Ela; moiar. 260 - Ela; moiar. 261 - Ela; moiar. 262 - Ela; moiar. 263 - Ela; moiar. 264 - Ela; moiar. 265 - Ela; moiar. 266 - Ela; moiar. 267 - Ela; moiar. 268 - Ela; moiar. 269 - Ela; moiar. 270 - Ela; moiar. 271 - Ela; moiar. 272 - Ela; moiar. 273 - Ela; moiar. 274 - Ela; moiar. 275 - Ela; moiar. 276 - Ela; moiar. 277 - Ela; moiar. 278 - Ela; moiar. 279 - Ela; moiar. 280 - Ela; moiar. 281 - Ela; moiar. 282 - Ela; moiar. 283 - Ela; moiar. 284 - Ela; moiar. 285 - Ela; moiar. 286 - Ela; moiar. 287 - Ela; moiar. 288 - Ela; moiar. 289 - Ela; moiar. 290 - Ela; moiar. 291 - Ela; moiar. 292 - Ela; moiar. 293 - Ela; moiar. 294 - Ela; moiar. 295 - Ela; moiar. 296 - Ela; moiar. 297 - Ela; moiar. 298 - Ela; moiar. 299 - Ela; moiar. 300 - Ela; moiar. 301 - Ela; moiar. 302 - Ela; moiar. 303 - Ela; moiar. 304 - Ela; moiar. 305 - Ela; moiar. 306 - Ela; moiar. 307 - Ela; moiar. 308 - Ela; moiar. 309 - Ela; moiar. 310 - Ela; moiar. 311 - Ela; moiar. 312 - Ela; moiar. 313 - Ela; moiar. 314 - Ela; moiar. 315 - Ela; moiar. 316 - Ela; moiar. 317 - Ela; moiar. 318 - Ela; moiar. 319 - Ela; moiar. 320 - Ela; moiar. 321 - Ela; moiar. 322 - Ela; moiar. 323 - Ela; moiar. 324 - Ela; moiar. 325 - Ela; moiar. 326 - Ela; moiar. 327 - Ela; moiar. 328 - Ela; moiar. 329 - Ela; moiar. 330 - Ela; moiar. 331 - Ela; moiar. 332 - Ela; moiar. 333 - Ela; moiar. 334 - Ela; moiar. 335 - Ela; moiar. 336 - Ela; moiar. 337 - Ela; moiar. 338 - Ela; moiar. 339 - Ela; moiar. 340 - Ela; moiar. 341 - Ela; moiar. 342 - Ela; moiar. 343 - Ela; moiar. 344 - Ela; moiar. 345 - Ela; moiar. 346 - Ela; moiar. 347 - Ela; moiar. 348 - Ela; moiar. 349 - Ela; moiar. 350 - Ela; moiar. 351 - Ela; moiar. 352 - Ela; moiar. 353 - Ela; moiar. 354 - Ela; moiar. 355 - Ela; moiar. 356 - Ela; moiar. 357 - Ela; moiar. 358 - Ela; moiar. 359 - Ela; moiar. 360 - Ela; moiar. 361 - Ela; moiar. 362 - Ela; moiar. 363 - Ela; moiar. 364 - Ela; moiar. 365 - Ela; moiar. 366 - Ela; moiar. 367 - Ela; moiar. 368 - Ela; moiar. 369 - Ela; moiar. 370 - Ela; moiar. 371 - Ela; moiar. 372 - Ela; moiar. 373 - Ela; moiar. 374 - Ela; moiar. 375 - Ela; moiar. 376 - Ela; moiar. 377 - Ela; moiar. 378 - Ela; moiar. 379 - Ela; moiar. 380 - Ela; moiar. 381 - Ela; moiar. 382 - Ela; moiar. 383 - Ela; moiar. 384 - Ela; moiar. 385 - Ela; moiar. 386 - Ela; moiar. 387 - Ela; moiar. 388 - Ela; moiar. 389 - Ela; moiar. 390 - Ela; moiar. 391 - Ela; moiar. 392 - Ela; moiar. 393 - Ela; moiar. 394 - Ela; moiar. 395 - Ela; moiar. 396 - Ela; moiar. 397 - Ela; moiar. 398 - Ela; moiar. 399 - Ela; moiar. 400 - Ela; moiar. 401 - Ela; moiar. 402 - Ela; moiar. 403 - Ela; moiar. 404 - Ela; moiar. 405 - Ela; moiar. 406 - Ela; moiar. 407 - Ela; moiar. 408 - Ela; moiar. 409 - Ela; moiar. 410 - Ela; moiar. 411 - Ela; moiar. 412 - Ela; moiar. 413 - Ela; moiar. 414 - Ela; moiar. 415 - Ela; moiar. 416 - Ela; moiar. 417 - Ela; moiar. 418 - Ela; moiar. 419 - Ela; moiar. 420 - Ela; moiar. 421 - Ela; moiar. 422 - Ela; moiar. 423 - Ela; moiar. 424 - Ela; moiar. 425 - Ela; moiar. 426 - Ela; moiar. 427 - Ela; moiar. 428 - Ela; moiar. 429 - Ela; moiar. 430 - Ela; moiar. 431 - Ela; moiar. 432 - Ela; moiar. 433 - Ela; moiar. 434 - Ela; moiar. 435 - Ela; moiar. 436 - Ela; moiar. 437 - Ela; moiar. 438 - Ela; moiar. 439 - Ela; moiar. 440 - Ela; moiar. 441 - Ela; moiar. 442 - Ela; moiar. 443 - Ela; moiar. 444 - Ela; moiar. 445 - Ela; moiar. 446 - Ela; moiar. 447 - Ela; moiar. 448 - Ela; moiar. 449 - Ela; moiar. 450 - Ela; moiar. 451 - Ela; moiar. 452 - Ela; moiar. 453 - Ela; moiar. 454 - Ela; moiar. 455 - Ela; moiar. 456 - Ela; moiar. 457 - Ela; moiar. 458 - Ela; moiar. 459 - Ela; moiar. 460 - Ela; moiar. 461 - Ela; moiar. 462 - Ela; moiar. 463 - Ela; moiar. 464 - Ela; moiar. 465 - Ela; moiar. 466 - Ela; moiar. 467 - Ela; moiar. 468 - Ela; moiar. 469 - Ela; moiar. 470 - Ela; moiar. 471 - Ela; moiar. 472 - Ela; moiar. 473 - Ela; moiar. 474 - Ela; moiar. 475 - Ela; moiar. 476 - Ela; moiar. 477 - Ela; moiar. 478 - Ela; moiar. 479 - Ela; moiar. 480 - Ela; moiar. 481 - Ela; moiar. 482 - Ela; moiar. 483 - Ela; moiar. 484 - Ela; moiar. 485 - Ela; moiar. 486 - Ela; moiar. 487 - Ela; moiar. 488 - Ela; moiar. 489 - Ela; moiar. 490 - Ela; moiar. 491 - Ela; moiar. 492 - Ela; moiar. 493 - Ela; moiar. 494 - Ela; moiar. 495 - Ela; moiar. 496 - Ela; moiar. 497 - Ela; moiar. 498 - Ela; moiar. 499 - Ela; moiar. 500 - Ela; moiar. 501 - Ela; moiar. 502 - Ela; moiar. 503 - Ela; moiar. 504 - Ela; moiar. 505 - Ela; moiar. 506 - Ela; moiar. 507 - Ela; moiar. 508 - Ela; moiar. 509 - Ela; moiar. 510 - Ela; moiar. 511 - Ela; moiar. 512 - Ela; moiar. 513 - Ela; moiar. 514 - Ela; moiar. 515 - Ela; moiar. 516 - Ela; moiar. 517 - Ela; moiar. 518 - Ela; moiar. 519 - Ela; moiar. 520 - Ela; moiar. 521 - Ela; moiar. 522 - Ela; moiar. 523 - Ela; moiar. 524 - Ela; moiar. 525 - Ela; moiar. 526 - Ela; moiar. 527 - Ela; moiar. 528 - Ela; moiar. 529 - Ela; moiar. 530 - Ela; moiar. 531 - Ela; moiar. 532 - Ela; moiar. 533 - Ela; moiar. 534 - Ela; moiar. 535 - Ela; moiar. 536 - Ela; moiar. 537 - Ela; moiar. 538 - Ela; moiar. 539 - Ela; moiar. 540 - Ela; moiar. 541 - Ela; moiar. 542 - Ela; moiar. 543 - Ela; moiar. 544 - Ela; moiar. 545 - Ela; moiar. 546 - Ela; moiar. 547 - Ela; moiar. 548 - Ela; moiar. 549 - Ela; moiar. 550 - Ela; moiar. 551 - Ela; moiar. 552 - Ela; moiar. 553 - Ela; moiar. 554 - Ela; moiar. 555 - Ela; moiar. 556 - Ela; moiar. 557 - Ela; moiar. 558 - Ela; moiar. 559 - Ela; moiar. 560 - Ela; moiar. 561 - Ela; moiar. 562 - Ela; moiar. 563 - Ela; moiar. 564 - Ela; moiar. 565 - Ela; moiar. 566 - Ela; moiar. 567 - Ela; moiar. 568 - Ela; moiar. 569 - Ela; moiar. 570 - Ela; moiar. 571 - Ela; moiar. 572 - Ela; moiar. 573 - Ela; moiar. 574 - Ela; moiar. 575 - Ela; moiar. 576 - Ela; moiar. 577 - Ela; moiar. 578 - Ela; moiar. 579 - Ela; moiar. 580 - Ela; moiar. 581 - Ela; moiar. 582 - Ela; moiar. 583 - Ela; moiar. 584 - Ela; moiar. 585 - Ela; moiar. 586 - Ela; moiar. 587 - Ela; moiar. 588 - Ela; moiar. 589 - Ela; moiar. 590 - Ela; moiar. 591 - Ela; moiar. 592 - Ela; moiar. 593 - Ela; moiar. 594 - Ela; moiar. 595 - Ela; moiar. 596 - Ela; moiar. 597 - Ela; moiar. 598 - Ela; moiar. 599 - Ela; moiar. 600 - Ela; moiar. 601 - Ela; moiar. 602 - Ela; moiar. 603 - Ela; moiar. 604 - Ela; moiar. 605 - Ela; moiar. 606 - Ela; moiar. 607 - Ela; moiar. 608 - Ela; moiar. 609 - Ela; moiar. 610 - Ela; moiar. 611 - Ela; moiar. 612 - Ela; moiar. 613 - Ela; moiar. 614 - Ela; moiar. 615 - Ela; moiar. 616 - Ela; moiar. 617 - Ela; moiar. 618 - Ela; moiar. 619 - Ela; moiar. 620 - Ela; moiar. 621 - Ela; moiar. 622 - Ela; moiar. 623 - Ela; moiar. 624 - Ela; moiar. 625 - Ela; moiar. 626 - Ela; moiar. 627 - Ela; moiar. 628 - Ela; moiar. 629 - Ela; moiar. 630 - Ela; moiar. 631 - Ela; moiar. 632 - Ela; moiar. 633 - Ela; moiar. 634 - Ela; moiar. 635 - Ela; moiar. 636 - Ela; moiar. 637 - Ela; moiar. 638 - Ela; moiar. 639 - Ela; moiar. 640 - Ela; moiar. 641 - Ela; moiar. 642 - Ela; moiar. 643 - Ela; moiar. 644 - Ela; moiar. 645 - Ela; moiar. 646 - Ela; moiar. 647 - Ela; moiar. 648 - Ela; moiar. 649 - Ela; moiar. 650 - Ela; moiar. 651 - Ela; moiar. 652 - Ela; moiar. 653 - Ela; moiar. 654 - Ela; moiar. 655 - Ela; moiar. 656 - Ela; moiar. 657 - Ela; moiar. 658 - Ela; moiar. 659 - Ela; moiar. 660 - Ela; moiar. 661 - Ela; moiar. 662 - Ela; moiar. 663 - Ela; moiar. 664 - Ela; moiar. 665 - Ela; moiar. 666 - Ela; moiar. 667 - Ela; moiar. 668 - Ela; moiar. 669 - Ela; moiar. 670 - Ela; moiar. 671 - Ela; moiar. 672 - Ela; moiar. 673 - Ela; moiar. 674 - Ela; moiar. 675 - Ela; moiar. 676 - Ela; moiar. 677 - Ela; moiar. 678 - Ela; moiar. 679 - Ela; moiar. 680 - Ela; moiar. 681 - Ela; moiar. 682 - Ela; moiar. 683 - Ela; moiar. 684 - Ela; moiar. 685 - Ela; moiar. 686 - Ela; moiar. 687 - Ela; moiar. 688 - Ela; moiar. 689 - Ela; moiar. 690 - Ela; moiar. 691 - Ela; moiar. 692 - Ela; moiar. 693 - Ela; moiar. 694 - Ela; moiar. 695 - Ela; moiar. 696 - Ela; moiar. 697 - Ela; moiar. 698 - Ela; moiar. 699 - Ela; moiar. 700 - Ela; moiar. 701 - Ela; moiar. 702 - Ela; moiar. 703 - Ela; moiar. 704 - Ela; moiar. 705 - Ela; moiar. 706 - Ela; moiar. 707 - Ela; moiar. 708 - Ela; moiar. 709 - Ela; moiar. 710 - Ela; moiar. 711 - Ela; moiar. 712 - Ela; moiar. 713 - Ela; moiar. 714 - Ela; moiar. 715 - Ela; moiar. 716 - Ela; moiar. 717 - Ela; moiar. 718 - Ela; moiar. 719 - Ela; moiar. 720 - Ela; moiar. 721 - Ela; moiar. 722 - Ela; moiar. 723 - Ela; moiar. 724 - Ela; moiar. 725 - Ela; moiar. 726 - Ela; moiar. 727 - Ela; moiar. 728 - Ela; moiar. 729 - Ela; moiar. 730 - Ela; moiar. 731 - Ela; moiar. 732 - Ela; moiar. 733 - Ela; moiar. 734 - Ela; moiar. 735 - Ela; moiar. 736 - Ela; moiar. 737 - Ela; moiar. 738 - Ela; moiar. 739 - Ela; moiar. 740 - Ela; moiar. 741 - Ela; moiar. 742 - Ela; moiar. 743 - Ela; moiar. 744 - Ela; moiar. 745 - Ela; moiar. 746 - Ela; moiar. 747 - Ela; moiar. 748 - Ela; moiar. 749 - Ela; moiar. 750 - Ela; moiar. 751 - Ela; moiar. 752 - Ela; moiar. 753 - Ela; moiar. 754 - Ela; moiar. 755 - Ela; moiar. 756 - Ela; moiar. 757 - Ela; moiar. 758 - Ela; moiar. 759 - Ela; moiar. 760 - Ela; moiar. 761 - Ela; moiar. 762 - Ela; moiar. 763 - Ela; moiar. 764 - Ela; moiar. 765 - Ela; moiar. 766 - Ela; moiar. 767 - Ela; moiar. 768 - Ela; moiar. 769 - Ela; moiar. 770 - Ela; moiar. 771 - Ela; moiar. 772 - Ela; moiar. 773 - Ela; moiar. 774 - Ela; moiar. 775 - Ela; moiar. 776 - Ela; moiar. 777 - Ela; moiar. 778 - Ela; moiar. 779 - Ela; moiar. 780 - Ela; moiar. 781 - Ela; moiar. 782 - Ela; moiar. 783 - Ela; moiar. 784 - Ela; moiar. 785 - Ela; moiar. 786 - Ela; moiar. 787 - Ela; moiar. 788 - Ela; moiar. 789 - Ela; moiar. 790 - Ela; moiar. 791 - Ela; moiar. 792 - Ela; moiar. 793 - Ela; moiar. 794 - Ela; moiar. 795 - Ela; moiar. 796 - Ela; moiar. 797 - Ela; moiar. 798 - Ela; moiar. 799 - Ela; moiar. 800 - Ela; moiar. 801 - Ela; moiar. 802 - Ela; moiar. 803 - Ela; moiar. 804 - Ela; moiar. 805 - Ela; moiar. 806 - Ela; moiar. 807 - Ela; moiar. 808 - Ela; moiar. 809 - Ela; moiar. 810 - Ela; moiar. 811 - Ela; moiar. 812 - Ela; moiar. 813 - Ela; moiar. 814 - Ela; moiar. 815 - Ela; moiar. 816 - Ela; moiar. 817 - Ela; moiar. 818 - Ela; moiar. 819 - Ela; moiar. 820 - Ela; moiar. 821 - Ela; moiar. 822 - Ela; moiar. 823 - Ela; moiar. 824 - Ela; moiar. 825 - Ela; moiar. 826 - Ela; moiar. 827 - Ela; moiar. 828 - Ela; moiar. 829 - Ela; moiar. 830 - Ela; moiar. 831 - Ela; moiar. 832 - Ela; moiar. 833 - Ela; moiar. 834 - Ela; moiar. 835 - Ela; moiar. 836 - Ela; moiar. 837 - Ela; moiar. 838 - Ela; moiar. 839 - Ela; moiar. 840 - Ela; moiar. 841 - Ela; moiar. 842 - Ela; moiar. 843 - Ela; moiar. 844 - Ela; moiar. 845 - Ela; moiar. 846 - Ela; moiar. 847 - Ela; moiar. 848 - Ela; moiar. 849 - Ela; moiar. 850 - Ela; moiar. 851 - Ela; moiar. 852 - Ela; moiar. 853 - Ela; moiar. 854 - Ela; moiar. 855 - Ela; moiar. 856 - Ela; moiar. 857 - Ela; moiar. 858 - Ela; moiar. 859 - Ela; moiar. 860 - Ela; moiar. 861 - Ela; moiar. 862 - Ela; moiar. 863 - Ela; moiar. 864 - Ela; moiar. 865 - Ela; moiar. 866 - Ela; moiar. 867 - Ela; moiar. 868 - Ela; moiar. 869 - Ela; moiar. 870 - Ela; moiar. 871 - Ela; moiar. 872 - Ela; moiar. 873 - Ela; moiar. 874 - Ela; moiar. 875 - Ela; moiar. 876 - Ela; moiar. 877 - Ela; moiar. 878 - Ela; moiar. 879 - Ela; moiar. 880 - Ela; moiar. 881 - Ela; moiar. 882 - Ela; moiar. 883 - Ela; moiar. 884 - Ela; moiar. 885 - Ela; moiar. 886 - Ela; moiar. 887 - Ela; moiar. 888 - Ela; moiar. 889 - Ela; moiar. 890 - Ela; moiar. 891 - Ela; moiar. 892 - Ela; moiar.

Melhores salários Emprego com direitos Mais valor ao trabalho

A decorrer de 14 de Março a 15 de Abril, esta campanha nacional do PCP de contactos com os trabalhadores prossegue esta semana, designadamente com as seguintes acções e nas localidades indicadas:

Concelho de ALMADA:

Distribuições nas empresas:

Hoje, quinta-feira - JAE, Pão de Açúcar, Confelis, Hospital Garcia de Orta, empresas têxteis do Parque Industrial do Feijó (Promodelo e Têxtil), A. Mateus (Laranjeiro)
Terça-feira, 23 - Barcos de Cacilhas; Lemanto, Mitsubishi, Toyota, Honda, Larbunea (Parque Industrial do Feijó), TST e Motor Tejo; paragens da Cova da Piedade.
Quarta-feira, 29 - Ponte e estação do Pragal, Lisnave; Datsun, RodoSul e Beira Rio (Cova da Piedade)
Quinta-feira, 30 - Sheel, Coopban; Ensul/Meci, Tagol, Petrogal, Esso, EDP, Telecom.
Sábado, 1 de Abril - Mercados do concelho

No distrito de AVEIRO:

Distribuições nas empresas:

Sexta-feira, 24 - Arsopi, Progresso, Cole, Viciada, em Vale de Cambra.
Segunda-feira, 27 - Renault, Portucel, Funfrap, Vulcano, em Aveiro
Terça, 28 - Rohde, Ecco, Amorim e Irmãos, Corticeira Amorim, em Santa Maria da Feira
Quarta, 29 - C.M.O., Cavan, Lusotufu, Sicor, Toyota, Yazaki, Philips, em Ovar. Levira, em Oliveira do Bairro
Quinta-feira, 30 - Oliva, Bertrand Faure, Zona Ind.2, Siaco, em S. João da Madeira.

Concelho do BARREIRO:

Distribuições nas empresas e localidades:

Hoje, quinta-feira - Sete Portais.
Sexta-feira, 24 - Soflusa
Quinta-feira, 30 - Terminal dos barcos, Pingo Doce, Hospital do Barreiro
Sexta-feira, 24 - Soflusa.

Distrito de BRAGANÇA

Distribuições nas empresas:

Quarta-feira, 29 - Empresas do Cachão, Zona Industrial e Centro da Cidade, em Mirandela. Empresas de Construção Civil, Oficinas da Câmara Municipal, Zona Industrial e Centro da Cidade de Bragança

Distrito

de CASTELO BRANCO:

Distribuições nas empresas e localidades:

Sexta-feira, 24 - Massito; Craveiro e Mineiro, no Fundão
Segunda-feira, 27 - Sotima, em Proença-a-Nova. Zona Industrial de Sertão.
Terça-feira, 28 - Fiper, na Covilhã. Confecções Torre, em Belmonte.
Quinta-feira, 30 - A Penteadora, em Unhais da serra.
Sexta-feira, 31 - Empresas têxteis e respectivos Sindicato e Associação Patronal, a partir das 9h30, e debate público às 21h30 - com a participação de Agostinho Lopes

Distrito de COIMBRA:

Distribuições nas empresas:

EDP (Alto de S. João) - Segunda-feira, dia 27; Fapricel - dia 28; Procerã e Probar - dia 29; Cimpor, Apolo Batenete - dia 30; Estaco, Zona da Pedrulha - dia 31.

Distrito da GUARDA:

Distribuições nas empresas:

Segunda-feira, 27 - Trabalhadores do Hospital da Guarda.
Terça-feira, 28 - Fiação Tavares, Delphi, Cartêxtil.
Quarta-feira, 29 - Textilana, Estaleiro CM Seia, Ara
Sexta-feira, 31 - Sotave, Império; Estaleiro da CM de Gouveia; Têxteis da Serra da Estrela; Philmark.

Distrito de LEIRIA:

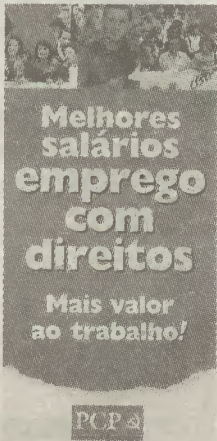
Distribuições nas empresas:

Quinta-feira, 23 - Estaleiros da CM Marinha Grande, Mortensen, Cimpor e Macenam, na Marinha Grande. Atlantis e Spal, em Alcobaça. Roca, em Leiria.
Sexta-feira, 24 - Idal e Frigorífica, no Porto de Pesca de Peniche. Molde, Scala, Bordalo Pinheiro e Promol, em Caldas da Rainha
Quarta-feira, 29 - Secla, Bordalo e outras empresas nas Caldas da Rainha

Distrito de LISBOA:

Distribuições nas empresas:

Quinta-feira, 23 - Carris/Sto. Amaro; EDP (Infante Santo e José Malhoa), Metro (Pç da Figueira) em Lisboa. Suma, em Cascais. Empresas junto à UNOR, em Loures. Sekldex, em Oeiras
Sexta-feira, 24 - Inst. Meteorológico, Inst. Inovação Educacional, Seg. Social; Min.



Educação, Refeitório 24 Julho, Telecel, Lg. Do Jardim Constantino - em Lisboa. Parque Cotai, em Cascais. Unalbor, em Odivelas. Pifo, Fundação de Oeiras e Atlas Copco, em Oeiras. Joper e estaleiros da CM, em Torres Vedras. MECI, na Venda Nova.
Segunda-feira, 27 - EDP, Metro e Estação Sul e Sueste, em Lisboa. Reunião com Comissão de Trabalhadores da SSGP e Covina, em Loures. Jodofer, em Cascais. Feira do Silvado e escolas (professores e auxiliares), em Odivelas. Turbomar, Kadak, Prológica e Danka, em Oeiras.
Terça-feira, 28 - Orey & Antunes e outras empresas do Cais do Sodré; Metro; trabalhadores do Comércio na Baixa, em Lisboa. Sofomil e Vecofabril, em Odivelas. Lagro junto aos Correios e Zona Industrial, em Alverca. TVI, Quinta do Gandarell e colectividade de Valejas, em Oeiras
Quarta-feira, 29 - EPAL (Cabo Ruivo) e Estação do Oriente, em Lisboa. Reunião com Comissão de Trab. Da Vicar, em Loures. Raucher e Apadil, em Cascais. Trabalhadores do Feira Nova, Odivelas
Quinta-feira, 30 - Mirandela e Largo do Calvário; PT das Fontainhas; Edifício EDIFER, em Lisboa. SIC, ISQ e Jansen-Ilag, em Oeiras. Galamas, em Cascais.

Distrito de PORTALEGRE

Acções diversas nas seguintes localidades:
Quarta-feira, 29 - Crato, Alter do Chão e Monforte

Concelho de SANTO TIRSO

Segunda-feira, 27 - Com Honório Novo: visita à CAMAC, encontro com a administração e trabalhadores; visita à Baiona.

Concelho do SEIXAL

Dias 24, 27 e 28 - Contactos com os trabalhadores de várias empresas e com a população nos centros urbanos, terminais de transportes, etc.

Distrito de VISEU

Distribuições nas empresas:

Quinta-feira, 23 - Centro Regional de Segurança Social e trabalhadores do Comércio, no Rossio - em Viseu. Zona Industrial de Vouzela.
Sexta-feira, 24 - Empresas e zonas urbanas de Lamego. Hospital e Comércio de Viseu



Lisboa/Belém - Sexta, 24, a partir das 10h

Das 10 às 13h

- Lutas sociais e sociedade de informação
- Ecologia e desenvolvimento
- Discriminações: o corpo e os sexos

Das 14h30 às 17h30

- Emprego com direitos
- Educação e ensino
- Europa fortaleza vs. Europa dos povos

18h

- Encerramento com participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, seguido de espectáculo musical.

ÉVORA

Almoço comemorativo do 79º aniversário

com a participação de Carlos Carvalhas
Sábado, 25, às 13h, no restaurante «Galhetas»
(Inscrições: Tel. 266706367 - Fax 266708014)

TORRES VEDRAS

Almoço comemorativo do 79º aniversário

com a participação de Carlos Carvalhas
Domingo, 26, às 13h, no restaurante «Quinta de Santa Cruz»
(Casalinho Alfaiate)

ALMADA

Jantar-convívio dos trabalhadores da autarquia: no restaurante «Dia a Dia» (Casas Velhas), sexta-feira, 24, às 19h30, com a participação de Jerónimo de Sousa.

CANTANHEDE

Jantar-convívio com animação musical no restaurante «O Rossio» (à Variante) em Ançã, com a participação de Jerónimo de Sousa: sábado, 25, às 20h.

CERCAL DO ALENTEJO

Almoço na cantina da Escola Primária, com José Caetano: sábado, 25, às 13h.

LISBOA

Almoço da Organização da Freguesia da Graça: sábado, 25, às 12h, no Clube Operário

PALMELA

Almoço no restaurante «A Roda do Leme», com a participação de Américo Leal: domingo, 26, às 13h.

S. DOMINGOS DE RANA

Convívio com Reformados (Lanche-Tarde dançante) no CT de Tires, quinta-feira, dia 30, a partir das 16h.

VILA FRANCA DE XIRA

Convívio e plenário no CT de Vialonga, com a participação de Carlos Chapparro: sábado, 25, às 15h.

WIESBADEN (Alemanha)

Jantar-convívio promovido pela organização local do PCP, com a participação do cam. João Armando: sábado, dia 25.

1ª Assembleia Distrital de Bragança

Pousada da Juventude, domingo, 26, a partir das 15h
com a participação de António Lopes, Henrique Sousa e Margarida Botelho
Lanche-convívio comemorativo do aniversário do PCP às 17h30

ODIVELAS

2ª Assembleia da Organização Concelhia

Sábado, 25 de Março, 14h30 - Auditório Municipal
Da Póvoa de Santo Adrião
Participa José Casanova

Recarei (Paredes)

4.ª Assembleia da Organização da Freguesia
Domingo, 26 de Março, 10h
Café Portela (Cave)

PORTO

Reunião de membros das Comissões Concelhias e Direcções de Sectores da DORP
Sexta-feira, 24, 21h30, CT da Boavista

Educação e Ensino

Encontro regional promovido pela D.O.R. Setúbal
Sábado, 25, das 10 às 18h
Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça - Moita
Intervenção de encerramento: Jorge Pires

VENDAS NOVAS

O papel dos municípios nos domínios do Desporto, Educação e Cultura
Debate do ciclo PCP/Poder Local/Séc. XXI promovido pela DRA
Sexta-feira, 24, Auditório Municipal

Lisboa

Liberdade, Democracia e Cidadania

- Debate promovido pelo Sector Intelectual da ORL - Sábado, 25, das 14 e 30 às 18 e 30, no Hotel Altis.
Com a participação de Manuela Esteves, Manuel Gusmão, Vítor Serrão, Paulo Sucena, Helena Medina, António Filipe, Sandra Monteiro, Rui Pereira e José Guilherme

ALMADA - Cacilhas - Plenário da Organização da Freguesia, com a participação de Manuel Valente: CT Alberto Araújo, sexta-feira às 21h; Caparica - Visita de eleitos e membros da lista CDU à freguesia: sábado, 25; CDU - «CDU Presta Contas» nas várias freguesias do concelho de Almada, com a participação de eleitos: dias 24, 25 e 26.

AMADORA - Plenário do organismo para o trabalho juvenil sobre o XVI Congresso: segunda-feira, 27, às 21h, no Centro de Trabalho da Amadora; - Plenário da célula de Alfragide sobre a preparação do XVI Congresso: segunda-feira, 27, às 21h30.

ALVERCA - Plenário de militantes do Sector de Empresas de Alverca, com a participação de Armindo Miranda: no CT, sexta-feira às 17h30.

CASCAIS - Plenário da célula do Estoril-Sol: sexta-feira, 24, às 15, no Casino; - Plenário da Alcatel: dia 25; - Plenário da freguesia de Alcabideche e empresas de Alcabideche: domingo, 26, às 14h30, no CT de Alcabideche, antecedido de almoço (às 13h); - Plenário da freguesia de Carcavelos e empresas de Carcavelos: domingo, 26, às 15h, no CT de Sassocieiros; - Plenário da freguesia de S. Domingos de Rana e empresas de S. Domingos de Rana: domingo, 26, às 14h30, no CT de Tires, antecedido de almoço (às 13h).

GRÂNDOLA - Reunião da DORLA alargada às Comissões Concelhias e outros quadros, com a participação de Francisco Lopes: sábado, 25, às 15h, no Centro de Trabalho de Grândola; - Reunião da DORLA alargada aos eleitos das autarquias, sobre o III Quadro Comunitário de Apoio, com a participação de Joaquim Miranda: segunda-feira, 27, a partir das 15h, no CT de Grândola.

LISBOA - Reuniões das células das freguesias da Graça e de Santa Engrácia - ambas hoje, dia 23, às 21h30, e no CT da Graça; - Plenários para discussão do Projecto de Resolução da 3.ª Assembleia da Organização da Cidade de Lisboa, com eleição de delegados: - das freguesias de Madalena, S. Cristóvão, S. Nicolau, Sta. Justa e Socorro: sexta-

-feira, 24, 19h, CT Vitória; - das freguesias de Coração de Jesus, Pena e S. José: sábado, 24, 17h, CT Vitória; - das freguesias de Encarnação, Mártires, Mercês, Sacramento, S. Paulo e Sta. Catarina: sábado, 24, 17h, CT Vitória; - das freguesias do Castelo, Santiago e Sé: quarta-feira, 29, 21h30, na A.P.P.A. (Miradouro Sta. Luzia); - da freguesia da Ajuda: sábado, 25, 15h, CT da Ajuda.

OEIRAS - Porto Salvo - Plenário geral de militantes da freguesia sobre a situação política e o XVI Congresso: sábado, 25, 15h30, CT de Porto Salvo; Almoço-convívio na Atalaia (Desmancha do Porco), promovido pela Com. Concelhia de Oeiras, a realizar em 2 de Abril: inscrições (para o almoço e para transporte) até 28 de Março nos CTs da zona.

PALMELA - Discussão sobre o XVI Congresso, com a participação de Virgílio Azevedo: terça-feira, 28, às 21h, em casa do cam. José Silvério, no Poceirão.

SEIXAL - CDU - Encontro concelhio do Seixal, com a participação de eleitos, candidatos e activistas: sábado, 25, 14h30, no Clube Recreativo e Desportivo de Miratejo, em Corroios; - Baixa da Banheira - Visita de eleitos à freguesia (concentração às 9h30 no CT local do PCP).



JCP Coimbra

2.º Encontro Regional de Coimbra da JCP
Sábado, 25, às 14h30, no Ateneu, com a participação de
Luísa Araújo e Jorge Martins

JCP Porto

Encontro regional de estudantes do Ensino Superior
Sábado, 25, a partir das 10, no CT do PCP da Boavista

Jantar-convívio em Loures

comemorativo do aniversário do PCP. Debate.
Sábado, 25, 19h30, no CT do PCP de Sacavém
(Inscrições até às 15h de sábado: 219824872 - 918369441)



Avante!

Jornada de propaganda e venda do «Avante!» no Largo da Graça, em Lisboa
Sábado às 10h.

ATVer

«Ponette»,
de Jacques Doillon

Ponette

(Quinta, 22.50, RTP 2)

No ciclo de cinema francófono da RTP 2, este filme de Jacques Doillon debruça-se sobre a história de uma miúda de quatro anos fortemente traumatizada pela morte prematura da mãe, transmitindo-nos com grande sensibilidade (mas não menor cruza) o drama pessoal desta criança, sucumbindo à tristeza e amargura da perda de um ente tão querido. Toda a crítica, em geral, destacou, à época da estreia, o trabalho de direcção de Doillon, patente na extraordinária interpretação da jovem Victoire Thivisol (cinco anos apenas), justamente premiada no Festival de Veneza. A descobrir.



«Um Realizador em Apuros», de Tom DiCillo



«O Gigante», com Elizabeth Taylor e James Dean



«O Último Imperador», de Bernardo Bertolucci

O Silêncio dos Inocentes

(Segunda, 22.50, RTP 2)

Esta interpretação por Anthony Hopkins da sinistra personagem de Hannibal Lecter irá permanecer como uma referência incontornável no que aos filmes de terror diz respeito. Tudo começa na primeira e espantosa cena, na qual o vemos



exibindo, em plena cela, a controlada quietude própria dos animais mais ferozes e sanguinários, seguros do seu poder e indestrutibilidade. Uma cena que marca em definitivo a atmosfera sinistra de todo o filme, brilhantemente realizado por um Jonathan Demme sempre à beira do risco que a adaptação de todas as histórias excessivas comporta. Jody Foster, no papel de investigadora, tem uma brilhante interpretação nesta nova face da temática a bela e o monstro. Um filme cuja visão naturalmente apenas se aconselha a quem tenha nervos de aço...

Um Realizador em Apuros

(Segunda, 01.50, RTP 1)

Com argumento e realização de Tom DiCillo, este filme é uma peça de irresistível humor que nos dá conta dos sarilhos em que se mete um cineasta independente de Nova Iorque durante a rodagem de um filme, com todos os problemas pessoais que fazem azedar as relações entre os intérpretes durante as filmagens e as limitações económicas próprias do cinema independente. Com uma brilhante interpretação de Steve Buscemi, entre outros, o filme foi premiado no Festival de Cinema de Deauville.

O Último Imperador

(Quarta, 22.50, RTP 2)

Manchúria, 1950. Numa estação de caminhos-de-ferro, prisioneiros de guerra são conduzidos para carruagens de comboios para a viagem que os conduzirá à nova China Popular. Entre eles, está Pu Yi, antigo Imperador da China até à sua prisão pelas autoridades soviéticas. Aproveitando uma ida à casa de banho, ele tenta suicidar-se e, enquanto o sangue lhe corre pelas veias cortadas dos pulsos, evoca o seu passado. Uma vida acidentada desde que foi roubado ao ventre materno e levado para a Cidade Proibida, percorrendo depois toda uma agitada trajectória, aqui também evocada por Bernardo Bertolucci num fresco histórico admiravelmente posto em cena e com uma prodigiosa fotografia de Vittorio Storaro.

E ainda...

Encontro de Paris, de Eric Rohmer (Sexta, 23.50, RTP 2)

Viver, de Zhang Yimou (Sábado, 01.15, RTP 2)

Michael Collins, de Neil Jordan (Domingo, 00.15, SIC)

Comboio em Fuga, de Andrei Konchalovsky (Segunda, 00.30, SIC)

O Gigante, de George Stevens (Terça, 22.50, RTP 2)

Cabo e Satélite

Um grande compositor contemporâneo

Para os espectadores amantes da Grande Música, sem dúvida que este mês de Março, no qual Pierre Boulez completa 75 anos de idade tem sido um regalo em matéria de programas musicais. Hoje, o nosso destaque vai para duas oportunidades para ver e ouvir no canal Muzzik o grande compositor e maestro francês, bem como as suas obras ou a recriação que ele empreende das obras de outros compositores. É na sexta-feira, às 18.45, num documentário intitulado «Pierre Boulez em Salzburgo»; ou mais tarde, pelas 23.35, num outro documentário intitulado «Nascimento de um Gesto».

(Muzzik, sexta-feira, das 18.45 às 20.00 e das 23.35 às 00.30)



Patinagem artística em Nice

Com os programas curtos e exercícios obrigatórios, começa hoje em Nice (França) mais um Campeonato do Mundo de Patinagem Artística, que (de forma mais exaustiva do que a RTP 2, como é natural) poderá acompanhar até domingo em vários períodos de emissão no Eurosport. (Eurosport, terça-feira e dias seguintes)



Quinta, 23

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva (inclui Reunião Conselho da Europa)
10.00 Praça da Alegria / Culinária (idem)
12.20 Concurso «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
13.50 A Usurpadora
15.00 Espaço Infantil-Juvenil
16.30 Boa Tarde
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Remate
21.05 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
21.55 A Raia dos Medos
21.45 Grande Entrevista: Mário Soares
23.15 Bacalhau com Todos
00.15 Senadores
01.45 24 Horas
02.25 1ª. Página
02.35 «Alibi Perfeito» (de Eddy Matalon, EUA/1993, com Anthony Higgins, Leslie Hope. Comédia Policial)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
18.30 Encontros Sub-Aquáticos (Estreia)
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.35 Caminho das Estrelas
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.55 Aqui, Europa
23.15 Andamentos
23.50 «Encontro de Paris» (de Eric Rohmer, Fr./1994, com Clara Bellar, Antoine Basler, Aurore Rauschert. «Sketches».)
01.55 Departamento de Homicídios

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas

Sexta, 24

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
13.50 A Usurpadora
15.00 Espaço Infantil-Juvenil
16.30 Boa Tarde
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Remate
21.15 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
21.55 A Raia dos Medos
23.10 A Lenda da Garça
23.55 Parque Maior
02.25 24 Horas
03.00 1ª. Página
03.35 Futebol: Campomaiorense-Sporting (resumo)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
18.30 Encontros Sub-Aquáticos (Estreia)
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.35 Caminho das Estrelas
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.55 Aqui, Europa
23.15 Andamentos
23.50 «Encontro de Paris» (de Eric Rohmer, Fr./1994, com Clara Bellar, Antoine Basler, Aurore Rauschert. «Sketches».)
01.55 Departamento de Homicídios

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Sai de Baixo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro

Sábado, 25

▼ RTP 1

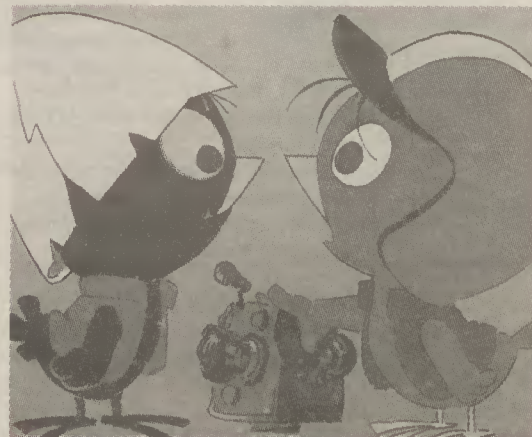
07.00 Infantil/Juvenil
12.10 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.20 Aventuras Espaciais
15.55 Automobilismo: G.P. Brasil
17.00 «André» (de George Miller, EUA/1994, com Tina Marjorino, Keith Carradine, Chelsea Field. Comédia / Infantil.)
18.35 Aqui, Europa
18.50 Jet 7
19.55 Futebol: Braga-Benfica
22.00 Telejornal
23.05 Santa Casa
00.45 Conc(s)ertos na Cave
02.10 Loja do Cidadão
03.05 Serviço de Urgência
03.55 Máquinas
04.40 24 Horas

▼ RTP 2

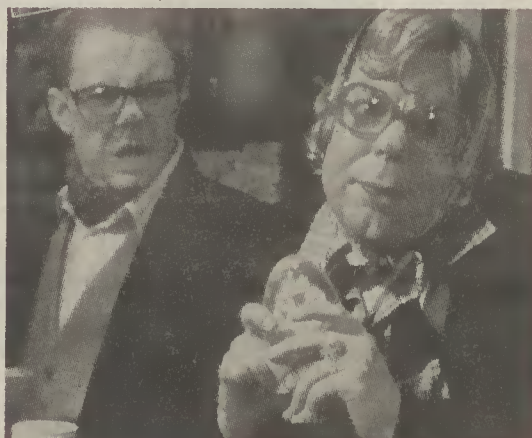
07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 O Prazer de Criar
12.40 A Terra
13.30 Quem Sai aos Seus
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.30 Magazine 2001
20.00 Jornal 2
20.45 A Outra Face da Lua
22.15 Dinheiro Vivo
22.45 O Lugar da História
23.45 Allô, Allô
00.15 Liga de Cavalheiros
00.45 Freuch and Saunders
01.15 «Viver» (de Zhang Yimou, RPChina/1993, com Ge You, Gong Li, Jiang Wu. Melodrama.)

▼ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Na Pele de uma Loira» (de Blake Edwards, EUA/1991, com Ellen Barkin, Jimmy Smiths.)



Este não pertence aos «Calimeros» de que fala Elisa Ferreira (RTP 1)



«Liga de Cavalheiros», aos sábados, em «Britcom» (RTP 2)

12.00 Sai de Baixo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Loja do Camilo
21.30 Terra Nostra
22.30 Esta Semana
23.45 «Poltergeist, O Fenómeno» (de Tobe Hooper, EUA/1982, com Craig T. Nelson, JoBeth Williams. Terror.)
02.10 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Marés Vivas
21.00 Os Animais Também São Gente
22.20 Especial TVI
23.55 A Bola é Nossa
02.00 «Mentes Cruzadas» (de Stephen Gyllenhaal, EUA/1996, com Heather Locklear, Brett Culen. «Thriller».)

16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra
22.00 Chuva de Estrelas
23.35 Jogo Limpo
02.10 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Marés Vivas
21.00 Impacto TV
22.00 Ri-te, Ri-te
23.00 Reis da Música Nacional
01.35 O Segredo do Amor



«E o Oscar Vai Para...», em directo no domingo e em compacto na terça (TVI)

Comédia.)

16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.10 Negócio Fechado
23.40 «Aquecimento Central» (de Sybil Richards, EUA/1997, com Josie Hunter, Jacqueline Lovell. «Erotico».)
01.50 Último Jornal
02.25 «Amanhecer Violento» (de John Milius, EUA/1984, com Patrick Swayze, Charlie Sheen. Guerra.)

▼ TVI

09.00 Animação
12.00 Top Rock
13.15 Desporto: Contra-Ataque
14.45 Caras Lindas
16.15 «Jogos Cruéis» (de Charles Wilkinson, EUA, com Babz Chula, Brian McNamara, Colleen Rennison. Drama.)
18.15 Directo XXI
18.40 Olhó Vídeo
19.50 «Juramento de Morte» (de Richard Colla, EUA/1997, com Holly Marie Combs, David Lipper. Drama.)
21.50 Todo o Tempo do Mundo
23.00 «Duas Vidas Trocadas» (de Douglas Barr, EUA/2000, com Melissa Gilbert, Rosanna Arquette. Drama.)
01.00 «Presa Mortífera» (de Ernest Dickerson, EUA/1994, com Ice T, Rutger Hauer, Charles S. Dutton. «Thriller».)

Domingo, 26

▼RTP1

07.00 Infantil / Juvenil
10.00 Atletismo: Meia Maratona de Lisboa
11.30 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Made in Portugal
15.00 «Música no Coração» (de Robert Wise, EUA/1965, com Julie Andrews, Christopher Plummer, Eleanor Parker. Musical.)
17.55 Automobilismo: G.P. Brasil
20.00 Telejornal
21.05 Domingo Desportivo
21.45 37.º Festival da Canção RTP
24.00 Resumo Fórmula 1
00.15 Nada é Sagrado
01.15 Prazeres
02.15 24 Horas
02.40 Liga de Campeões
03.40 Longa Metragem - nenhuma actualização fornecida pela RTP

▼RTP2

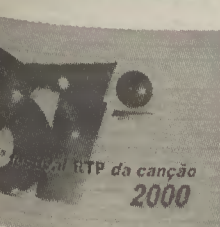
07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Iniciativa
14.20 Onda Curta: Curtas Metragens
15.00 Desporto 2
18.00 Novas Aventuras de Robin Hood
19.00 Jornal de África
19.30 A Minha Vida com os Animais
20.00 Rotações
20.30 Bombordo
21.00 Artes e Letras: «Tadao Ando»
22.00 Jornal 2
22.45 Horizontes da Memória
23.15 Grande Obra
00.10 Travessa do Cotovelo
01.10 «Hollywood's Magic Night» (Documentário)

▼SIC

07.30 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.50 «Rogus» (de Norman Jewison, EUA/1996, com Whoopi Goldberg, Gérard Depardieu. Drama.)
15.45 Rex, O Cão Polícia
17.45 «Um Sonho de Mulher» (de Gary Mrrshall, EUA/1990, com Richard Gere, Julia Roberts. Comédia Romântica.)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Residencial Tejo
22.15 Herman Sic
00.15 «Michael Collins» (de Neil Jordan, EUA/1996, com Liam Neeson, Aidan Quinn, Julia Roberts. Histórico.)
02.40 Último Jornal
03.15 O Guarda-Costas

▼TVI

09.00 Animação
11.00 Programas Religiosos



Mais um «Festival da Canção»... imperdível na RTP 1

(inclui Missa)
13.00 Portugal Português
14.15 Caras Lindas
15.15 «Silêncio do Medo» (de Sam Pillsbury, EUA/1996, com Lindsay Wagner, Holly Marie Combs. Drama.)
17.00 Directo XXI
17.20 Cocktail Nacional
19.20 «O Colar da Morte» (de Lewis Teague, EUA/1991, com James Remar, Joan Chen. Acção.)
21.20 Todo o Tempo do Mundo
22.30 «U.S. Marshalls - A Perseguição» (de Stuart Baird, EUA/1998, com Tommy Lee Jones, Wesley Snipes. Acção.)
00.30 Cerimónia dos Óscares (em directo de Los Angeles)



«A Lenda da Garça», quase a chegar ao fim (RTP1)

Segunda, 27

▼RTP1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Usurpadora
15.00 Espaço Infantil-Juvenil
16.30 Boa Tarde
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Remate
21.15 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
21.55 A Senhora Ministra
22.35 A Lenda da Garça
23.10 Jogo Falado
01.00 24 Horas
01.30 1.ª Página
01.50 «Um Realizador em Apuros» (de Tom DiCillo, EUA/1994, com Steve Buscemi, Catherine Keener. Ver Destaque.)

▼RTP2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.30 Campeonato do Mundo Patinagem Artística
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.50 «O Silêncio dos Inocentes» (de Jonathan Demme, EUA/1990, com Anthony Hopkins, Jodie Foster, Scott Glenn. Ver Destaque.)
01.00 Grandes Mulheres (Estreia)

▼SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Sai de Baixo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra
22.10 Roda dos Milhões
00.30 «Comboio em Fuga» (de Andrei Konchalovsky, EUA/1985, com Jon Voight, Eric Roberts. «Thriller».)
02.30 Último Jornal

▼TVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Marés Vivas
21.00 Quero Justiça
21.40 Olhó Vídeo
22.40 Óscares 1999 (Compacto)
00.35 «Ultrajado» (de Robert Allen Ackerman, EUA, com Rob Lowe, Jennifer Grey, Eric Michael Cole. Drama.)

Terça, 28

▼RTP1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Usurpadora
15.00 Espaço Infantil-Juvenil
16.30 Boa Tarde
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.15 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
21.55 Não És Homem Não És Nada
22.25 A Lenda da Garça
23.05 Maria Elisa
00.50 24 Horas
01.20 1.ª Página
01.40 Os Hughleys
02.05 «A Face do Diabo» (de Jean-Paul Quéllette, Can./1988, com Charles King, Mark Kinsey Stephenson. Terror.)

▼RTP2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.30 Campeonato do Mundo Patinagem Artística
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.50 «O Gigante» (de George Stevens, EUA/1956, com James Dean, Rock Hudson, Elizabeth Taylor. Drama.)
02.20 Ponto de Mutação: China de Hoje

▼SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Sai de Baixo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.15 Terra Nostra
23.30 «Um Beijo ao Morrer» (de James Dearden, EUA/1991, com Matt Dillon, Sean Young, Diane Ladd. Drama.)
01.30 Último Jornal
02.05 Toda a Verdade: Falácias

▼TVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
18.00 Olhó Vídeo
18.30 Directo XXI
19.05 Futebol: Portugal-Dinamarca (Sub-21)
21.00 «O Corvo Branco» (de Andrew Stevens, EUA/1998, com Ron Silver, Joanna Pakula, Roy Scheider. Drama.)
23.00 «Kickboxer IV: O Agressor» (de Albert Pyun, EUA/1994, com Sasha Mitchell, Nicholas Guest. Artes Marciais.)
01.05 «Eclipse Total» (de Anthony Hickox, EUA/1993, com Jason Beghe, John Vera, Mario Van Peebles. Acção.)

Quarta, 29

▼RTP1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Usurpadora
15.00 Espaço Infantil-Juvenil
16.30 Boa Tarde
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Portugal-Dinamarca
23.00 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
23.30 As Lições do Tonecas
24.00 A Lenda da Garça
00.45 24 Horas
01.15 1.ª Página
01.35 «Febre de Matar» (de Mark L. Lester, EUA/1993, com Lou Diamond Phillips, Scott Glenn, Chelse Field. Policial.)

▼RTP2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.00 Caminho das Estrelas
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.00 Campeonato do Mundo Patinagem Artística
21.00 A Minha Vida com os Animais
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
21.15 Caminho das Estrelas
22.50 «O Último Imperador» (de Bernardo Bertolucci, RP/China/It./Gr.Br./1987, com John Lone, Joan Chen, Peter O'Toole. Ver Destaque.)
02.00 Sinais do Tempo

▼SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Sai de Baixo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Jornalistas
22.00 Terra Nostra
23.40 «Jennifer 8» (de Bruce Robinson, EUA/1992, com Andy Garcia, Uma Thurman, Lance Henriksen. «Thriller».)
02.00 Último Jornal
02.35 Noites Longas: Jogos de Espionagem

▼TVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
18.00 Olhó Vídeo
18.30 Directo XXI
19.05 Futebol: Portugal-Dinamarca (Sub-21)
21.00 «O Corvo Branco» (de Andrew Stevens, EUA/1998, com Ron Silver, Joanna Pakula, Roy Scheider. Drama.)
23.00 «Kickboxer IV: O Agressor» (de Albert Pyun, EUA/1994, com Sasha Mitchell, Nicholas Guest. Artes Marciais.)
01.05 «Eclipse Total» (de Anthony Hickox, EUA/1993, com Jason Beghe, John Vera, Mario Van Peebles. Acção.)

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TVisto

Correia da Fonseca

A outra face de «A Raia»

Dialógo entre duas jovens professoras do secundário, uma delas vagamente de esquerda, mas boa senhora, a outra de esquerda mesmo e não apenas desde ontem:

«Gosto muito de ver «A Raia dos Medos»! Os espanhóis eram assim mesmo!...»

«Pois. E os portugueses também eram...»



O breve diálogo que deste modo se regista não terá acontecido rigorosamente assim, palavra por palavra, porque não o memorizei como se usasse um gravador, mas as diferenças, se as há, serão mínimas. E veio lembrar-me que a série ainda em transmissão na RTP 1 e que nem apetece que acabe é mais capaz de chamar a atenção geral para os inescrupulos e a crueldade dos franquistas que para uma outra crueldade, geralmente mais sorna, que foi a dos portugueses a mando do Salazar.

E, contudo, dir-se-ia que os portugueses actuais, quase vinte e seis anos após a libertação, estariam de olhos suficientemente abertos para que reconhecessem a justa e enfim clara denúncia do que poderia designar-se por a outra face de «A Raia». Mas nem por isso, ou nem todos, o que de resto tem explicações porque, já se sabe, nada acontece por puro acaso. Na verdade, vinte e seis anos depois estão reunidas as condições para que um senhor doutor universitário tenha vindo ao Jornal 2, que até tem a reputação de ser o melhorzinho, defender perante a quase inteira passividade da jornalista Márcia Rodrigues que é errado e injusto chamar fascistas a homens como Le Pen ou Haidler porque o fascismo surgiu e terminou com Mussolini na Itália de há muitas décadas e aí acabou a sua história. Por sinal, ou digamos que por acaso para fazer a vontade à expressão tradicional, disse-o no mesmo fim-de-semana em que Rita Ferro exprimiu em página ímpar de um grande diário português ideias perfeitamente concidentes com a brilhante lição do sem dúvida notável professor universitário. E nem se dispensou de lembrar que o mesmo povo português «aclamou Salazar» e «berrou com Vasco Gonçalves», subtil diferenciação que sugere o lúcido apoio no primeiro caso e o delírio doentio no segundo. Depois disto, nem é preciso comentar a

aparente incorrecção de lembrar os antecedentes familiares da articulista.

Os crimes nunca lembrados

Entretanto, no passado sábado, eu ficara varado de espanto: foi o caso que ao fim do serão (ou com mais rigor: na madrugada de

domingo, pois passava folgadoamente da meia-noite) surgiram na RTP, e na «1»!, sucessivamente, Manuel Pedro, Conceição Matos e António Dias Lourenço, que contaram com pormenor apenas relativo, mas raro na televisão e até na boca de comunistas

que foram torturados porque, compreensivelmente, não gostam de convocar estas lembranças e também por discricção excessiva, os tratos bárbaros que a PIDE lhes inflingiu. Foi em «A Loja do Cidadão», rubrica que anda a ser pessimamente tratada quanto a horários de emissão. E foi, além do mais, um momento verdadeiramente precioso para o esclarecimento dos cidadãos ainda acordados àquela hora, que decerto não seriam muitos, no tocante à verdadeira natureza de um regime que não era nada fascista, que ideia, seria quando muito autoritário, como o tal senhor professor haveria de ensinar em «prime time» menos de vinte e quatro horas depois. A questão é, como bem se sabe mas não se lembra o bastante, nunca, ao longo deste último quarto de século, a RTP mostrou querer informar eficazmente o País do que foi o fascismo português, excepto talvez no período imediatamente seguinte a Abril de 74, tempo que Rita Ferro qualifica de «loucos anos». A questão é que essa omissão da RTP é grave e bem se lhe pode chamar de sabotagem à lucidez nacional, por muito que a fórmula pareça excessiva aos que supõem tratar-se apenas de um pecado venial. É nesse quadro que avulta a importância de «A Raia dos Medos», não só como depoimento acerca da prática de violência selvagem que caracterizou o franquismo que dizia lutar pelo Cristo Rei, não só pelo excelente e multidisciplinar mérito da série, mas também como testemunho acerca de mais um crime do fascismo nunca lembrado com tanto rigor. Também para permitir estabelecer o confronto entre os supostos «anos loucos» que na década de 70 se seguiram a Abril com os anos celebrados que se alongaram por mais de quatro décadas sob o poder de Salazar, afinal apenas um pouco «autoritário» e agora tão louvado e quase prontinho para pôr no altar.

A talhe de foice

• Henrique Custódio

O Bill e a rolha

Agora até já querem ir-nos à cortiça, como ficámos a saber esta semana por um qualificado trabalho da jornalista do Público, Ana Fernandes.

A história começa com Bill Gates, o tal «homem mais rico do mundo» que o Governo de António Guterres recebeu no nosso país com honras de Estado. Pois o homem mais rico do mundo decidiu há tempos interessar-se por rolhas, não porque aprecie vinhos ou saiba o que é um chaparro, mas por empreender que também havia de fazer dinheiro a tapar garrafas. Vai daí, apropriou-se da Supreme Cork (ou associou-se-lhe maioritariamente, tanto faz), um império industrial sediado nos EUA que se dedica ao fabrico de rolhas... de plástico. Com o Bill a soprar, a Supreme lançou-se de vento em popa e já navegava em ramificações na ordem das duas dezenas de empresas «deslocalizadas» para onde a mão-de-obra não é ao preço do vinho, mas da uva mijona - esta sim, muito apreciada pelo Bill, desde que vendida por ele e bebida pelos outros. Montado o negócio, havia que o rentabilizar em andamento, mas aí o Bill deparou-se com um obstáculo não negligenciável: como, há pelo menos dois séculos, quem diz vinho diz garrafa, quem diz garrafa diz rolha e quem diz rolha diz cortiça, Gates percebeu logo que não ia convencer o mundo, assim do pé para a mão, de que «quem diz rolha diz plástico». Vai daí encomendou uma campanha, arma normalmente utilizada pelos norte-americanos quando querem poupar nos mísseis.

O alvo, está bem de ver, não foi a rolha mas a cortiça, pelo que a campanha em nome do Bill, avassaladora nos seus milhões de contos, anda há uns dois anos pela Europa do vinho a espalhar o boato de que a cortiça tem dois inconvenientes fatais: deixa um «sabor a rolha» em - imagine-se! - dois a três por cento das garrafas e, pior ainda, é uma matéria-prima «anti-ecológica» e «em vias de esgotamento», dado que (como a campanha fez constar em Inglaterra) esta se obtinha à custa do abate das árvores!

Acontece que a origem dessa escassa percentagem de «sabor a rolha» não está na cortiça mas, essencialmente, no cloro que com ela reage quimicamente, tal como a extracção desta matéria-prima com origem na floresta é a única que deixa as árvores vivas e de saúde...

Acontece que as rolhas de plástico não passam de vedantes bárbaros que não deixam respirar o vinho, asfixiam-lhe a maturação e, ainda por cima, não são recicláveis nem biodegradáveis. Acontece que Portugal é o maior produtor e exportador mundial de rolhas de cortiça, obtidas dos mais vastos e melhores sobreiros do mundo por uma indústria corticeira que ocupa 15 mil trabalhadores directos e muitos outros milhares sazonais, gerando receitas para cima de 150 milhões de contos/ano.

Acontece, finalmente, que o definhamento da extracção corticeira configura um desastre na biodiversidade da Península Ibérica de brutal gravidade.

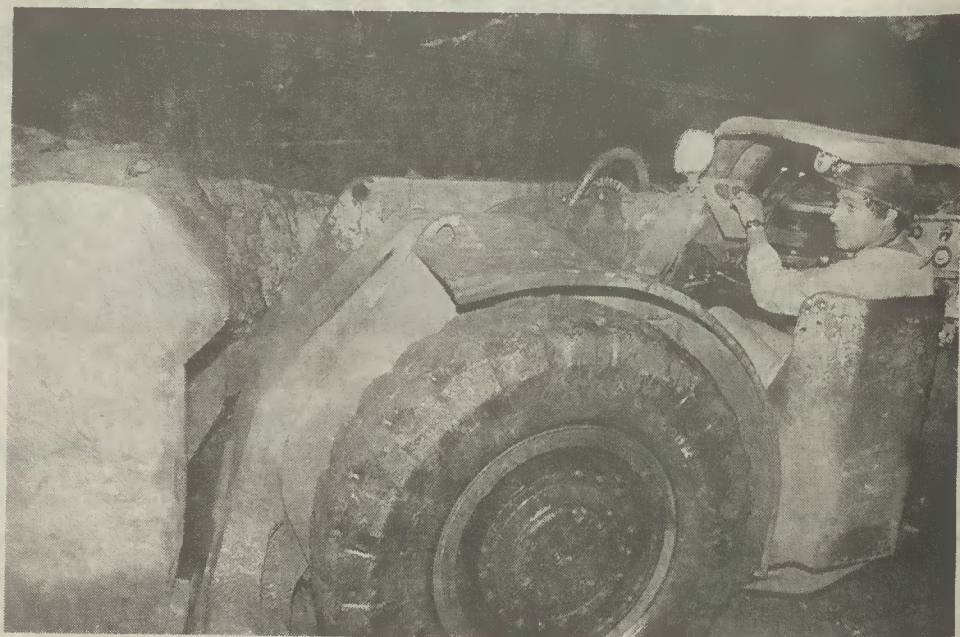
Evidentemente, nada disto interessa ao homem mais rico do mundo. Para o Bill não existe uma rolha de lei, mas a lei da rolha.

Mas interessa a Portugal, que deve desmontar a campanha, e já. Não queremos admitir que a passadeira em tempos estendida pelo Governo a Bill Gates seja, no final, um capacho sobre o lombo do País.

Mineiros da Panasqueira concentram-se em Lisboa

Vender minério à UE

Os trabalhadores das minas da Panasqueira vão estar hoje em Lisboa, para exigir mais emprego e melhores condições de vida e de trabalho. E lembrar que Portugal é membro de pleno direito da UE.



Mineiros da Panasqueira, uma luta que se arrasta há anos

Ao longo dos últimos anos, a pretexto da falta de competitividade da empresa no mercado do volfrâmio, a administração «tem colocado o espectro do desemprego para fugir à justa actualização dos salários dos trabalhadores», lembram os mineiros da Panasqueira, num balanço dum conflito laboral «cujo processo tem origem nas reivindicações dos trabalhadores não satisfeitas e nos compromissos da administração, por cumprir».

No final do ano de 1999, e segundo a própria administração, a empresa teria alcançado o equilíbrio financeiro, «pelo que era previsível haver aumentos salariais em Janeiro».

Tal não aconteceu, e a administração retomou os anteriores argumentos, queixando-se, mesmo, «da concorrência vinda do exterior do espaço europeu».

Uma situação que os trabalhadores denunciam como inadmissível, lembrando que o nosso país é membro de

pleno direito da UE, pelo que, numa perspectiva de defesa dos reais interesses da comunidade, se coloca, em particular «a salvaguarda dos interesses de Portugal como país produtor daquele minério».

Nesta perspectiva, e dado que hoje os governantes dos 15 países da União Europeia estão reunidos, sob a Presidência portuguesa, para discutir o emprego, seria o momento oportuno para o Governo português «obter garantias de que a UE, para satisfazer as suas necessidades de volfrâmio, passará a consumir este minério comprando-o a Portugal».

Uma proposta dos trabalhadores da Panasqueira que contribuiria para levar à prática os objectivos da cimeira, salvaguardando os interesses

«dos trabalhadores, da empresa, da região, do nosso país e, de uma forma mais geral, os próprios interesses da Comunidade Europeia».

As Minas da Panasqueira, situadas numa encosta da Serra da Estrela, foram até 1993 as últimas minas de tungsténio da Comunidade em laboração.

A média mensal da produção era então de cerca de 110 toneladas de concentrados de volfrâmio e estanho, que eram vendidas para os EUA, Japão, Reino Unido e Espanha, enquanto os concentrados de cobre eram vendidos à indústria nacional.

PCP junta em Lisboa partidos da Europa

Doze partidos comunistas e outras forças de esquerda e progressistas da Europa participam hoje no fórum do PCP sobre a «Coesão social e o emprego com direitos», que se inicia pelas 9 e 30

horas no Hotel Roma, em Lisboa.

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, deverá discursar ao fim da manhã, prevendo-se que a seguir ao almoço os participantes integrem a manifestação organizada pela CGTP-IN entre os Jerónimos e o Centro de Congressos de Lisboa (antiga FIL), onde decorre o primeiro dia de trabalho da Cimeira Extraordinária sobre o Emprego.

Anteontem estavam já confirmadas as presenças das delegações do Partido do Socialismo Democrático (Alemanha); do AKEL (Chipre), da Esquerda Unida (Espanha); do Partido Comunista Francês; do Partido Comunista da Grécia; do Partido Socialista (Holanda); do Partido dos Trabalhadores da Hungria; do Partido da Refundação Comunista e do Partido dos Comunistas Italianos; do Partido da Esquerda (Suécia); e das Euro Marchas - movimento informal europeu com intervenção nas questões do emprego.

Para além da delegação do PCP, que é também integrada por Albano Nunes, membro do Secretariado do PCP, Agostinho Lopes, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP, e Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP, está presente ainda Manuela Cunha, em representação do Partido Ecologista «Os Verdes».



Encontro de Carlos Carvalhas com o Primeiro-Ministro

Uma delegação do PCP, composta por Carlos Carvalhas, secretário-geral, e Agostinho Lopes, da Comissão Política, teve, segunda-feira passada, um encontro com o Primeiro-Ministro, António Guterres.

No encontro, a delegação do PCP chamou a atenção do Primeiro-Ministro para três questões que estão na ordem do dia da Cimeira de Lisboa.

Em primeiro lugar, o acordo entre a UE e o México não pode esquecer a questão de Chiapas.

Em segundo lugar, a abordagem que vai ter lugar sobre

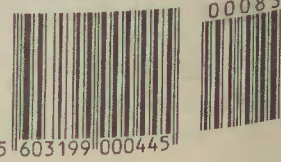
os Balcãs deve conter a auto-crítica e o assumir de responsabilidades pela actual situação no Kosovo e as dificuldades que atingem o povo jugoslavo.

Por último, que a questão do emprego e da competitividade não se fique pela retórica e pelas boas frases e promessas. Precisamos de emprego com direitos e não de falsos empregos para enfeitar as estatísticas.

A delegação do PCP frisou ainda que o Primeiro-Ministro deveria atentar no caso da Grundig que despediu o seu pessoal e que hoje até tem

contratados mais efectivos do que no passado, mas em que um terço da mão-de-obra é precária. Com esta operação estima-se que a Grundig tenha diminuído entre 15 e 20% a sua massa salarial. Ora a União Europeia precisa de mais emprego com direitos e não de biscates. E não basta fazer apelos às empresas, são precisas medidas concretas e calendarizadas.

Cimeiras sobre emprego tem havido muitas mas a verdade é que a União Europeia continua a contar com milhões de desempregados e com milhões de pobres, conclui-se.



5 603199 000445